



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA
MESTRADO ACADÊMICO EM LINGUÍSTICA APLICADA

LUIZ ELEILDO PEREIRA ALVES

FILOLOGIA TEXTUAL E LINGUÍSTICA TEXTUAL:
ESTUDO DE TEXTOS SETECENTISTAS À LUZ DA
TEORIA DA ACESSIBILIDADE



FORTALEZA – CEARÁ

2016

LUIZ ELEILDO PEREIRA ALVES

FILOLOGIA TEXTUAL E LINGUÍSTICA TEXTUAL:
ESTUDO DE TEXTOS SETECENTISTAS
À LUZ DA TEORIA DA ACESSIBILIDADE

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada do Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Linguística Aplicada. Área de concentração: Linguagem e interação.

Orientador: Prof. Dr. Expedito Eloísio Ximenes.

FORTALEZA – CEARÁ

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Alves, Luiz Eleildo Pereira .

Filologia Textual e Linguística Textual: estudo de textos setecentistas à luz da Teoria da Acessibilidade [recurso eletrônico] / Luiz Eleildo Pereira Alves. - 2016.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 223 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Fortaleza, 2016.

Área de concentração: Linguagem e Interação.

Orientação: Prof. Dr. Expedito Eloisio Ximenes.

1. Filologia. 2. Linguística Textual. 3. Teoria da Acessibilidade. 4. Leitura. I. Título.

LUIZ ELEILDO PEREIRA ALVES

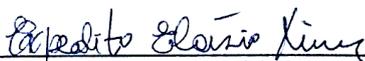
FILOLOGIA TEXTUAL E LINGUÍSTICA TEXTUAL: ESTUDO DE TEXTOS
SETECENTISTAS À LUZ DA TEORIA DA ACESSIBILIDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Linguística Aplicada.

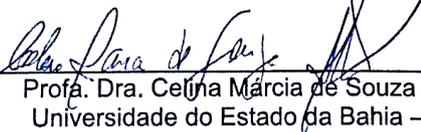
Área de Concentração: Linguagem e Interação

Aprovada em: 09/12/2016.

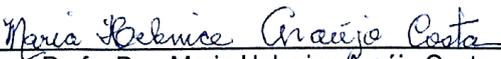
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Expedito Eloísio Ximenes (Orientador)
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Profª. Dra. Celina Márcia de Souza Abbade
Universidade do Estado da Bahia – UNEB



Profª. Dra. Maria Helenice Araújo Costa
Universidade Estadual do Ceará – UECE

*Dedico este trabalho à memória de duas
grandes mulheres:*

Damiana Romão, tronco forte da árvore da qual sou galho. Matriarca cuja história motivei-me a conhecer a partir do momento em que aprendi a valorizar o passado, consequência positiva do meu envolvimento com esta pesquisa;

Luiza Maria, querida e adorável avó, minha primeira aluna, cobaia das minhas tentativas pouco jeitosas de alfabetizar. Ela que sempre esteve solícita a ajudar-me, a acolher-me. Presença amorosa que ultrapassa qualquer materialidade.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus que me criou, pela certeza de que tudo o que tenho vem Dele, através de seu filho Jesus e da poderosa intercessão de Maria Santíssima a quem recorri inúmeras vezes buscando paz de espírito, força e amparo. Por ter sido sempre bem acolhido nesses braços.

Aos meus pais, Luís Alves e Maria Eneida, pelo exemplo de pessoas humildes, trabalhadoras e por sempre terem entendido meus sonhos, desde quando, novinho, resolvi deixar o aconchego do lar para ir em busca de novos ninhos. Muito obrigado por me acolherem como sou e por terem sempre acreditado em mim.

Ao meu orientador, Expedito Eloísio Ximenes, grande amigo que o destino me permitiu conhecer, pessoa tão sábia quanto humilde, alguém que me orientou para além das discussões científicas e a quem muito agradeço pela acolhida calorosa, pela força nos momentos em que estava mais desanimado e pela sabedoria de sempre me ajudar quando preciso, mas também me deixar a sós comigo, quando necessário, para que eu crescesse junto com esta pesquisa.

À minha grande amiga e professora Helenice Araújo, pessoa com quem também aprendi muito do que sou enquanto professor. A ela que sempre foi solícita a socorrer-me nos momentos de peleja. A quem agradeço pelo apoio e pelas palavras de motivação. Nem mesmo todas as páginas desta dissertação seriam suficientes para expressar o que foi pra mim essa segunda mãe. Pronto, eis aí uma boa definição: uma mãe!

Aos irmãos de sangue, Lueuda, Elieudo, Luana e Livia, pelo apoio e pelo constante auxílio nas aflições; e também aos meus irmãos de alma, Joziano, Felipe, Audízio, Kilvia, Kandice e Karine. Amig@s sempre presentes e dispost@s a dar uma palavra de conforto, a “tocar no meu ombro”, e a mostrar quão valiosa é nossa antiga amizade.

Ao Matheus Rocha (*in memoriam*) por continuar nos fazendo sorrir através das boas recordações do tempo em que tivemos o privilégio de ter sua presença em nosso meio.

Ao Igor que surgiu na minha vida no comecinho desta pesquisa e acompanhou todos os momentos junto comigo. Por tudo o que já pudemos compartilhar e por ter pacientemente lido todas as cartas desta pesquisa para que eu as digitasse. A você, de todo coração, eu agradeço.

À Marilena, que acolhe a todos os pesquisadores na livraria, ouvindo-nos e auxiliando-nos com suas experiências de vida. Pelas suas orações e por demonstrar tão avidamente o quanto gosta de mim.

À Ana Cristina e à Aline Oliveira, pela amizade e pelas profissionais que são.

Ao Fagner, pelas palavras motivadoras desde antes de eu entrar no mestrado. A você, amigo, por morar no meu coração.

Ao Hugo, com quem compartilhei muitas alegrias e também muitas angústias. Por ser solícito a ajudar-me.

Aos demais amigos que a UECE me proporcionou conhecer: Deisy, Denise, Natali, Sávio, Arleide, Jéssica, Ezequiel, Lindolfo, Patrícia, Neuma, Eleonora e tantos outros com quem divido minhas dores, minhas alegrias e cada feliz encontro de partilha.

À Nataly Pinho e à Flávia, professoras que me incentivaram a trilhar o caminho das letras de onde até hoje não saí. A vocês por terem sido minha primeira inspiração para ingressar no caminho das Letras.

Aos meus queridos alunos com quem convivi ao longo desse tempo, de modo especial aos que, assim como o Ítalo Teixeira e o Kawan, se tornaram grandes amigos.

Aos colegas do grupo PRAETECE, pelos momentos de partilha, de modo particular à Katharine, à Ticiane e ao Ygor, pessoas com quem convivi mais ativamente.

Às minhas queridas, Alana e Andrezza, dupla forte e inspiração para minha caminhada enquanto pesquisador.

À Idália e à Kandice, por terem lido com muito zelo e atenção este trabalho. Pelo carinho manifestado no gesto de socorro.

Aos outros amigos que também são muito importantes para mim: Kalmax, Júlio César, Márcia, Ana Vieira e Alana Cunha, por terem, de repente, aparecido em minha vida.

À professora Suelene, por ter colaborado com esta pesquisa ainda quando ela era só um projeto, mas não só por isso, também por ser uma grande amiga e um grande exemplo.

À professora Celina Abbade, por ter aceitado o convite para esta banca, por ler e colaborar com o crescimento deste singelo trabalho.

À professora Helenice, mais uma vez, por ter aceitado participar desta banca.

Ao professor Luciano Pontes, por ter aceitado o convite para a suplência desta banca e também pela amizade e pelos risos gratuitos oferecidos sempre que nos encontramos.

Ao PosLA, por acolher-me, e aos queridos professores por tudo o que pude aprender com eles ao longo deste curso.

E à FUNCAP, por financiar esta pesquisa e por ter honrado direitinho seus compromissos para conosco.

“O homem sentiu sempre – e os poetas frequentemente cantaram – o poder da linguagem, que instaura uma sociedade imaginária, anima as coisas inertes, faz ver o que ainda não existe, traz de volta o que desapareceu.”

(Émile Benveniste)

RESUMO

Nesta pesquisa, através de uma interface teórica entre Linguística Textual e Filologia Textual, buscamos resgatar um episódio da história cearense a partir da leitura de documentos setecentistas, tendo em vista os processos referenciais, com ênfase na Teoria da Acessibilidade, implicados na compreensão desses textos. Subjacentes à análise empregada neste estudo estão: os postulados de Auerbach (1997), Santos e Souza (2012), Gama e Telles (2006), Teixeira (2008), Lamas (2009), Ximenes (2013), entre outros, a respeito da caracterização da Filologia moderna e suas interfaces com outras ciências; a compreensão de texto como um evento comunicativo para o qual convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais (BEAUGRANDE, 1997); a teoria da referenciação (MONDADA e DUBOIS, 2003; MARCUSCHI, 2007; KOCH, 2009); a Teoria da Acessibilidade dos referentes, proposta por Ariel (1996, 2002) e discutida por Costa (2007a; 2007b); a compreensão de língua enquanto prática social e de contexto dinâmico (HANKS, 2008); e a definição de leitura enquanto um processo complexo (FRANCO, 2011). Nosso *corpus* é composto por quatorze documentos do século XVIII, editados e divulgados através da publicação *Memória Colonial do Ceará*, em versão fac-similar e modernizada. Esses documentos dizem respeito à exploração das minas de prata e cobre na serra da Ibiapaba e narram um episódio relevante da história cearense. Organizamos esses documentos em ordem cronológica, apresentando um apêndice e, em seguida, imergimos em nossa análise que foi dividida em três momentos para melhor entendermos como se deu o referido episódio. Os resultados demonstraram que a Teoria da Acessibilidade aponta um caminho relevante para a complexa atividade de leitura dos textos antigos, revelando, com o auxílio de informações que emergem do contexto em que esses textos estão situados, referentes mais opacos, possibilitando compreendermos melhor os fatos. A inferência também auxiliou no preenchimento de determinadas lacunas informacionais. Com isso, somos levados a afirmar que a Filologia Textual, se plenamente sustentada pelas teorias da Linguística de Texto, têm muito a ser beneficiada com estudos que visem o fenômeno textual pela perspectiva sociocognitivista, pois entendemos que ao tratarmos do texto antigo não podemos fugir dos elementos linguísticos, cognitivos e sociais que o constituem.

Palavras-chave: Filologia. Linguística Textual. Teoria da Acessibilidade. Leitura.

ABSTRACT

In this research, through a theoretical interface between Textual Linguistics and Textual Philology, we aim to retrieve an episode of the History of Ceará based on the reading of some seventeenth - century documents, regarding the referential processes, with the notion of Accessibility Theory, implied in the comprehension of texts . Underlying the analysis used in this study are: the postulates of Auerbach (1997), Santos e Souza (2012), Gama and Telles (2006), Teixeira (2008); Lamas (2009) and Ximenes (2013), among others, regarding the characterization of modern Philology and its interfaces with other sciences; An understanding of text as a communicative event for which linguistic, cognitive and social actions converge (BEAUGRANDE, 1997); A theory of reference (MONDADA and DUBOIS, 2003, MARCUSCHI, 2007; KOCH, 2009); The Theory of Accessibility of Referents, proposed by Ariel (1996, 2002) and discussed by Costa (2007a; 2007b); An understanding language as a social practice and being of dynamic context (HANKS, 2008); and the definition of reading as complex process (FRANCO, 2011). Our corpus is composed of fourteen documents from the eighteenth century, edited and published by the publication *Memoria Colonial do Ceará*, in similar and modernized versions. These documents concern the exploration of the silver and copper mines in the Ibiapaba mountain, and narrate a relevant episode in the history of Ceará. We organized these documents in chronological order, we presented an appendix, and then we proceeded to our analysis that was divided into three moments in order to understand better how the episode occurred. The results showed that the Theory of Accessibility points to a path for the complex activity of reading ancient texts, revealing, with the aid of information that emerges from the context in which the texts are situated, more opaque referents, allowing us to better understand the facts. Inference has also helped us to fill in some information gaps. Thus, we are led to affirm that if Textual Philology is fully supported in theories of Text Linguistics, it has much to benefit from studies that aim at the textual phenomenon from the socio-cognitive perspective, linguistic, cognitive or social elements that constitute it.

Keywords: Philology. Textual Linguistics. Theory of Accessibility. Reading.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Página da Publicação MCC	63
Figura 2 - Capa da publicação MCC, volume 5	66
Figura 3 - Sumário do volume 5 da publicação MCC	67
Figura 4 - Ampliação do sumário.....	67
Figura 5 - Organização do Apêndice	71
Figura 6 - Supressão dos trechos alheios aos documentos transcritos	72
Figura 7 - Resumo da Organização administrativa das capitanias no século XVIII	78

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Escala de categorias de estados mentais	44
Quadro 2 - Critérios de hierarquização dos referentes.....	50
Quadro 3 - Fatores que afetam o <i>status</i> de acessibilidade de um antecedente.....	51
Quadro 4 - Lista de documentos primários	69
Quadro 5 - Lista dos documentos secundários	70
Quadro 6 - Informações dos documentos dos Apêndices.....	73

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	DA FILOGIA À FILOGIA TEXTUAL: SEGUINDO AS TRILHAS DO TEXTO.....	21
2.1	PERCURSO E DEFINIÇÃO DOS ESTUDOS FILOLÓGICOS.....	22
2.2	A LINGUÍSTICA DE TEXTO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA SE PENSAR A FILOGIA TEXTUAL.....	30
2.2.1	O conceito de texto.....	31
2.1.2	A inferência e a relevância do contexto.....	35
3	OS PROCESSOS REFERENCIAS COMO RECURSOS PARA A LEITURA DO TEXTO ANTIGO.....	39
3.1	DA REFERÊNCIA À REFERENCIAÇÃO: REVISITANDO AS TEORIAS.....	39
3.1.1	Os modelos explicativos da referência	43
3.1.2	A Teoria da Acessibilidade: um olhar para a progressão referencial.....	47
3.1.3	Fatores que afetam o status de acessibilidade de um antecedente.....	52
3.1.3.1	Distância e Unidade.....	52
3.1.3.2	A competição.....	54
3.1.3.3	A saliência.....	55
3.2	ATANDO AS PONTAS: A COMPLEXIDADE DA LEITURA E SEUS MUITOS CONSTITUINTES EM FUNÇÃO DA LEITURA DO TEXTO ANTIGO.....	57
4	PERCURSO METODOLÓGICO.....	61
4.1	CONTEXTO DA PESQUISA.....	61
4.2	PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	66
4.3	PASSOS DA ANÁLISE.....	73
5	ANALISANDO OS DADOS: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DA ACESSIBILIDADE PARA A LEITURA FILOLÓGICA.....	75
5.1	UMA IMERSÃO NO CONTEXTO DE PRODUÇÃO DOS TEXTOS: O CEARÁ SETECENTISTA.....	76
5.2	A EXPLORAÇÃO DAS MINAS EM IBIAPABA: O QUE NOS DIZ A ANÁLISE DOS DOCUMENTOS.....	83
5.2.1	A concessão de terras.....	85

5.2.2	Os conflitos.....	91
5.2.3	O desfecho.....	99
6	CONCLUSÕES.....	101
	REFERÊNCIAS	106
	APÊNDICES	111
	APÊNDICE A – DOCUMENTOS PRIMÁRIOS.....	112
	APÊNDICE B – DOCUMENTOS SECUNDÁRIOS.....	174

1 INTRODUÇÃO

“Não existe a primeira nem a última palavra, e não há limites para o contexto dialógico (este se estende ao passado sem limites e ao futuro sem limites). Nem os sentidos *do passado*, isto é, nascidos do diálogo dos séculos passados, podem jamais ser estáveis (concluídos, acabados de uma vez por todas): eles sempre irão mudar (renovando-se) no processo de desenvolvimento subsequente, futuro do diálogo. [...] Não existe nada absolutamente morto: cada sentido terá sua festa de renovação. Questão do grande tempo.”

(BAKHTIN, 2012, p. 410)

O pensamento bakhtiniano expresso na epígrafe acima resume o percurso que trilharemos nesta dissertação, cujo trajeto envereda pelos caminhos dos textos antigos e tem como sustentáculo os processos desenvolvidos na tentativa de fazer emergir o sentido condensado nesses textos, pois, como nos esclarece o próprio mestre russo, os sentidos não são estáveis, mas mudam no “sucessivo desenvolvimento do diálogo”. Comungamos essa ideia por acreditarmos que é, justamente, na interação promovida pelo processo dialógico que as massas de sentido imersas são lembradas e revivem promovendo, nos dizeres de Bakhtin, “a grande festa da renovação”. Através desse processo de atualização, os textos renovam-se, atualizam-se e, assim, perpetuam a investigação do ser nas constantes descobertas pelo universo da linguagem.

Pensarmos esse percurso de investigação enquanto observadores e, ao mesmo tempo, participantes dialógicos é sempre um grande desafio, isso porque parece-nos problemático olhar para o centro de dentro dele mesmo. Podemos dizer que nossas relações são permeadas pela linguagem e, agindo sobre ela em forma de textos, estamos sempre atuando enquanto narradores-personagens, uma primeiríssima pessoa que se faz presente em todas as nossas formas de agir sobre o mundo.

Somos seres de sentidos e, por isso, também estamos em constante processo de renovação. Parafraçando Hillé, personagem de um dos romances de Hilda Hilst, este trabalho surgiu quando “vi-me afastado do centro” por mim já “habitado” há tempos, desde as pesquisas da graduação, que é o universo teórico da Linguística Textual. Como acontece sempre que estamos diante de uma nova realidade - no nosso caso, dentro de um projeto ligado à Filologia -, os momentos iniciais desta pesquisa foram marcados pelo estranhamento, pelas novas leituras e pela tentativa de estabelecer uma relação entre os conhecimentos já adquiridos e os que estavam emergindo a cada nova descoberta. Foi então que, entre voltas e mais voltas, entre teorias e objetos, este estudo encontrou equilíbrio. A perturbação inicial serviu-nos para

compreender que toda e qualquer pesquisa (afinal também estamos falando de textos) surge a partir desse deslocamento e dos constantes desequilíbrios dos sistemas. Aliás, como nos apontam Maturana e Varela (1995), esses movimentos são fundamentais para a conservação dos sistemas.

A dificuldade por nós encontrada não dizia respeito apenas aos diversos entremeios, nós e emaranhados teóricos e metodológicos (contrariedades comuns a qualquer pesquisa), mas ao laborioso serviço que é expressar-se através da palavra que, dentro de nossa área de investigação, é especialmente objeto e meio, o que dificulta em níveis grandiosos qualquer serviço, por menor que seja.

Foi ao depararmo-nos com o objeto teórico comum entre Filologia e Linguística Textual que pensamos em desenvolver este estudo assentado nessas duas áreas de investigação da linguagem. Nossa motivação foi tentar traçar novos rumos para o nosso percurso e vermos em que ponto as teorias de uma e outra área poderiam dialogar, complementar-se e contribuir para nossa pesquisa, uma vez que Filologia e Linguística Textual lidam com o texto.

A Filologia, desde sua gênese, está fortemente ligada ao passado de um povo, sua cultura, suas tradições e seu modo de pensar, tudo isso manifestado através da linguagem oral ou escrita. Desse modo, pensamos que um estudo que tem como objeto textos antigos leva-nos a lançar um olhar para o passado a fim de reconstruir vestígios importantes para a compreensão de como nossos antepassados estabeleciam relações discursivas por meio da língua. Logo, se a Filologia se sustenta, principalmente, nas investigações mediante registros deixados por um determinado povo – registros quase sempre em forma de textos escritos –, pensamos que em algum aspecto a Linguística Textual pode contribuir com um trabalho nesse viés.

Antes mesmo de se falar em teorias linguísticas, a Filologia já existia, talvez não enquanto ciência, mas como trabalho material desenvolvido por povos antigos desde eras passadas. No entanto, com a emergência das teorias linguísticas, os estudos filológicos foram lançados ao ostracismo em detrimento dos estudos linguísticos. Autores como Elia (1979), por exemplo, afirmam que, mesmo historicamente a Filologia tendo precedido a linguística, atualmente precisamos reconhecer que a Filologia se situa dentro do campo das pesquisas linguísticas.

É a partir dessa nova realidade, em um novo mosaico teórico, que a Filologia, atualmente, reapresenta-se como uma área dos estudos da linguagem que vem, na pesquisa que apresentamos, encontrar na Linguística Textual um apoio valioso para sua atualização, uma vez que o texto também tem adquirido um *status* que ultrapassa os limites dos fólhos e permite-

nos compreender, sob uma proposta sociocognitiva e interacional, diversos elementos imateriais referentes a nossa cultura e aos costumes dos nossos antepassados.

Sabe-se que existiram e ainda existem divergências a respeito do que seria a Filologia. Entretanto, inegável é que esta tem como objeto de estudo o texto escrito. Como nos diz Ximenes (2013), devemos sempre levar em consideração que a prática filológica não existe sem os textos escritos. Justificamos essa afirmação através das palavras de Coulmas (2014) a fim de nos resguardarmos do aparente favorecimento da escrita em detrimento da oralidade, questão a respeito da qual não discutiremos neste trabalho. Afirma Coulmas (2014, p. 41) que:

Todas as línguas mudam e se desenvolvem no curso do tempo, mas só as línguas escritas carregam os registros de seu próprio passado, registros que podem ser inspecionados, referidos como exemplos, idealizados, citados literalmente, falsificados, canonizados, condenados como “tirania”, traduzidos.

De nossa parte, ponderamos que já se fala em Filologia oral. Malberg (2003)¹, na introdução da obra *Los nuevos caminos de la Linguística*, já considerava a importância de a Filologia tomar o texto em um sentido amplo para se explorar, por exemplo, o folclore e as tradições que só se transmitem oralmente. “Hoje em dia, se estudam a linguagem e a cultura dos povos primitivos com o auxílio da gravação do som: o registro em ondas sonoras da fala viva e espontânea serve em grande medida aos mesmos propósitos que o texto escrito que sobrevive de uma época passada”. (MALBERG, 2003, p. 2)

Compreendemos, por um lado, que a função do filólogo é de extrema importância para resguardar, editar e proteger documentos de sua destruição material, mas por outro, concordamos com Santos e Souza (2012) quando esses autores dizem que a prática filológica não se limita à edição de textos. Aliás, para eles, a Filologia “caracteriza-se por sustentar uma investigação de natureza interdisciplinar, que envolve a Crítica Genética, a Bibliografia Textual, a Sociologia do Texto, a Linguística, os Estudos Literários e a História Cultural” (SANTOS; SOUZA, 2012, p.25). Essas reflexões acentuam ainda mais a ideia de que a Filologia se mostra

atual e coerente com a forma de pensar e construir saber na contemporaneidade, por meio de leituras que possibilitam, através do aspecto multifacetado e fragmentado do objeto de estudo, conjugar vários campos do conhecimento, desenvolvendo, de fato, um trabalho interdisciplinar. (SANTOS; SOUZA, 2012, p. 26)

Obviamente, essa afirmação dos autores está estritamente ligada às mudanças na concepção de texto. Ora, se a Filologia é uma ciência tão rica e se seu principal objeto de estudo

¹ Citamos a edição mais recente, mas é válido salientar que a primeira edição dessa obra data de 1967.

é o texto, conforme afirmam os principais estudos na área (RIGHI, 1967; SPINA, 1997; AUERBACH, 1997; CAMBRAIA, 2005), logicamente as abordagens desse objeto vêm se transformando com o passar do tempo a partir das diferentes formas de se conceber tal objeto. Tal fato leva diversos estudiosos como Santos e Souza (2012), Gama e Telles (2006), Teixeira (2008), por exemplo, a defenderem a existência de uma Filologia Textual que se afasta do trabalho costumeiramente relacionado à Linguística Histórica. Assim, a Linguística presente nas análises filológicas diz respeito a outros fenômenos de manifestação da linguagem, a outras searas que não a do estudo comparativo das línguas.

Especificamente, no grupo de pesquisa *Práticas de Edição de Textos do Ceará* (PRAETECE), do qual fazemos parte, diversas pesquisas distanciam-se do que tradicionalmente se pensa quando se fala em Filologia². Como exemplo, podemos citar a edição e o estudo linguístico dos Autos de Querrela e Denúncia realizados por Ximenes (2004; 2009; 2013); o viés do estudo lexicográfico realizado por Nunes (2014) a partir do mesmo *corpus*; o estudo sociorretórico das cartas administrativas do século XVIII da Capitania do Ceará, feito por Sousa (2016), dentre outros.

Assim, também nós assumimos, neste trabalho, o desafio de explorar textos que remontam ao período colonial de nossa história. Editados e publicados na coleção *Memória Colonial do Ceará*³, os documentos que nos servem de *corpus* constituem um valioso projeto de edição de textos que ainda não foram explorados em um estudo como este.

Nesta pesquisa, apropriamo-nos do conceito de Filologia Textual, motivados pela afinidade que temos com as teorias da Linguística de Texto e atentos às discussões levantadas por Santos e Souza (2012) a respeito de uma perspectiva transdisciplinar para os estudos filológicos. Este trabalho objetiva, então, resgatar um episódio da história cearense a partir da leitura de documentos setecentistas, tendo em vista os processos referenciais, com ênfase na Teoria da Acessibilidade (ARIEL, 1996; 2001), implicados na compreensão desses textos. Motivados por essa proposta central, objetivamos também observar como as informações contextuais contribuem para o estreitamento de lacunas informacionais que prejudicam a acessibilidade de determinadas formas referenciais; e discutir a relevância da abordagem

² Referimo-nos ao modo de conceber a Filologia somente como exercício de edição de textos antigos ou quanto estudo comparativo das línguas - características marcantes do exercício filológico até os anos finais do século XX- conforme veremos mais adiante. Nosso argumento, porém, não visa desmerecer tais práticas nem sua relevância para os estudos das línguas. Nossa argumentação busca, isso sim, apresentar pesquisas que se distanciam dessa concepção clássica de Filologia e apontam para um novo modo de se pensar os estudos na área, conforme já defendemos em nosso trabalho anterior. Cf. ALVES; XIMENES; SANTOS, 2016.

³ Doravante citado pela sigla MCC.

sociocognitivista dos fenômenos textuais para se repensar os estudos filológicos na contemporaneidade.

São caras ao estudo que ora desenvolvemos, a compreensão de texto enquanto um processo de produção e de recepção construído a partir de diversos elementos que o afetam (SANTOS; SOUZA, 2012), entendendo o texto como um evento comunicativo para o qual convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais (BEAUGRANDE, 1997); a teoria da referenciação (MONDADA e DUBOIS, 2003; MARCUSCHI, 2007; KOCH, 2009) com ênfase nos fatores de acessibilidade dos referentes (ARIEL, 1996; 2001; COSTA 2007a; 2007b), pois vemos, dentro dos estudos da referenciação, que a abordagem dada por essa teoria é muito adequada ao propósito desta pesquisa; a compreensão de língua enquanto prática social e de contexto enquanto uma construção dinâmica dentro de um múltiplo processo de emergência e incorporação (HANKS, 2008), e a definição de leitura enquanto processo complexo (FRANCO, 2011) diretamente dependente da atividade inferencial (MARCUSCHI, 2008; KOCH, 2008).

Apesar de esta pesquisa ser centrada no campo dos estudos filológicos, não nos propomos a editar manuscritos. Nosso *corpus* já foi editado e publicado em versão fac-similada e modernizada, através do projeto MCC. No entanto, nem por isso julgamos ser esta pesquisa menos laboriosa, ou menos valiosa para o campo das pesquisas filológicas, uma vez que adotamos uma concepção ampla de Filologia que segundo Auerbach (1972, p.11) “compreende um conjunto das atividades que se ocupam metodicamente da linguagem do Homem e das obras de arte escritas nessa linguagem”. Isso porque esse autor, além da prática de edição de texto, “considera que todas as atividades que articulam língua, texto e cultura, podem ser entendidas como práticas filológicas” (SANTOS E SOUZA, 2012, p. 18).

Serviu-nos de inspiração o trabalho desenvolvido por Queiroz (2015), que analisou em sua dissertação cartas pessoais dos anos 30 disponibilizadas no site do PHPB (Para a História do Português Brasileiro). No referido estudo, a autora fez uma análise dos processos referenciais envolvidos na construção dos *selves* dos sujeitos autores das cartas.

Acreditamos que este nosso trabalho tende a oferecer para os estudos filológicos contribuições por tratar-se, como já dissemos, de uma interseção entre o que chamamos de Filologia Textual e a Linguística de Texto a fim de contribuir com a leitura desses documentos do período colonial cearense.

Esta pesquisa justifica-se, ainda, por aproximarmos Filologia e Linguística, pois acreditamos que lançando mão dos estudos da referenciação, conseguiremos contribuir com essa descoberta do que está oculto entre as linhas dos textos do período colonial cearense que nos servem de *corpus* e assim proporcionar uma leitura contextualizada reconstruindo uma fase

da nossa história, ainda no período germinal das relações político-administrativas dentro da colônia. Por ter esse viés interdisciplinar, característico, sobretudo, das pesquisas em Linguística Aplicada, acreditamos que este estudo oferecerá contribuições para se pensar a própria história do Ceará, servindo de apoio para discussões na área da História e de outras ciências humanas, já que, indo buscar na própria fonte histórica (que são os documentos manuscritos) as informações desse quebra-cabeça que discutimos e procuramos montar, podemos oferecer uma leitura mais esclarecedora desses textos.

Logo, o percurso teórico-metodológico desta pesquisa gira em torno dos seguintes questionamentos:

- Como um estudo dos processos referenciais, com ênfase na Teoria da Acessibilidade (ARIEL, 1996; 2002), pode contribuir para a leitura e compreensão de documentos setecentistas com vistas ao resgate de um episódio da história cearense?
- Como as informações contextuais contribuem para o estreitamento de lacunas informacionais que prejudicam a acessibilidade de determinadas formas referenciais?
- De que modo a abordagem sociocognitivista dos fenômenos textuais contribui para se repensar os estudos filológicos na contemporaneidade?

A fim de tentarmos responder a esses questionamentos, organizamos a discussão aqui apresentada, em cinco seções, além desta introdução, em que explanamos de forma geral os aspectos norteadores desta pesquisa, nossas motivações e nossa proposta de trabalho.

Na seção dois, discorreremos acerca da concepção de Filologia apresentando alguns conceitos atribuídos a essa área dos estudos da linguagem. Defendemos que as diferentes formas de se conceber a ciência filológica estão intrinsecamente relacionadas ao *status* que o texto, seu objeto de estudo, adquiriu ao longo das pesquisas linguísticas. Assim, discutimos o trajeto percorrido pela Filologia desde sua origem no mundo Ocidental entre os povos gregos, até sua caracterização como Filologia Textual, assumindo um caráter mais renovado através da interface teórica com a Linguística Textual. Ao discutirmos o fenômeno textual sob uma abordagem sociocognitivista, entendemos a necessidade de dar atenção ao contexto enquanto elemento fundamental intrinsecamente relacionado à compreensão de textos em qualquer época. Entre os vários agentes do texto, chamamos a atenção para os processos inferenciais (MARCUSCHI, 2008) que colaboram para o entendimento das informações condensadas nos documentos.

Na seção três, inicialmente, dedicamo-nos a apresentar o conceito de referenciação discutindo brevemente o que propõem os estudos da área, pautados no viés sociocognitivista. Em seguida, discutimos com base em Costa (2007a; 2007b) as principais abordagens que tentaram dar conta do fenômeno da referência, apresentando as características de cada uma e posicionando-se em favor da Teoria da Acessibilidade, apresentada por Ariel (1996; 2001), que julgamos ser mais adequada à abordagem que queremos dar nesta pesquisa aos processos referenciais. Concluimos o capítulo discutindo a abordagem complexa da leitura (FRANCO, 2011).

Na seção quatro apresentamos a metodologia deste trabalho, as informações referentes ao *corpus* desta pesquisa, a forma de organização dos dados e os procedimentos de análise.

Na seção cinco, tendo por base a fundamentação teórica desta dissertação, realizamos a análise do *corpus* a fim de observar como, no processo de leitura desses textos antigos, recorreremos, explicitamente, a elementos contextuais e a pistas textuais para reconstituir referentes opacos presentes nos documentos.

Ao final, na seção seis, tecemos nossas considerações acerca deste trabalho apresentando nossas principais conclusões e possíveis encaminhamentos como desdobramentos desta pesquisa.

Após as referências, apresentamos os apêndices organizados em duas partes com os documentos a respeito dos quais versa este estudo.

Dito isso, passemos a discutir o conceito de Filologia e a forma como o caráter sociocognitivo do texto contribui para uma atualização dessa ciência.

2 DA FILOLOGIA À FILOLOGIA TEXTUAL: SEGUINDO AS TRILHAS DO TEXTO

“[...] Cheguei a pegar em livros velhos, livros mortos, livros enterrados, a abri-los, a compará-los, catando o texto e o sentido [...]. Catei os próprios vermes dos livros, para que me dissessem o que havia nos textos roídos por eles. — Meu senhor, respondeu-me um longo verme gordo, nós não sabemos absolutamente nada dos textos que roemos, nem escolhemos o que roemos, nem amamos ou detestamos o que roemos; nós roemos. Não lhe arranquei mais nada. Os outros todos, como se houvessem passado palavra, repetiam a mesma cantilena. Talvez esse discreto silêncio sobre os textos roídos fosse ainda um modo de roer o roído. “

(*Dom Casmurro*, Machado de Assis)

O trecho extraído do Romance *Dom Casmurro*, de autoria do escritor Machado de Assis, por quem nutrimos grande apreço, apresenta de forma metafórica, uma discussão relevante para nós neste capítulo em que apresentamos parte da teoria que subjaz nossa análise. Aqui estão em voga três discussões: o **conceito de Filologia** (e, por consequência, o papel do filólogo), o **conceito de texto** e o **conceito de contexto**. Compreendemos que, assim como o personagem Bentinho, na epígrafe apresentada no início desta seção, o Filólogo constantemente está em contato com os registros antigos, buscando respostas, questionando, apurando o conhecimento a respeito das informações guardadas pelo tempo. A metáfora dos vermes é, a nosso ver, símbolo de um leitor passivo, aquele que absorve as informações pura e simplesmente, sem agir sobre o que lê ou ouve. Tal metáfora está ligada a uma visão clássica de sujeito, alheio às influências externas do mundo que o rodeia. Esse sujeito não sabe absolutamente nada a respeito dos “textos” que “rói” (para insistir na metáfora) e relega-se ao trabalho de permanecer, sempre, a “roer o roído”.

A atual concepção de língua/gem adotada no campo dos estudos linguísticos – sobretudo na Linguística Textual -, diferentemente do que expressa o trecho do romance machadiano, reclama para as demais ciências que trabalham com o texto a abordagem desse objeto enquanto construto para além da materialidade, nunca “enterrado” por completo, pelo contrário, seu sentido é sempre atualizável no grande fluxo do tempo, como bem nos lembra Bakhtin, citado na introdução desta dissertação. Entender os conceitos de Língua/gem e texto sob essa nova perspectiva implica uma compreensão de sujeito enquanto ator social co-participante do ato enunciativo.

Tendo em vista a relevância dessa discussão e por assumirmos uma perspectiva de abordagem dos fenômenos textuais ancorada numa visão sociocognitivista, julgamos ser

conveniente apresentar como as metamorfoses conceituais pelas quais a Filologia passou têm, em nossa perspectiva, uma intrínseca relação com o *status* que o texto veio incorporando, sobretudo, dentro dos estudos da Linguística Textual.

Dessa forma, discutimos, inicialmente, o que se pensa/va a respeito do conceito de Filologia, fazendo um breve apanhado desde o trabalho desenvolvido pelos povos helenísticos, passando por um período de ostracismo, até o seu ressurgimento ao lado das “ciências modernas”, a partir dos anos finais do século XX, chegando, hoje, a ser definida como Filologia Textual. Depois, buscamos mostrar como os conceitos adotados pelos pesquisadores da Linguística de Texto tendem a contribuir com o desenvolvimento das pesquisas no campo da Filologia, realizando uma interface entre essas duas áreas do estudo da linguagem. Recordamos as palavras de Queiroz (2015, p. 10), que considera que “sendo o texto um construto multidisciplinar, não há como fugir à interface da Linguística de Texto com as diversas ciências que dão conta do estudo da linguagem”. É essa interface teórica que buscamos discutir no que se segue.

2.1 PERCURSO E DEFINIÇÃO DOS ESTUDOS FILOLÓGICOS

A história de um povo, sua cultura, suas transformações e crenças, dentre outras questões, são informações importantíssimas para sabermos de onde viemos, onde estamos e imaginarmos para onde vamos. Ao longo do tempo, os povos de todo o mundo buscaram transmitir informações através de registros de diversos tipos que foram sendo sistematizados até chegarmos à condição de evidenciar tais informações por meio da escrita. De acordo com Coulmas (2014, p. 11) “os sistemas de escrita e a língua escrita são objetos surpreendentes, de grande complexidade, testemunhos do engenho humano e da nossa determinação em criar nosso próprio universo”. Ora, com o intuito de investigar esse universo humano manifestado em formas escritas, diversos filólogos, através de um minucioso trabalho de leitura e edição desses registros, contribuem para o desenvolvimento das pesquisas linguísticas e de outras ciências humanas considerando o caráter interdisciplinar que a Filologia possui. Antes de avançarmos pelo caminho que, para o mundo ocidental, tem início entre os povos alexandrinos, faz-se necessário conceituarmos o que se pensa sobre Filologia. De antemão, é válido ressaltarmos que não existe um consenso entre os estudiosos da área a respeito do que seria, precisamente, esta ciência. A seguir, elencamos algumas definições.

O *Dicionário de Linguística* (DUBOIS *et al.*, 2014, p. 258) elucida o caráter histórico do labor filológico ao definir Filologia como sendo “uma ciência histórica que tem

por objeto o conhecimento das civilizações passadas através dos documentos escritos que elas nos deixaram; estes nos permitem compreender e explicar as sociedades antigas”.

Caetano Righi (1967), adotando uma visão mais clássica e, a nosso ver, mais material do trabalho filológico, afirma que “a filologia é esse interesse por conservar os textos, esse afã por fixar com exatidão os documentos, por estabelecê-los e documentá-los para poder descrevê-los fidedignamente e reproduzi-los de um modo sensível como depósitos de sabedoria certa do passado” (RIGHI, 1967, p. 13)⁴.

Já para Ximenes (2013, p. 178), o papel da Filologia é resgatar a produção textual de uma época, possibilitando, assim, conhecermos a história da língua e suas mudanças sociais, compreendendo “todas as manifestações vividas por uma comunidade, expressas nas entrelinhas dos textos”. Esse autor afirma que uma função básica da Filologia é a recuperação de textos escritos em tempos pretéritos. Para ele, é essa característica primeira que nos ocorre quando pensamos no termo.

Santiago-Almeida (2011, p. 2), por sua vez, compreende a Filologia a partir de dois sentidos: no sentido amplo e no sentido estrito. Para ele,

no sentido mais amplo (*latu sensu*), a filologia dedica-se ao estudo da língua em sua amplitude – linguístico, literário, crítico-textual, sócio-histórico etc. – no tempo e no espaço, tendo como objeto de estudo o texto escrito, literário e não-literário. [...] No sentido mais estreito (*stricto sensu*), a filologia se concentra no texto escrito, primordialmente literário, para estabelecê-lo, fixá-lo, restituindo-lhe à sua genuinidade, e prepará-lo para publicação.

A definição de Santiago-Almeida, como podemos perceber, abrange tanto o viés linguístico, decorrente do trabalho filológico, quanto o viés literário. Dessa definição, depreendemos que, *stricto sensu*, a Filologia pode ser tida como sinônimo de Crítica Textual. Autores como Castro (1992), também apresentam essa característica dos estudos filológicos. Para esse autor, a Filologia é a:

ciência que estuda a gênese e a escrita dos textos, a sua difusão e a transformação dos textos no decurso da sua transmissão, as características materiais e o modo de conservação dos suportes textuais, o modo de editar os textos com respeito máximo pela intenção manifesta do autor. (CASTRO, 1992, p. 124 *apud* MEGALE e CAMBRAIA, 1999, p. 1)

Diante dessas definições, notamos que não há, precisamente, um consenso quanto ao termo Filologia. No entanto, é inegável que os estudos filológicos ocidentais têm seu berço

⁴ [...] filología es ese interés por conservar los textos, ese afán por fijar con exactitud los documentos, por establecerlos y documentarlos para poderlos describir fidedignamente y reproducirlos de un modo sensible como depósitos de la sabiduría cierta del pasado.

entre os povos gregos, na região de Alexandria, por volta do século III a.C., em um período conhecido como helenístico.

De acordo com Spina (1997), a fase helenística (também conhecida como alexandrina), que se estende aproximadamente, de 322 a 116 a.C. foi o período em que a Grécia não só se voltou para repensar seu passado⁵, mas também o período em que exportou formas de criação para diversos outros lugares do mundo. Nesse momento, “eruditos de toda procedência se sucederam como bibliotecários da famosa biblioteca de Alexandria, que [...] se tornou o maior centro de cultura helênica da Antiguidade” (SPINA, 1977, p. 60). O acervo encontrado na biblioteca de Alexandria era bastante numeroso⁶ e, como aponta Spina (1977), por consequência da ordenação e catalogação desse acervo, começaram a surgir problemas pertinentes à autenticidade das obras, à vida dos autores e, posteriormente, à preparação de textos para o público e para as escolas.

Spina (1977) afirma que o trabalho desenvolvido por sábios bibliotecários que se sucederam em Alexandria, como Zenódoto de Éfeso (autor da primeira edição crítica dos poemas de Homero), Erastótenes (o primeiro a se chamar “filólogo”), Aristófanes de Bizâncio (autor de uma edição exemplar dos poemas de Homero e de edições críticas de Alceu, Anacreonte, Píndaro etc.) e Aristarco (que fez duas edições de Homero com Aristófanes de Bizâncio, constituindo a culminação da investigação filológica em Alexandria) foi fundamental no serviço de restauração de textos literários antigos, “tornando-os inteligíveis às gerações da época, sobretudo os poemas épicos de Homero”. (SPINA, 1977, p. 61).

Câmara Jr. (1975) ressalta que essa atividade de edição dos textos dos antigos poetas da Grécia, principalmente Homero, se fazia muito necessária, pois a literatura grega usava dialetos locais. Assim, a atividade dos filólogos era, também, a de estudar as fases da língua grega, comparar esses dialetos e produzir um manuscrito mais ou menos consensual através de um grande processo de crítica textual e dos estudos de caráter comparativo.

Dessa forma, se dissemos, anteriormente, que não há um consenso entre os estudiosos da área acerca do que seria precisamente Filologia, o mesmo não acontece quando falamos das origens dessa ciência, pois todos concordam que a Biblioteca de Alexandria foi o grande centro ocidental das pesquisas filológicas. Santos e Souza (2012), por exemplo, afirmam

⁵ Segundo Spina (1997), nesse período a Grécia retomava seu apogeu criador revisitando a obra de inúmeros autores antigos. Na filosofia, Platão, Sócrates e Aristóteles; no teatro, Sófocles, Eurípedes e Aristófanes; na historiografia com Heródoto, Tucídedes e Xenonte; e na eloquência, Isócrates e Demóstenes.

⁶ Spina (1997, p.60) afirma que o acervo da biblioteca de Alexandria era composto por “490 mil volumes e outros 43 mil colocados, por falta de espaço, no museu Serapeum, contíguo à Biblioteca”.

que Alexandria, dentre as tradições culturais que desenvolveram “práticas filológicas”, foi a que mais se destacou chegando a se tornar parâmetro para os intelectuais do Humanismo Renascentista⁷, por volta do século XVI, na Europa. Segundo Basseto (2001, p. 28), nessa época, “surgem renomados humanistas e a filologia é retomada com a pesquisa ‘real’ dos antigos, buscando uma explicação compreensiva dos textos”. Basseto elenca alguns dos principais trabalhos desenvolvidos nessa época:

[...] é preciso citar especialmente a trilogia formada por José Justo Escalígero (1540-1653), Cláudio de Saumaise (1588-1653) e Isaac Casaubon (1559-1614). Ligado a esses três e, de certa forma, seu guia, Júlio César Escalígero (1484-1558), exerceu grande influência tanto pela disputa mantida com Erasmo de Roterdã (1467-1536) como por suas edições das obras de Teofrasto e de Aristóteles, a publicação dos seus *Poetices Libri VII* (1561), de teoria literária, e o *De Causis Linguae Latinae*, considerada a primeira proposta de uma gramática latina específica. Como humanista, médico e poeta, Júlio César Escalígero é o modelo do “sábio” ou “filósofo” na acepção grega e latina. O termo “filólogo” volta a qualificar os expoentes intelectuais, e a filologia ressurgiu com vigor, como se vê na obra de Guillaume Budé ou Guliermus Budaeus (1467-1540), dito o Erasmo da França, *De Philologia Libri II* (1532), tendo sido um dos primeiros a escrever também em francês, além de obras redigidas em grego e latim. (BASSETO, 2001, p. 28)

De acordo com Auerbach (1972 p. 12) “os esforços dos humanistas se orientavam no sentido de estudar e imitar os autores da antiguidade grega e latina, e a escrever num estilo semelhante ao deles, quer em latim, que ainda era a língua dos eruditos, quer em sua língua materna”. A tarefa dos humanistas era, então, “encontrar os manuscritos que ainda existissem, compará-los em seguida e tentar extrair o texto original, aquele redigido pelo autor”.

Tal trabalho se fazia pertinente porque, na atividade de copiar à mão inúmeros textos, os erros de cópia eram muito comuns, muitas vezes por uma atitude involuntária do copista, que ao tirar os olhos da folha acabava perdendo uma palavra (o salto-bordão), ou mesmo por uma atitude maliciosa do copista, que queria realmente alterar o manuscrito. Assim, a tendência dos estudos filológicos no século XVI era muito parecida com aquela atividade exercida pelos helenísticos, em Alexandria. Essa forma de pensar a atividade filológica

⁷ Convém lembrarmos que o Humanismo, também chamado de Classicismo, recebeu esse nome por representar um retorno aos padrões estéticos da antiguidade grega e romana, ou seja, um retorno à era clássica. Esse foi um movimento intelectual que se desenvolveu na Europa, por volta dos séculos XV e XVI. Segundo Carvalho (2006), os pensadores e grandes intelectuais da época inspiraram-se fortemente na produção artística da antiguidade grega e romana, o que representou um retorno aos grandes pensadores e escritores clássicos. Tal tendência trouxe à tona o modo como se pensava o estudo das línguas antigas e da literatura. O trabalho filológico nesse período foi também beneficiado com a criação da imprensa, por Gutemberg. O que impulsionou a produção de livros, que não precisavam mais ser reproduzidos à mão, por copistas, atividade que demandava bastante tempo. Com a publicação cada vez mais rápida de textos, a atividade de Crítica Textual volta a figurar entre os estudos filológicos como muito importante na busca de possíveis falhas de reprodução dos textos e/ou deturpações do “sentido originalmente empregado pelo autor”.

perdurou até o século XIX, passando pelo surgimento do método de edição crítica de Karl Lachman⁸, durante os anos finais do século XVIII, até as críticas feitas por Bédier⁹. Esses estudiosos ainda tinham uma latente preocupação com a preservação do “sentido” do texto ideal. Aquele que não estaria corrompido. “Portanto, caberia ao filólogo resgatar esse sentido verdadeiro” (SANTOS E SOUZA, 2012, p. 16).

No século XIX, surge outra corrente dos estudos filológicos fortemente marcada pelo estudo comparado das línguas com base em suas gramáticas, na tentativa de estabelecer relações entre essas línguas e classificá-las em famílias. De acordo com Gabas Jr. (2012, p. 86), nesse período, Willian Jones, juiz inglês que estava na Índia, propôs que o latim, o grego e o sânscrito eram línguas aparentadas. Jones “não apenas demonstrou, com os métodos de correspondência de som, que tal afirmação era possível de ser comprovada, como também hipotetizou que as três línguas eram derivadas de uma outra língua, possivelmente já extinta (hoje sabemos que é o protoindo-europeu)”. Essas descobertas proporcionaram, segundo Gabas Jr. (2012), o começo da Linguística Histórica, que se concentrou nas línguas indo-europeias por conta da sua numerosa quantidade de registros históricos.

Diante desse contexto de descobertas, diversos pesquisadores começaram a estudar tais fenômenos em línguas ainda não exploradas. Bassetto (2001) considera que o método histórico-comparatista deixou muitas lacunas em suas análises, no entanto, pondera o autor que são inegáveis as influências desse método nos estudos das línguas, como o latim e o grego antigo, a partir dos quais podemos descobrir inúmeras intersecções entre essas e as línguas modernas. Essas contribuições proporcionaram, em meados do século XIX, o surgimento da Filologia Românica voltada, segundo Silva Neto (1960), para dois tipos de expressões linguísticas: a dos grandes escritores e a das comunidades regionais.

Ximenes (2013) afirma que a concepção de Filologia vigente até o final do século XIX era de caráter globalizante, por envolver aspectos sócio-históricos e fazer interface com

⁸ De acordo com Cambraia (2005), Karl Lachmann (1793-1851) foi o primeiro a constituir um método mais rigoroso para a fixação dos textos. Esse método ficou conhecido como método lachmanniano que, sinteticamente, dividia-se em duas partes: a **emenda** e a **recensão**. Para Timpanaro (2002 *apud* CAMBRAIA, 2005, p. 52), de todos os critérios estabelecidos por Lachmann, a sua contribuição mais pessoal diz respeito à “formulação de critérios para determinar mecanicamente, sem se recorrer ao juízo (lat. *iudicium*) do editor, qual, dentre várias lições, remonta ao arquétipo”, ou seja, ao modelo ou exemplar mais próximo do original.

⁹ O modelo de crítica textual de Lachmann foi especialmente criticado por Joseph Bédier (1864-1938), que embora tenha usado o método em um primeiro momento de seus trabalhos de edição, rejeitou-o, posteriormente, “convencido de que o método anteriormente seguido conduzia, quase sempre, à distribuição do conjunto de manuscritos a uma tradição de ramos bífidos, o que praticamente inviabilizava a escolha mecânica de variantes” (CAMBRAIA, 2005, p. 52). [...] Com base nisso, “defendeu o método de editar textos com base em um ‘bom manuscrito’, publicado quase sempre sem retoques e acompanhado de notas que marcam, como nos diz o próprio Bédier (1928:177), um retorno na direção da técnica dos antigos humanistas”. (CAMBRAIA, 2005, p. 52)

áreas como a Paleografia, a Diplomática e a Codicologia¹⁰, com vistas à compreensão dos textos. No início do século XX, no entanto, tais estudos foram postos em segundo plano diante da emergência da Linguística enquanto ciência do século.

Neste ponto, parece-nos coerente abordarmos a querela entre Filologia e Linguística, criada a partir do surgimento desta última ciência. Para Ximenes (2013), daí surge a “crise de identidade” da Filologia. Tal ocorrência, na visão desse autor, é consequência da tendência natural do ser humano de compartimentalizar as coisas, embora isso nunca seja feito de modo claro.

De acordo com Marquilhas (2008), o marco da segmentação entre Linguística e Filologia foi a importante afirmação dos neogramáticos em seu manifesto, no qual declararam que “as gramáticas das línguas de todas as épocas e de todos os lugares têm natureza semelhante e não se degradam com o tempo. São qualitativamente iguais em todos os contextos espaciais e temporais” (MARQUILHAS, 2008, p. 19). Dessa forma, seria desnecessário o exercício de investigar e comparar línguas a fim de se chegar à origem de todas elas. Tal afirmação teve como consequência o desânimo pelos estudos comparativos. A partir de então, a Filologia passou a ser concebida puramente como uma atividade de crítica textual, separando-se dos estudos linguísticos e literários.

Outra questão a respeito da qual não há consenso entre os pesquisadores da Filologia diz respeito ao lugar desta dentro das ciências da linguagem. Alguns autores consideram Linguística e Filologia como ciências paralelas, mas outros veem a Filologia como uma área de pesquisa dentro dos estudos linguísticos, alguns, ainda, afirmam que a Filologia é uma ciência macro, e seria a Linguística um desdobramento dessa. A nosso ver, Filologia e Linguística são ciências que, apesar de possuírem pontos de interseção, distinguem-se, uma vez que nem todas as investigações do campo linguístico podem ser abarcadas dentro dos estudos filológicos e vice-versa. No entanto, não podemos deixar de considerar que a Filologia, como todas as ciências modernas, possui um caráter interdisciplinar, o que permite diálogos dessa não só com a Linguística, mas também com a História, a Sociologia, a Antropologia etc.

¹⁰Cambraia (2005), tomando Filologia como sinônimo de Crítica Textual, considera que essas áreas do conhecimento têm um forte impacto no trabalho de edição de textos. Baseando-se na definição do próprio autor, podemos considerar **Paleografia** como um estudo das escritas antigas, como se constituíram sócio historicamente os sistemas de escrita, relacionando determinada forma de escrita a um período específico; a **Diplomática** consiste no estudo dos documentos, em especial os jurídicos, entendendo-se documentos como qualquer informação escrita de algum conhecimento; a **Codicologia** trata do códice, ou seja, o livro manuscrito, e compreende os diversos aspectos de confecção do material escrito, ou seja, a confecção do livro, sua ilustração etc.

É por causa da dimensão interdisciplinar que a Filologia possui que Spina (1997 p. 75-77) classifica em três as suas atividades básicas:

1ª) **Função substantiva**, em que ela se concentra no texto para explicá-lo, restituí-lo à sua forma genuína e prepará-lo tecnicamente para publicação;

2ª) **Função adjetiva**, em que ela deduz, do texto, aquilo que não está nele: a determinação de autoria, a biografia do autor, a datação do texto, a sua posição na produção literária do autor e da época, bem como a sua avaliação estética (valorização);

3ª) **Função transcendente**, em que o texto deixa de ser um fim em si mesmo da tarefa filológica, para se transformar num instrumento que permite ao filólogo reconstituir a vida espiritual de um povo ou de uma comunidade em determinada época. A individualidade ou a presença do texto praticamente desaparece, pois o leitor, abstraído do texto, apenas se compraz no estudo que dele resultou”.

Além dessas definições, Spina (1997) afirma que a Filologia se concentra no texto escrito para explicá-lo e prepará-lo para ser publicado. Assim, seria papel do filólogo tornar essa materialidade textual inteligível e evidente, mesmo que, para isso, seja necessário recorrer a outras áreas como a Literatura, a Métrica etc. Acreditamos que a classificação feita por Spina é bastante abrangente e permite-nos compreender os diversos exercícios que tocam a atividade do filólogo a respeito do que argumentamos a seguir:

- A **função substantiva** liga-se ao papel mais material do labor de edição de textos, de sua preservação. Embora não seja esse o cerne da prática do pesquisador da área, ela é, como o próprio nome sugere, substancial para o desdobramento de outras atividades.
- A **função adjetiva** está voltada para o viés literário da prática filológica. É, a nosso ver, o centro do trabalho da crítica textual, a edição de textos e a preservação de testemunhos. Ponderamos a relevância dessa prática por ser ela a primeira das quais a Filologia deu conta, ainda no seu berço, em Alexandria. A atividade de Crítica textual, hoje, transformou-se a partir do estabelecimento de métodos de edição (por exemplo, com o método lachmanniano, conforme já expusemos anteriormente), mas ainda carrega, se assim podemos dizer, a “identidade do fazer filológico”.
- A **função transcendente** extrapola os limites dos fólhos e compreende, na verdade, a abordagem mais aproximada da que adotamos neste trabalho. É a abordagem do texto enquanto um complexo de elementos de ordem linguística, cognitiva e social. Acreditamos que a concepção de Filologia moderna está, de certo modo, ancorada na

Função transcendente, pois é no lançar o olhar para além dos fólhos, para o texto em sua efetiva atualização, que acreditamos estar o cerne das pesquisas contemporâneas nessa área.

Em nosso trabalho anterior, discutimos, a partir de novas tendências percebidas dentro de pesquisas na área da Filologia e da Linguística, que atualmente faz-se cada vez mais necessário trabalharmos com a interseção entre essas duas ciências, sobretudo, quando se fala tanto da interação entre diferentes áreas do conhecimento. Desse modo, reiteramos que “restamos, sim, aceitarmos que Linguística e Filologia podem caminhar *pari passu*, pois, por consequência, esta é, desde sua origem, uma ciência da linguagem”. (ALVES; XIMENES; SANTOS, 2016, p. 130).

Neste ponto, faz-se necessário levantarmos algumas reflexões a respeito de como a concepção de texto influencia as definições de Filologia aqui apresentadas, e como, hoje, sob uma perspectiva sociocognitiva e interacional, o *status* do texto reclama para a Filologia abordagens mais condizentes com a dinamicidade desse objeto. Em Alves, Ximenes e Santos (2016, p. 128), já levantamos essa discussão quando ressaltamos

que as análises linguísticas que vêm sendo desenvolvidas dentro do campo dos estudos filológicos reclamam para o texto uma definição bem mais complexa e abrangente que meramente referida à materialidade objetiva, ou seja, aos escritos nos fólhos. Logo, se pensamos o texto para além dessa realidade estanque, e incorporamos a esse objeto de estudo da Filologia o status de um “evento comunicativo para o qual convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais (BEAUGRANDE, 1997)”. Daremos um salto na nossa forma de vermos o trabalho filológico bem como ampliaremos enormemente seu campo de atuação.

A respeito dessa questão, os estudos de Lamas (2009), ao que entendemos, são os primeiros que buscam reclamar para a Filologia uma noção de texto pautada em três sentidos: Como **sinônimo do dito** (oralmente ou escrito); como **atividade** e como **produto**; e como **totalidade do que é falado**, mas para além da finalidade literária, embora compreenda o autor que essa finalidade está incluída aí. Na visão de Lamas (2009), esse conceito de texto pode redefinir a “Nova Filologia”, que se adaptará aos “novos tempos” e aos “novos objetivos”. A partir de suas proposições, esse autor visa uma “Filologia integral”, que possa dar conta dos problemas da linguagem.

Ximenes (2003) considera que a proposta de Lamas dissolve as barreiras entre Filologia e Linguística, uma vez que visa incorporar todas as correntes da Linguística moderna. Consoante o que apresenta Lamas (2009), Ximenes (2013, p. 196) afirma que “para a análise e interpretação dos textos é necessário penetrar profundamente em todas as vertentes da

Linguística, por meio dos elementos do discurso, da pragmática e da língua, enquanto sistemas propriamente ditos vistos tanto sincrônica como diacronicamente”. Tendo em vista essas questões, Telles e Gama (2006) entendem a Filologia Textual como uma retomada de posição para o que sempre foi o seu primeiro e último fim: o estudo da cultura de um povo.

Aproximando-se do que propõe Lamas (2009), atualmente, pelo menos no Brasil, as pesquisas filológicas têm encontrado no viés interdisciplinar uma âncora para a retomada dos estudos na área da edição de manuscritos.

Como prova do que afirmamos, lembramos aqui as palavras de Teixeira, Queiroz e Santos (2006) na apresentação da obra *Diferentes perspectivas dos estudos filológicos*:

O presente volume é prova testemunhal e cabal de que [a Filologia] se encontra revigorada. Não poderia ser diferente. O tempo e o homem modificam-se, evoluem, adaptam-se às novas descobertas. Em um contexto pluri, multi, trans, interdisciplinar, os estudos filológicos também lançam outros olhares sobre o texto, ampliando o seu espectro de atuação, dialogando, pacífica e harmoniosamente com a literatura, a história, a linguística, a análise do discurso, as ciências do léxico e tantas outras ciências humanas (TEIXEIRA, QUEIROZ e SANTOS, 2006, p. 13)

A esse leque de ciências com as quais a Filologia “dialoga pacificamente” acrescentamos à fala das autoras, a Linguística Textual.

Ora, como afirma Spina (1997), a Filologia não existe se não existe o texto, então, partamos dele para reconfigurarmos, em nossos tempos, o que propomos para uma atual concepção de Filologia, o que nos leva, mais uma vez, a pensarmos na função transcendental, apresentada por Spina. Talvez seja essa, por assim dizer, uma “macrofunção” dessa ciência, uma vez que seu objeto de estudo ao alcançar cada vez mais uma perspectiva dinâmica nos convida a extrapolarmos os limites do dito e passarmos para planos mais profundos como o do inferível, por exemplo.

A seguir, aprofundando a discussão a respeito da relação texto e Filologia, ancoramos nossa discussão nos pilares da Linguística Textual, cientes de que as contribuições das discussões desenvolvidas na área tendem a contribuir para a reconfiguração das pesquisas filológicas, bem como amparam teoricamente o estudo que realizamos neste trabalho.

2.2 A LINGUÍSTICA DE TEXTO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA SE PENSAR A FILOLOGIA TEXTUAL

Na subseção anterior, tentamos apresentar as discussões sobre as diversas formas de se pensar a Filologia desde que se tem conhecimento dessa ciência no mundo ocidental até o que vêm propondo os novos estudiosos na área.

Atualmente, a Filologia carece, nas palavras de Lamas (2009), de bases sólidas que a destaquem “em qualquer das múltiplas esferas em que o linguístico se apresenta como uma dimensão importante¹¹”. Para o referido autor, estudos que consideram a Filologia atrelada aos estudos do texto/discurso são o cimento para se construir a futura especialização dessa ciência. Problematiza Lamas (2009, *online*) que:

Trata-se, na realidade, de propor um modelo articulado em que se integrem o cultural, o lingüístico, e o literário, mas em que também tenham lugar as demais dimensões da linguagem: a cognitiva, a gramatical e a semántica, a sociocomunicativa e a textual, a variação, a aplicação do linguístico a qualquer uma das esferas da realidade prática, etc.¹²

É tendo como alicerce essas considerações de Lamas que buscamos, nesta subseção, estabelecer um laço teórico entre a Filologia e a Linguística Textual fundamentando nossa discussão sobre dois pilares: o **conceito de texto** e o conceito de **contexto**, questões intimamente ligadas. Tentaremos, portanto, apresentar como esses conceitos relacionam-se a nossa pesquisa de modo direto e como a reflexão que suscitamos tende a contribuir para se construir essa especialização das pesquisas filológicas proposta por Lamas (2009), proporcionando o estabelecimento do conceito de Filologia Textual. Começemos, portanto, discutindo o conceito de texto.

2.2.1 O conceito de texto

Desde a segunda metade do século XX, não só a ciência linguística se desenvolveu, mas também suas ramificações adquiriram outras formas fazendo com que, nesse período, surgisse, por exemplo, os estudos do texto e do discurso. Segundo Bentes (2012), o termo “Linguística de Texto” foi empregado, pela primeira vez, por Harald Weinrich, autor alemão

¹¹ “Dicho de otro modo, si se integra esta Filología basada em los estudios acerca del texto (para el caso, “discurso”) como unidad superior y básica de los estudios (= de grado, de base) podemos poner sólidos cimientos para una futura especialidad (= de posgrado) encuadrada de las múltiples esferas en las que lo lingüístico se presenta como una dimensión importante.”

¹² “Se trata, em el fondo, de proponer un modelo articulado em el que se integren lo cultural, lo lingüístico y lo literario, pero em el que también quepan las demás dimensiones del lenguaje: la cognitiva, la gramatical y la semántica, la sociocomunicativa y la textual, la variación, la aplicación de lo lingüístico a cualquiera de las esferas de la realidade práctica, etc.”

que afirmava ser toda a Linguística necessariamente uma Linguística de Texto. Ressalta a autora que a emergência desses estudos é o resultado de um esforço teórico que buscava

constituir um outro campo (em oposição ao campo construído pela Linguística Estrutural), que procura ir além dos limites da frase, que procura reintroduzir, em seu escopo teórico, o sujeito e a situação da comunicação, excluídos das pesquisas sobre a linguagem pelos postulados dessa mesma Linguística Estrutural — que compreendia a língua como sistema e como código, com função puramente informativa. (BENTES, 2012, p. 259)

A fim de discutirmos a perspectiva do texto dentro do enquadre teórico da Linguística Textual, precisamos recordar as diversas concepções que esse objeto foi incorporando ao longo do desenvolvimento dos estudos linguísticos condicionados pelas diferentes concepções de linguagem. Diversos pesquisadores que discutem o tema consideram que existem (ou existiram), ao menos, três correntes de pensamento que se desenvolveram ao longo dos estudos linguísticos: a primeira considerava **a linguagem enquanto expressão do pensamento**; a segunda entendia **a linguagem como instrumento de comunicação**; e a terceira compreendia **a linguagem como forma ou um processo de interação**. Sinalizamos que, mais recentemente, fala-se em uma quarta abordagem, a respeito da qual discutiremos mais à frente. Por agora, cabe-nos esclarecer de forma bastante resumida cada uma dessas três abordagens iniciais.

Para os que compreendem a linguagem enquanto expressão do pensamento, o fenômeno linguístico é um ato racional, “um ato monológico, individual, que não é afetado pelo outro nem pelas circunstâncias que constituem a situação social em que a enunciação acontece”. (TRAVAGLIA, 1997 p. 21). Dessa forma, compreendia-se a linguagem como instrumento de manifestação do que se desenvolve internamente no indivíduo. Nesse momento, segundo Marcuschi (2008), a língua foi tomada como um código ou como um sistema de signos. Essa concepção compreende os estudos de Saussure, por exemplo, que não buscam explicações para o fenômeno linguístico além dos elementos internos estruturais da própria língua.

Bakhtin/Volochínov (2012, p. 74) denomina essa forma de conceber a língua(gem) como fruto da criação individual de *Subjetivismo Idealista*. De acordo com esse autor, essa tendência “interessa-se pelo ato da fala, de criação individual como fundamento da língua”, e pode ser assim sintetizada:

1. A língua é uma atividade, um processo ininterrupto de construção (“energia”) que se materializa sob a forma de atos individuais de fala;
2. As leis da criação linguística são essencialmente as leis da psicologia individual;
3. A criação linguística é uma criação significativa, análoga à criação artística;

4. A língua, enquanto produto acabado (“ergon”), enquanto sistema estável (léxico, gramática, fonética) apresenta-se como um depósito inerte tal como a lava fria da criação linguística, abstratamente construída pelos linguistas com vistas a sua aquisição prática, como instrumento pronto para ser usado. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2012, p. 75-76)

Essa primeira corrente do pensamento linguístico, segundo Koch, (2002 p. 16) entende o texto como “um produto – lógico – do pensamento [...] do autor, nada mais cabendo ao leitor/ouvinte senão ‘captar’ essa representação mental, juntamente com as intenções (psicológicas) do produtor, exercendo, pois, um papel essencialmente passivo”. Aqui lembramos a metáfora machadiana que discutimos no início deste capítulo.

A segunda tendência do pensamento linguístico entende a linguagem como instrumento. De acordo com Marcuschi (2008), a principal característica dessa perspectiva é a desvinculação da língua do seu contexto social passando a ser vista como um código, um conjunto de signos, combinados através de regras, que possibilitam ao emissor transmitir uma certa mensagem ao receptor. “Além disso, tem como consequência a ideia de que a língua é um instrumento transparente e de manuseio não problemático” (MARCUSCHI, 2008, p. 60).

Bakhtin/Volochínov (2012, p. 84), por sua vez, denomina essa concepção de *objetivismo abstrato*. Segundo ele, essa abordagem tomava o sistema linguístico enquanto estrutura externa e compreendia a língua como um “sistema estável e imutável de formas linguísticas”. O autor assim resume essa segunda orientação:

1. A língua é um sistema estável e imutável de formas linguísticas submetidas a uma norma que é transmitida, tal qual, à consciência individual e é peremptória para esta.
2. As leis da língua são essencialmente leis linguísticas específicas que estabelecem ligações entre os signos linguísticos no interior de um sistema fechado. Essas leis são objetivas relativamente a toda consciência subjetiva.
3. As ligações linguísticas nada têm a ver com valores ideológicos (artísticos, cognitivos ou outros). [...] Entre a palavra e seu sentido não existe vínculo natural e compreensível para a consciência nem vínculo artístico.
4. Os atos individuais de fala constituem, do ponto de vista da língua, simples refrações ou variações fortuitas ou mesmo deformações das formas normativas. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2012, p. 85)

Segundo expressa Bakhtin/Volochínov (2012, p. 101), essas duas correntes linguísticas preocuparam-se em elaborar “métodos e categorias trabalhando com monólogos mortos” sendo o texto visto “como simples produto da codificação de um emissor a ser decodificado pelo leitor/ouvinte, bastando a este, para tanto, o conhecimento do código, já que o texto, uma vez codificado, é totalmente explícito” (KOCH, 2002, p. 16).

A terceira concepção, que compreende a linguagem como forma ou um processo de interação, ao contrário das concepções anteriores, situa a linguagem como o lugar de interação humana e de constituição de relações sociais.

Bakhtin/Volochínov (2012), ao criticar as duas concepções anteriores, por ele denominadas, como já dissemos, de *Subjetivismo idealista* e *Objetivismo abstrato*, acrescenta que “toda enunciação monológica, inclusive uma inscrição num monumento, constitui um elemento inalienável da comunicação verbal. Toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal”. O princípio básico que rege essa terceira concepção do pensamento linguístico é, portanto, o princípio do dialogismo, proposto por Bakhtin e que pode ser assim resumido:

1. A língua como sistema estável de formas normativamente idênticas é apenas uma *abstração científica* que só pode servir a certos *fins teóricos e práticos particulares* [...].
2. A língua constitui um *processo de evolução ininterrupto* que se realiza através da *interação verbal social dos locutores*.
3. As leis da evolução linguística não são [...] leis da psicologia linguística, mas também não podem ser divorciadas da atividade dos falantes. [...] são essencialmente *leis sociológicas*.
4. A *criatividade* da língua não coincide com a criatividade artística nem com qualquer outra forma de atividade ideológica específica. Mas, ao mesmo tempo, [...] não pode ser compreendida *independentemente dos conteúdos e valores ideológicos que a ela se ligam*.
5. *A estrutura da enunciação é puramente social*. A enunciação como tal só se torna efetiva entre falantes [...]. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2012, p. 131-132, grifos do autor)

Atualmente, compreende-se a abordagem dos fenômenos linguísticos à luz de uma quarta perspectiva que seria, talvez, um desdobramento da virada pragmática. Uma das grandes representantes dessa abordagem é Salomão. A autora compreende a linguagem dentro dessa perspectiva como “operadora da conceptualização socialmente localizada através de um sujeito cognitivo, em situação comunicativa real, que produz significados como construções mentais, a serem sancionadas no fluxo interativo” (SALOMÃO, 1999, p. 64).

Para Koch (2008, p. 31), na perspectiva sociocognitivista, “o tipo de relação que se estabelece entre linguagem e cognição é estreito, interno, de mútua constutividade”. Seria, portanto, a linguagem o mediador entre o mundo biológico e o mundo social. É importante considerar que tal definição evoca uma noção de contexto enquanto um lugar onde se constroem e reconstroem as significações. Seria ele, na visão de Koch (2008, p. 31), “o árbitro das tensões entre sistematicidades e indeterminações do dizer e do mostrar, do dito e do implicado”. O

texto, na visão sociocognitivista seria o próprio lugar dessa interação onde os “sujeitos ativos se constroem e por ele são construídos”. A Produção da linguagem, portanto,

constitui *atividade interativa* altamente complexa de produção de sentidos, que se realiza, evidentemente, com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas requer não apenas a mobilização de um vasto conjunto de saberes, mas, sobretudo, a sua reconstrução no momento da interação verbal. (KOCH, 2008, p. 31, grifos da autora).

Os filólogos em tempos modernos devem estar atentos ao conceito de texto vigente entre os estudos da Linguística Textual. A definição de Beaugrande (1997), que considera o texto como um “evento comunicativo para o qual convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais” reflete, justamente, a forma de se compreender o fenômeno textual nessa quarta abordagem.

Um aspecto muito relevante para compreendermos como se dá essa interação por meio de textos diz respeito ao que entendemos por inferência. Tal questão está diretamente relacionada à ideia de contexto. A seguir, abordamos essa discussão com base no que propõem Marcuschi (2008) e Hanks (2008).

2.2.2 A inferência e a relevância do contexto

Trazemos o pensamento dialógico de Bakhtin/Volochínov (2012) para nossa discussão, dentro de uma perspectiva de linguagem dinâmica proposta pelo autor, a fim de trabalharmos com os textos históricos. Nossos documentos, *corpus* desta pesquisa, são abordados no “contexto do processo ideológico” do qual eles são integrantes. Isso porque partimos da perspectiva da compreensão desses textos, o que demanda, como afirma Marcuschi (2008), habilidade e trabalho. Conforme esse autor, “compreender não é uma ação apenas linguística ou cognitiva. É muito mais uma forma de inserção no mundo e um modo de agir sobre o mundo na relação com o outro dentro de uma cultura e uma sociedade.” (MARCUSCHI, 2008, p. 230).

A perspectiva sociocognitivista com a qual nos alinhamos neste trabalho entende a atividade de compreensão como fruto de atividades cooperativas e inferenciais, (MARCUSCHI, 2008) considerando que o sentido não se concentra nem no co-texto, nem no leitor, nem no autor, mas numa complexa relação entre esses elementos e o contexto, esse tomado numa abordagem dinâmica. Desse modo, podemos preencher as lacunas informacionais

através de inferências, que são frutos da nossa “auto-organização” (MATURANA E VARELA, 1995) dentro dos sistemas comunicativos.

Compreende Marcuschi (2008) que:

A contribuição essencial das inferências na compreensão de textos é a de funcionarem como provedoras de contexto integrador para informações e estabelecimento de continuidade do próprio texto, dando-lhe coerência. As inferências atuam como hipóteses coesivas para o leitor processar o texto, ou seja, como estratégias ou regras embutidas no processo. Não se pode, pois, definir e medir a compreensão pela quantidade de texto reconstruído pelo leitor, pois ler compreensivamente não é apenas reproduzir informações textuais, nem parafrasear. Isto seria o mesmo que supor que compreender um texto seria traduzi-lo em outro equivalente, de modo unívoco. (MARCUSCHI 2008, p. 249)

As inferências são processos cognitivos nos quais os falantes/ouvintes constroem novos sentidos a partir da informação textual e, claro, da consideração do contexto. Como entende Marcuschi (2008), pode-se dizer que as inferências introduzem informações por vezes mais salientes que as do próprio texto.

Desse modo, ao falarmos de uma leitura contextualizada dos documentos, precisamos retomar a proposta de Hanks (2008). Afinal de contas, como considera o próprio autor, hoje em dia, é ponto de consenso em diversas áreas de estudo da linguagem que muito, talvez até tudo que se refere à produção de sentido, depende fundamentalmente do contexto. O autor afirma que “as práticas discursivas são configuradas por e ajudam a configurar os contextos em vários níveis” (HANKS, 2008, p. 174). Marcuschi (2008, p. 239) defende que “a compreensão de texto é uma questão complexa que envolve não apenas fenômenos linguísticos, mas também antropológicos, psicológicos e factuais.” Assim, a produção de sentido está intimamente ligada ao contexto, que é tomado dentro da antropologia linguística como integrado por esses níveis sociais, linguísticos antropológicos, cognitivos etc.

Assim, define o Hanks:

Contexto é um conceito teórico, estritamente baseado nas relações. Não há contexto que não seja “contexto de”, ou “contexto para”. Como este conceito é tratado depende de como são construídos os outros elementos fundamentais, incluindo língua(gem), discurso, produção e recepção de enunciados, práticas sociais, dentre outros (HANKS, 2008, p. 174).

Contrapondo-se a abordagens que tomaram o contexto como “uma estrutura radial cujo ponto central é o enunciado falado” (HANKS 2008, p. 171), como a teoria dos atos de fala de Austin e a interação conversacional de Grice, Hanks (2008) apresenta duas dimensões do contexto: a emergência e a incorporação/encaixamento.

A primeira definição está mais ligada aos elementos imediatos da interação verbal. “Ela diz respeito à atividade mediada verbalmente, à interação, à co-presença, à temporalidade, em um contexto restrito como um fato sensível, social e histórico” (HANKS, 2008, p. 175). A Emergência põe em foco fatores como a situação momentânea, a relevância do cenário e o campo semiótico; já a incorporação, diz respeito aos aspectos ligados ao enquadramento discursivo, como a inscrição do discurso em quadros socioculturais mais amplos.

Nas palavras do autor:

Incorporação é um processo no tempo, e um estudo adequado do contexto no nível dos campos sociais deve observar a ordem temporal das ocupações, incluindo as ocupações das pessoas, dos objetos, dos lugares, e das ações no curso do tempo das organizações. O campo social tem uma história que transcende qualquer ocupação particular. (HANKS, 2008, p. 190)

Assim, de forma resumida, entendemos que “A emergência está associada ao chamado tempo real da produção do enunciado, e a incorporação, ao contexto em larga escala, por outro lado” (HANKS, 2008, p. 175).

Um ponto importante a ser apresentado na proposta de Hanks é a tomada dos participantes do discurso como peças fundamentais para o contexto, seja ele local ou não-local. Essa proposta também adquire originalidade porque trata essas duas dimensões – emergência e incorporação – como atuando simultaneamente. Dessa forma, a situação enunciativa emerge a cada momento e o cenário não é tido como uma mera descrição da cena enunciativa, mas um sistema relevante, no qual projetam-se campos semióticos/simbólicos/demonstrativos que são transformados pelas relações entre os signos. A esse respeito, afirmam Bentes e Rezende (2008, p. 41):

as três formações (ou níveis) contextuais distintas(os) (situação, cenário e campo semiótico/simbólico) encontram-se combinadas(os) entre si de tal forma que, no curso da vida social, não há situação que não esteja ligada a um cenário e não há cenário que possa ser separado das semioses. É essa relação ordenada de envolvimento e de ligação entre os níveis que o autor denomina **incorporação** (embedding). Para ele, estudar as relações entre a produção de linguagem e o contexto, é estudar essas relações de incorporação social.

Hanks (2008, p. 189) ressalta que esses elementos projetam-se em novas incorporações, que são realizadas pelo campo social caracterizado pelo autor como “atual, localizado, por sua articulação via relevância, simbolização e evocação indicial”.

A proposta de contexto apresentada por Hanks é muito cara à pesquisa que realizamos, pois leva-nos a compreender que um estudo de documentos históricos, assim como o estudo de qualquer outra interação social, é dependente do contexto enunciativo em que é

produzido. Essa compreensão nos direciona a investigar o período histórico social em que os documentos, *corpus* desta pesquisa, estão inseridos, a fim de fazermos emergir os sentidos ali condensados.

Acreditamos que essa abordagem do texto, de inferência e de contexto, enquanto relações intrinsecamente relacionadas, contribui para a discussão que realizamos posteriormente.

A seguir, passamos a discutir o fenômeno da referenciação e, como parte dessa discussão, apresentamos a Teoria da Acessibilidade. Ulteriormente, diante dos conceitos trabalhados neste capítulo e no capítulo seguinte, buscamos mostrar como todas essas teorias convergem na proposta de uma “leitura ativa do texto filológico”, como sugere Said-Ali (2007), trazido na epígrafe do próximo capítulo.

3 OS PROCESSOS REFERENCIAIS COMO RECURSOS PARA A LEITURA DO TEXTO ANTIGO

“Uma verdadeira leitura filológica é ativa; implica acreditar no processo da linguagem já em funcionamento nas palavras e fazer com que revele o que pode estar oculto, incompleto, mascarado ou distorcido em qualquer texto que possamos ter diante de nós. Nessa visão da linguagem as palavras não são marcadores significantes passivos que representam despretensiosamente uma realidade mais elevada, mas antes uma parte formativa integrante da própria realidade.”

(SAID-ALI, 2007, p. 82-83)

As palavras de Said Ali que iniciam este capítulo acenam para nós a visão vanguardista que o referido autor já apontava para os estudos filológicos. Vejamos: se compreendemos que os textos são fenômenos comunicativos que se manifestam por meio de complexos processos sociocognitivos e interacionais, entenderemos que a Filologia, que visa dar conta do texto, precisa lançar mão também de alguns elementos implicados no processamento textual. Por compreendermos ser pertinente tal discussão, desenvolvemos no que segue uma discussão para situar nosso estudo no campo da referência e, tomando a Teoria da Acessibilidade como a abordagem mais adequada para o que nos propomos, discutimos o que apresenta Costa (2007a; 2007b) acerca dessa teoria proposta por Ariel (1996; 2001). Ao final, exploramos a abordagem complexa de leitura com base em Franco (2011) e investigamos como os processos referenciais implicam na compreensão de textos, sobretudo, quando se trata do texto antigo.

3.1 DA REFERÊNCIA À REFERENCIAÇÃO: REVISITANDO AS TEORIAS

A questão a respeito da forma como representamos o mundo através da linguagem tem inquietado filósofos desde os tempos antigos, conforme vemos ser apresentado por Costa (2007a), que discute amplamente essa questão em seu trabalho. Comumente, pensamos que as palavras preexistem à realidade e acreditamos, por vezes, em um universo de categorias prontas para serem usadas a partir do que queremos dizer. A palavra seria, dentro dessa afirmação, um “pacote” no qual se condensa o sentido que é desembrulhado por alguém que compreende o que dizemos da forma como intencionamos. No entanto, basta refletirmos brevemente sobre os mal-entendidos do dia a dia para percebemos que essa relação não acontece como idealizamos.

Acerca dessa discussão, Marcuschi (2007) cita a reflexão de Fouconnier e Turner (2002, p. 8), que justificam o fato de nunca perguntarmos “como aprendemos uma *coisa* sendo uma coisa?” por conta de pensarmos que a unidade vem das coisas e não de um trabalho mental. Essa questão “suscita em nós uma inquietação que tem como resposta o próprio posicionamento social dos sujeitos dentro de um sistema complexo de representações” (MARCUSCHI, 2007, p. 83).

Na verdade, representar as coisas através da palavra não é uma atividade tão simples assim. Isso porque, por ser fruto de nossas interações, ao falarmos, ou escrevermos, construímos em nossos textos, um mundo particular do nosso discurso e escolhemos, para isso, categorias que achamos condizentes ao nosso “projeto de dizer”. Pinker (2008, p. 477), por exemplo, considera que “escolhemos nossas palavras com cuidado porque elas têm de realizar duas tarefas ao mesmo tempo: transmitir nossas intenções e manter ou renegociar nossos vínculos com os outros”. Desse modo, conforme esclarece Koch (2008, p. 31), o texto construído por nós passa a ser “o próprio lugar da interação e os interlocutores como sujeitos ativos que – dialogicamente- nele se constroem e por eles são construídos”.

Marcuschi considera que podemos falar em um processo de discursivização ou retextualização do mundo que não se reduz apenas à elaboração de informações, mas à própria construção do real por meio da linguagem. Um real particular, pois cada um enxerga a mesma realidade de diversas formas, embora saibamos que também produzimos “versões públicas” do mundo. Podemos perceber, portanto, que a língua não existe sem seus atores sociais e são estes, como diz Koch (2008), os responsáveis por mobilizar elementos de ordem linguística, cognitiva e social para proceder “desencadeamentos discursivos”.

E a partir de então, nos parece inválido crer em uma representação objetiva das coisas do mundo através da linguagem. Pois, compreendemos consoante Marcuschi (2007 p. 98) que não é tarefa simples “estabelecer fronteiras entre os laços semânticos e o conhecimento enciclopédico ou cultural”. Assim, afirma o autor, “a língua é um sistema de indeterminações sintático-semânticas que se resolvem nas atividades dos interlocutores em situações sócio-comunicativas” (MARCUSCHI, 2007, p.70).

Para Salomão (2003, p. 73), as teorias causais da referência buscam “superar o abismo entre representação simbólica e objeto da representação”. Sob essa óptica, a língua não apenas produz as representações da realidade, como também é uma forma de apropriação sociocognitiva dessa realidade manifestada de forma concreta nas atividades de língua falada por seres humanos, ou seja, “a língua está sempre inserida no campo social e no contexto em que estamos situados, pois sempre estamos dizendo algo em dada relação de estado das coisas.

O termo referencialização foi cunhado por Mondada e Dubois (2003), que discutem a antiga divisão entre internalismo e externalismo e propõem, em contrário à ideia de referência como uma relação de correspondência, um estudo pautado em concepção de texto situado, em que os referentes se constroem no processo da enunciação, não sendo categorias apriorísticas. Isso porque as categorias não são evidentes nem dadas por definitivo, mas são fruto do resultado das nossas “reificações práticas e históricas de processos complexos, compreendendo discussões, conversas, desacordos” (MONDADA E DUBOIS, 2003, p. 28). As autoras exemplificam essa afirmação com a categoria ave, na qual estão inseridos, desde o século XVI os morcegos, mesmo que eles sejam descritos como mamíferos cobertos de pêlo e não de penas.

As autoras entendem ser conveniente falarmos que os referentes dentro da abordagem da referencialização, são na verdade, objetos de discurso que não representam coisas do mundo de forma objetiva. Na base dessa teoria está o pressuposto de que “a língua não é um espelho da realidade”. A respeito de tal afirmação, Mondada e Dubois (2003) dizem que as práticas comunicativas

não são imputáveis a um sujeito cognitivo abstrato, racional, intencional e ideal, solitário, face ao mundo, mas a uma construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, das ratificações de concepções individuais e públicas do mundo (MONDADA e DUBOIS, 2003, p. 20).

Isso implica dizer que as formas enunciativas variam a partir dos nossos projetos de dizer e dependem “da pragmática da enunciação, mais que da semântica dos objetos” (2003, p. 23).

Costa (2007), ao discutir essas questões, entende a referencialização como uma espécie de ‘jogo’ que extrapola os limites sonoros ou gráficos do texto, isto é, que se realiza na esfera das relações entre sujeitos historicamente situados” (COSTA, 2007a, p. 69). Para Cavalcante (2011, p. 15), “o ato de referir é ação conjunta”, pois no processo de interação integramos fatores socioculturais e cognitivos a nossas práticas de linguagem.

Pensando o texto como “evento comunicativo para o qual convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais” (BEAUGRANDE, 1997), como já dissemos, podemos compreender que esse “não representa a materialidade do co-texto, nem é somente o conjunto de elementos que se organizam numa superfície material” (CAVALCANTE, 2011, p. 17). Dentro de uma visão de texto atrelado a uma enunciação discursiva, como coloca Ciulla e Silva (2006, p. 13), “os falantes, os objetos, os interesses e as circunstâncias histórico-sociais não apenas contam, mas devem ser vistos em conjunto, ao lado da situação imediata em que os

falantes estão envolvidos no momento da interação; e o texto, portanto, deve ser visto como emergente da dimensão discursiva.”

Dentro da proposta que assumimos nesta pesquisa, é relevante pensarmos que por ser uma atividade discursiva, no processo de referenciação, “a realidade é construída, mantida ou alterada pela forma como sociocognitivamente interagimos com ela: interpretamos e construímos nossos mundos por meio da interação com o entorno físico, social e cultural” (KOCH, 2008, p. 33).

A falência do representacionismo marcado, como vimos, pelo processo de transposição da referência para a referenciação, proporcionou também a consideração da atividade inferencial como decorrente da inserção dos sujeitos co-enunciadores dentro de um conjunto de relações discursivas e sociais situadas. Como entende Marcuschi (2007, p. 88), inferir é uma atividade discursiva de inserção contextual e “é impossível não inferir quando se quer produzir significações.

Neste trabalho, consideramos a constituição dos dois conceitos - o de referenciação e o de inferência - intrinsecamente relacionados com a leitura que fazemos de documentos antigos. Por compreendermos que objetos discursivos são construídos dentro das práticas interacionais, não tomamos categorias rígidas, razão pela qual focalizamos nossa discussão nos fatores de acessibilidade (ARIEL, 1996; 2001), pois temos consciência justamente de que é a fluidez dos objetos discursivos que caracteriza sua complexidade. Antes, porém, de discutirmos o que propõe a Teoria da Acessibilidade, precisamos entender, embora que brevemente, alguns estudos que tentaram dar conta da referência.

3.1.1 Os modelos explicativos para a referência

Como entende Marcuschi (2002, p. 6), “explicar como conseguimos referir e como sabemos que referimos determinada entidade com enunciados linguísticos é uma tarefa árdua e ainda aberta à discussão”. A respeito dessa questão, Costa (2007b), apoiando-se em Faraco (2003), entende que propor uma explicação definitiva para os fenômenos referenciais é tentar limitar o que é impreciso e vinculado à contingência humana.

Por consequência, na atual seção, com base na discussão feita por Costa (2007a; 2007b), apresentamos¹³ as principais propostas dos estudos que tentam dar conta da referência,

¹³Pensamos ter deixado claro, mas vale frisar que os estudos que aqui citamos não foram lidos diretamente por nós, mas aqui os discutimos já com base no que apresenta Costa (2007a; 2007b), sobretudo em Costa (2007a), em que a autora discorre amplamente e de forma bastante esclarecedora os estudos que tentaram dar conta da referência.

principalmente as que evidenciam o caráter cognitivo. A autora entende que seriam propostas dessa natureza as de Clark e Marshal (1992), Chafe (1978), Prince (1981; 1992), Gundel, Hedberg e Zacharski (1996), Givón (1983; 2001) e Ariel (1996; 2001). Em seus estudos, Costa (2007a; 2007b) apresenta uma vasta discussão dos autores citados, voltando sua atenção para Ariel (1996; 2001), teoria que elegeu como base de seu estudo. A seguir, tentamos apresentar resumidamente o foco de cada uma dessas abordagens com o intuito de melhor situar a proposta de Ariel (1996; 2001), cujos postulados são cruciais para os estudos que ora realizamos.

Para Costa (2007a; 2007b), Clark e Marshal (1992) defendiam que no processo de referir, as pessoas “buscam na memória evidências de que elas próprias, assim como seus interlocutores e os objetos aos quais se referem estão conjuntamente presentes, quer fisicamente, quer linguisticamente, quer, ainda, através do conhecimento cultural” (COSTA, 2007a, p. 81). Para eles, o uso de determinada forma referencial dependeria do contexto em que essa forma seria recuperada. Entendiam eles, portanto, que nomes são especializados para recuperar informações enciclopédicas gerais, pronomes demonstrativos são especializados para recuperar objetos fisicamente salientes, e pronomes pessoais são especializados na recuperação do contexto linguístico anterior. Essa proposta é criticada por determinar, de forma discretizada, contextos e usos linguísticos.

Chafe (1987), por seu turno, a partir da análise de uma narrativa oral espontânea redefine as categorias de referência como **dado** e **novo**. Para o autor, expressamos, ao falar, conceitos por meio de sintagmas nominais, verbais e adjetivais. Ao aprofundar seus estudos nesses aspectos, ele nos revela que tais conceitos podem estar *ativados*, *semiativados* e *não ativados*. Encontram-se *ativados* quando estão no foco da consciência de uma pessoa. Estão *semiativados* quando fazem parte da consciência periférica e, nesse caso, podem ocorrer em duas circunstâncias: por causa da desativação, quando a informação que estava no foco não passa diretamente para o estado de desativação, mas fica, em um tempo, na memória periférica, ou por causa da evocação de um esquema conceitual, ou seja, um conjunto de expectativas inter-relacionadas. Por fim, o conceito *não ativado* faz parte do conhecimento arquivado na memória de longo termo.

Costa (2007a; 2007b), no decorrer de seus estudos, mostra-nos que Prince (1981), ao estabelecer seus postulados, amplia a teoria do **dado/novo** por meio da criação de uma categoria intermediária. Para a autora, as entidades são representadas no texto por meio de sintagmas nominais (SN), sendo expressas como *novas*, *inferíveis* ou *evocadas* a partir do grau de familiaridade que o falante/escritor assume ter o ouvinte/leitor com o conteúdo do discurso.

Essas três categorias se distribuem em seis níveis de familiaridade organizados em ordem decrescente quanto ao grau de familiaridade, conforme vemos:

Evocado (da situação ou do texto) > Único > Inferível > Inferível contido > Novo ancorado > Novo marcado. (PRINCE, 1981, p. 245 *apud* COSTA, 2007b, p. 43)

Propondo mais uma ampliação da teoria **dado/novo** Gundel, Hedberg e Zachrski, segundo Costa (2007a; 2007b), estabelecem a escala de *givenness*¹⁴, que abrange seis categorias de estados mentais às quais são associadas algumas formas de expressão de acordo com o grau de *givenness* que o falante atribui à entidade. Desse modo, por exemplo, “um falante pode referir-se a um certo cão de diversas formas, conforme o grau de *givenness* que considere que essa entidade ocupa na mente do ouvinte” (COSTA, 2007b, p. 43). A escala a seguir ilustra esse exemplo:

Quadro 1 – Escala de categorias de estados mentais

Estados de Givenness	Em foco >	Ativado >	Familiar >	Unicamente identificável >	Referencial >	Identificável quanto ao tipo
Expressões referenciais	Ele	Aquele cão	Aquele cão ao lado	O cão ao lado	Este cão ao lado	Um cão

Fonte: GUNDEL *et al.*, 1996, p. 3 *apud* COSTA, 2007b, p. 43

Ao analisar as perspectivas de Gundel, Hedberg e Zachrski, Costa (2007b) atenta para o fato de que um determinado estado de *givenness* implica os demais estados à direita, que são mais baixos, o que nega a ideia de uma correspondência um a um entre estados mentais e expressões linguísticas, na medida em que cria a possibilidade de um referente ser codificado também por formas indicadoras de *givenness* mais baixos.

Ainda fazendo uma incursão sobre os pressupostos teóricos da referência, principalmente os que evidenciam o caráter cognitivo, Costa (2007b) aborda as perspectivas givonianas. Para a pesquisadora, Givón apresenta a abordagem mais avançada a respeito da categorização. Ele compreende contexto como construto mental, o que aperfeiçoa seu modelo em detrimento dos anteriores. O autor faz uma classificação dos diversos tipos de acessibilidade dos referentes em função do conhecimento partilhado entre os sujeitos do discurso. Dessa forma, levando em conta **o contexto cultural, o contexto discursivo e o contexto situacional**,

¹⁴ Costa (2007b p. 43) esclarece que o termo foi traduzido por alguns como “dadidade” e refere-se ao grau em que um referente é dado como conhecido, familiar.

Givón entende a acessibilidade dos referentes de quatro tipos a depender da origem do conhecimento partilhado:¹⁵

a) Acessibilidade baseada no contexto cultural partilhado:

O sol já nasceu. (comunidade relevante: todos os humanos)

O presidente está tranquilo. (Comunidade relevante: uma nação/país)

Nesse exemplo, o sol e o presidente são introduzidos no discurso como referentes dados porque são facilmente identificáveis por uma comunidade de fala relevante.

b) Acessibilidade baseada no contexto cultural e discursivo:

Um homem sonhou que estava em uma ponte. De um lado da ponte aparece uma pantera; do outro lado, um leão. O homem tentou pular *no rio*, mas o rio estava cheio de jacarés.

No exemplo acima, percebemos que a entidade *rio* é inferida a partir do contexto e do conhecimento cultural que nos induz a associar *ponte* a *rio*. Dessa forma, por exemplo, ao nos depararmos com o enunciado acima, não nos perguntamos: “que rio?” pois essas informações são facilmente recuperáveis dentro do nosso contexto cultural.

c) Acessibilidade baseada no discurso/texto corrente:

Nessas situações, o falante pode assumir que determinado referente constitui o foco da atenção na mente do seu interlocutor ou pode, por outro lado, supor que esse referente está presente em um traço mental da memória episódica do texto em curso. Givón elenca uma série de recursos linguísticos que indicariam diversos níveis de acessibilidade que os falantes supõem terem os interlocutores com base em informações textuais:

- Anáfora zero:

Sou contra as cotas, apesar de saber que [0]são um instrumento de luta em favor de algumas pessoas que são discriminadas.

- Pronome anafórico:

¹⁵ Exemplos extraídos de Costa (2007b).

Londres (Reuters) – Uma menina britânica de dez anos de idade salvou cem outros turistas de serem arrastados pelo tsunami na Ásia. *Ela* foi capaz de alertar sobre a chegada da onda gigante por ter aprendido sobre esse fenômeno semanas antes na escola, segundo um jornal britânico.

- Pronome tônico:

Decidiu presentear seus amigos Maria e Carlos. A ELA, deu um livro; a ELE, um CD.

- Sintagma indefinido

Um homem sonhou que estava em *uma ponte*. De um lado da ponte aparece uma *pantera*; do outro, *um leão*.

- Sintagma definido:

Um homem sonhou que estava em uma ponte. De um lado da ponte aparece uma pantera; do outro, um leão. *O homem* tentou pular no rio, mas o rio estava cheio de jacarés. O que ele fez?

R: acordou. (UOL/Crianças)

- Sintagma definido + oração relativa restritiva

As autoridades que cuidam da fauna do Sri Lanka anunciaram que, apesar da perda de milhares de vidas humanas no *maremoto que atingiu o sul da Ásia*, não há registros de mortes entre animais. (BBC Brasil)

d) Acessibilidade baseada na situação de fala compartilhada:

Olá... conversamos *ontem* na net... lembra? Vc saiu cedo demais... queria ter conversado mais...:)) vc recebeu meu e-mail falando sobre o MSN?? (EEm06 – Prottexto)

Nesse exemplo, o autor estabelece uma relação entre as expressões referenciais e a origem geográfica dessas informações, o que contradiz a tese de que o contexto é uma entidade que não pode ser previamente determinada por constituir-se no processo do discurso.

Voltando às propostas resumidas anteriormente e relacionando-as, fica patente que as principais falhas dessas abordagens, segundo Costa (2007a; 2007b), são o tratamento das formas referenciais por meio de categorias discretas e a abordagem de contexto como algo estanque. Ao mencionar essas falhas, Costa (2007a; 2007b) ainda ressalta que a perspectiva de Givón, apesar de introduzir nessas discussões a ideia de contexto como um construto mental de configuração dinâmica, também trata, de forma isolada, dos fatores de acessibilidade. Por concordarmos com essas observações de Costa (2007a; 2007b) sobre a perspectiva de Givón acerca dos fatores de acessibilidade, não consideramos a abordagem givoniana condizente com a proposta que defendemos e assumimos nesta pesquisa.

Torna-se necessário, ainda, salientar que a importância dessas propostas acima resumidas e apresentadas em Costa (2007a; 2007b) para o nosso trabalho está no fato de que elas elucidam as principais tendências dos estudos da referência, além de despertar nosso olhar rumo à Teoria da Acessibilidade, em busca de postulados que considerem a “relativização” dos níveis de acessibilidade nas escolhas das formas referenciais pelo falante/ouvinte, relacionada ao que intentamos estudar: a perspectiva da referenciação em leituras de textos setecentistas.

Tendo feito essas considerações, julgamos que a abordagem de Ariel (1996; 2002) é mais adequada a nossa proposta, pois, como assevera Costa (2007a), Ariel não somente aprofundar a ideia givoniana como também coloca em foco a noção de contexto, discutindo e criticando “a relação direta entre as formas referenciais e o tipo de contexto de onde se recuperam os referentes” (COSTA, 2007a, p. 113). O que é importante é que Ariel não estabelece uma relação direta entre as formas de referir e o tipo de contexto, porque o que ela entende como motivação para nossas escolhas é o nível de acessibilidade, não a especificação do contexto.

A seguir, discutiremos a proposta defendida por Ariel, que é um dos aspectos mais proeminentes de nosso trabalho.

3.1.2 A Teoria da Acessibilidade: um olhar para a progressão referencial

Após apresentarmos as propostas de caráter mais cognitivo que tentam dar conta da referência, vamos agora observar como a Teoria da Acessibilidade dialoga, de forma harmoniosa, com a proposta deste trabalho, que visa a analisar um episódio da história cearense a partir da leitura de documentos setecentistas, tendo em vista os processos referenciais implicados na compreensão desses textos.

De acordo com Costa (2007b, p. 48), a ideia central da Teoria da Acessibilidade é a de que “as formas referenciais constituem instruções ao destinatário de como este deve recuperar da memória certa parte de uma determinada informação, pela indicação de quão acessível está esse pedaço de informação no discurso corrente”. Segundo Ariel (2001, p. 30). Essa teoria “descreve como a linguagem humana, especificamente o sistema referencial, é responsiva/suscetível aos fatos sobre a memória humana, onde os nós da memória não são igualmente ativados a qualquer momento”.¹⁶

¹⁶ Describes how human language, specifically, the referential system, is responsive to facts about human memory, where memory nodes are not equally activated at any given time.

Diante disso, vemos em Ariel (2001) uma possibilidade de nortear nossos estudos no campo da referência atrelada aos documentos setecentistas. Isso se torna evidente quando estamos diante do texto antigo, pois, nessa ocasião, muitos referentes se tornam opacos, impossibilitados de serem ativados. Essa situação prejudica nossa compreensão devido ao fato de não estarmos situados no contexto imediato em que esses textos foram escritos. Assim, diante das palavras de Ariel anteriormente citadas, julgamos ser a Teoria da Acessibilidade, dentre os estudos da referenciação, um caminho possível para compreendermos melhor como podem ou não ser recuperados esses referentes nesses textos setecentistas.

Entendemos que o foco das discussões de Ariel, ao conceber que as recuperações de contexto de informações da memória são guiadas por sinalizações ao destinatário do grau de acessibilidade com o qual a representação mental a ser recuperada é mantida, recai sobre a ideia de que os falantes não orientam as recuperações dos destinatários, remetendo-os para a correta origem “geográfica” que serve de base para supor que a informação é dada. Desse modo, esclarece Ariel (2001) que as línguas não nos fornecem códigos convencionais especializados para **(1) informações recuperáveis pelo nosso conhecimento enciclopédico geral** (ex.: existiu uma entidade com o nome de Simone de Beauvoir); para **(2) informações extraídas do contexto físico imediatamente disponível** (ex.: existe uma mesa entre nós); ou para **(3) informações mencionadas previamente no discurso** (ex.: que o falante tem um amigo querido).

Ariel considera que, não há, por exemplo, “uma especialização dos nomes próprios na recuperação de informações enciclopédicas, dos demonstrativos na recuperação de objetos fisicamente salientes, nem dos pronomes pessoais na recuperação do contexto linguístico precedente” (COSTA, 2007b, p. 48). Na realidade, Ariel evidencia que a escolha das formas referenciais pelo falante/escritor é baseada no grau de acessibilidade que esse falante/escritor supõe apresentar o referente na mente de seu interlocutor.

A autora ainda ressalta que as informações que atuam para a identificação ou a escolha de um referente advêm de três contextos: o enciclopédico (as informações recuperáveis pelo conhecimento enciclopédico geral); o de situação de fala (as informações extraídas do contexto físico imediatamente disponível); e o linguístico (as informações mencionadas previamente no discurso). Ao conceber esses aspectos contextuais, Ariel postula que a escolha das formas referenciais não é determinada pelo lugar de onde vem a base informacional, mas pelo nível de saliência. Ao tomar como base esses pressupostos de acessibilidade, a autora

contrapõe-se à segmentação dos usos de formas linguísticas em contextos discretizados, afirmando que as expressões referenciais podem recuperar referentes em todos esses contextos.

A seguir, tomamos um dos exemplos¹⁷ utilizados por Ariel e discutido por Costa (2007a) para entendermos melhor como uma mesma forma referencial, no caso a forma demonstrativa AQUELE, pode apontar para três diferentes “endereços”:

- Contexto do conhecimento enciclopédico (2 prisioneiros na cadeia):
AQUELE JUIZ é um desastre.
- Contexto de situação de fala (em um tribunal):
AQUELE JUIZ é melhor do que este aqui.
- Contexto linguístico
 - O J Simpson acabou de ser inocentado de assassinato por um juiz da Califórnia.
 - ESSE¹⁸ JUIZ é uma vergonha.

(ARIEL, 1996, p. 8 *apud* COSTA, 2007a, p. 116)

Elucidando como os diversos contextos interferem nas escolhas das expressões referenciais, Costa (2007a) considera, com base em Ariel (1996, 2001), que

[...] a idéia de que a acessibilidade seria proveniente de mais de uma fonte só parece reforçar a tese que a autora [Ariel] sustenta: os referentes, como entidades discursivas, não têm ‘endereço fixo’ a determinar, de forma apriorística, a escolha das formas linguísticas para expressá-los. (COSTA, 2007a, p. 118).

Tendo em vista o fato de os referentes não apresentarem “endereço fixo”, a escolha das formas referenciais, segundo Ariel, advém da interação entre três critérios, os quais estabelecem uma hierarquia dos referentes:

A informatividade - que diz respeito ao nível de conteúdo expresso pela forma referencial com relação referente;

¹⁷Utilizaremos aqui alguns exemplos de Ariel (2001) apresentados por Costa (2007a). Nesse trabalho, Costa utiliza os exemplos na forma original e traduzidos. Optamos por usar apenas a forma traduzida do inglês.

¹⁸Costa chama a atenção para o fato de ter traduzido THAT por ESSE, ao invés de AQUELE. A autora justifica que ESSE seria o demonstrativo mais adequado em português, uma vez que THAT, nessa situação, refere-se ao termo anteriormente falado. Em língua portuguesa, nessas situações, usamos naturalmente o ESSE. Em Inglês, pelo fato de ter um sistema demonstrativo binário, essa diferenciação não fica tão evidente.

A **rigidez** - que diz respeito ao grau de unicidade com que o referente é determinado;

Atenuação - diz respeito à extensão formal da expressão referencial, no texto escrito.

Segundo Costa, (2007b), considerando esses critérios e ancorando-nos no princípio de acessibilidade cognitiva, compreenderíamos que **referentes mais acessíveis implicam formas menos informativas**, enquanto **referentes menos acessíveis implicam formas mais informativas, mais rígidas e menos atenuadas**. Em face desses diferentes níveis de acessibilidade, Ariel (1996, p. 10 *apud* COSTA, 2007, p. 121) propõe uma escala de acessibilidade, conforme vemos a seguir:

Nome pleno + modificador > nome pleno > descrição definida longa > descrição definida curta > último nome > primeiro nome > demonstrativo distante + modificador > demonstrativo próximo + modificador > demonstrativo distante + SN > demonstrativo próximo + SN > demonstrativo distante - SN > demonstrativo próximo - SN > pronome tônico + gesto > pronome tônico > pronome átono > pronome clítico > flexões de pessoa verbal > zero (ARIEL, 1996, p. 10 *apud* COSTA, 2007, p. 121).

De acordo com esse “*continuum*” proposto pela autora, quando estamos diante de formas menos acessíveis, recorreremos ao uso de um Nome pleno + modificador, quando, porém, estamos diante de formas mais acessíveis, recorreremos a expressões mais atenuadas, como pronomes, flexões de pessoa verbal ou zero. A seguir, apresentamos o quadro resumitivo elaborado por Parente (2016, p. 53).

Quadro 2 – Critérios de hierarquização dos referentes

Os referentes menos acessíveis são recuperados por formas: + informativas; + rígidas; - atenuadas.
Os referentes mais acessíveis são recuperados por formas: - informativas; - rígidas; + atenuadas.

Fonte: Parente 2016, p. 53.

Concebendo a ideia de que os critérios de hierarquização de acessibilidade dos referentes têm importante papel nas escolhas das formas referenciais, uma vez que essas escolhas estão diretamente relacionadas com o grau de acessibilidade, entendemos que formas

mais informativas, mais rígidas e menos atenuadas sinalizam a consideração, pelo falante/escritor de um grau baixo de acessibilidade, e formas menos informativas, pouco rígidas e muito atenuadas indicam, por sua vez, um alto grau de acessibilidade.

fica clara a ideia de que os graus de acessibilidade podem ser avaliados pelo falante como relativamente mais altos ou mais baixos, mas não em correspondência biunívoca com as expressões referenciais. Essa “relativização” dos níveis de acessibilidade imprime ao modelo em questão uma maior flexibilidade: se, por um lado, fica clara a ideia de que as expressões referenciais não são usadas aleatoriamente; fica afastada também, por outro lado, a noção de que há regras categóricas para a escolha dessas expressões. (COSTA, 2007a, p.121)

Assim, como diz Costa, fica perceptível que, para Ariel, as expressões referenciais não são dadas de modo aleatório, no entanto não existem regras categóricas para a escolha dessas expressões.

Ainda sob o viés dos postulados da Teoria da Acessibilidade, um ponto importante dessa teoria, ressalta Costa (2007a), é a noção de acessibilidade como conceito complexo que envolve quatro fatores conforme explicitados no quadro a seguir:

Quadro 3 - Fatores que afetam o *status* de acessibilidade de um antecedente

Distância	A distância entre um antecedente e a anáfora (relevante somente para menções subsequentes);
Competição	O número de competidores no papel do antecedente;
Saliência	O antecedente ser um referente saliente, principalmente se é tópico ou não-tópico;
Unidade	O antecedente estar ou não no mesmo frame/mundo/ponto de vista/segmento ou parágrafo que a anáfora.

Fonte: Adaptado de Ariel, 1990, p. 28 por ARNOLD, 1998, p. 25 *apud* COSTA, 2007b, p. 50.

Segundo Ariel, esses fatores podem se somar para intensificar ou diminuir o grau de acessibilidade ou podem atuar opondo-se um ao outro, isto é, um fator desfazendo o efeito gerado pelo outro. No que se refere a esses fatores, Costa (2007a) considera que a distância e a competição representam uma relação negativa com o nível de acessibilidade do referente, porque, quanto maior a distância e/ou o número de competidores, menor será o grau de acessibilidade de um referente; e os dois últimos, saliência e unidade, estabeleceriam uma relação positiva, pois maiores níveis de saliência e unidade criariam a possibilidade de usarmos marcadores de alta acessibilidade, ou seja, menos informativos e mais atenuados.

A seguir, buscamos discutir cada um desses fatores com base nos exemplos apresentados em Costa (2007a; 2007b), que discute como esses fatores operam nos textos.

3.1.3 Fatores que afetam o status de acessibilidade de um antecedente

Neste tópico, discutiremos a importância de cada um dos fatores que afetam o *status* de acessibilidade de um referente, os quais possuem natureza textual-discursiva, aspecto preponderante para evidenciar o ponto distinto da Teoria da Acessibilidade para outras teorias de abordagem referencial. É importante ressaltar, no que concerne a esses fatores, que eles não atuam de forma isolada, razão pela qual, ao propormos analisar questões referenciais no âmbito desses postulados, devemos entender com Costa (2007a) que precisamos olhar em “várias direções”.

Passemos, agora, à abordagem desses diversos fatores.

3.1.3.1 Distância e Unidade

A distância entre a menção anterior e a sua retomada em um texto é fundamental para que o referente se torne acessível. Dessa forma, quanto maior a distância entre uma forma referencial e sua retomada anafórica, menor será o grau de acessibilidade com que compreenderemos essa representação.

Consoante Parente (2016), baseada em Costa (2007a), é importante esclarecer que a distância é o fator preponderante para a caracterização de entidades menos acessíveis ou mais acessíveis, pois, segundo Ariel, esse fator não pode ser tomado para representar perfeitamente o grau de acessibilidade global envolvido, porque a distância entre esses referentes, na maior parte das vezes, está ligada ao tópico discursivo global, o qual pode manter relativamente um alto grau de acessibilidade, apesar da longa distância.

Nesse sentido, se uma entidade foi citada e não foi recentemente mencionada e se há uma considerável distância entre a última menção e a menção atual, a tendência é que haja um baixo grau de acessibilidade e, conseqüentemente, a utilização de uma forma que marque essa condição. Em contrapartida, se essa entidade constituir o tópico global, estará sempre saliente e, portanto, disponível e acessível. Por esta razão, essa entidade poderá ser mencionada por meio de um marcador de alta acessibilidade. (PARENTE, 2016, p. 55-56)

Para esclarecer mais precisamente a interferência desses fatores textual-discursivos, buscamos, em Costa (2007a), exemplos que demonstram a incidência desses fatores. Vejamos o exemplo a seguir:

Escritora nos EUA ataca as feministas

Eu estava curiosíssima para descobrir quem exatamente **Kate O'Beirne**, editora da “National Review”, identifica como "as mulheres que fazem o mundo pior" no livro que **ela** acaba de publicar. Muito embora conjecturasse acerca de uma exaustiva lista de nomes teria ficado satisfeita se seu novo livro fosse apenas mais uma enumeração aleatória como o best seller de Bernard Goldberg, *100 People who are screwing up America* [100 Pessoas que Estão Estragando os Estados Unidos].

O'Beirne lança seus petardos em alvos específicos (e previsíveis), porém, na maior parte, as mulheres de seu livro são mais uma lição de história do que uma real ameaça ao projeto conservador contemporâneo.

(Ana Marie Cox, do BOOK REVIEW *apud* Costa, 2007a, p. 123)

Costa (2007), ao recorrer ao exemplo acima, chama a atenção para o uso do pronome **ELA**, que marca uma forma referencial mais acessível por ser mais atenuada. Isso acontece por causa da proximidade entre essa entidade e a primeira menção, **Kate O'Beirne**, condição que dispensa o uso de formas mais rígidas ou mais informativas.

Mais adiante, o referente é retomado pela forma **O'Beirne**. Costa (2007a) entende que os fatores distância e unidade são responsáveis pela repetição parcial do termo; outro fator que provavelmente implicou o uso desse marcador de baixa acessibilidade pode ter sido o fato de haver uma mudança de parágrafo reduzindo a continuidade tópica, pois, segundo Costa (2007b), para Ariel (2001), há mudança no grau de acessibilidade em se tratando de a remissão ser feita no mesmo parágrafo ou entre parágrafos distintos. Ao mostrar-nos a importância da continuidade tópica para a acessibilidade do referente, Costa (2007b) nos incita a perceber o quanto o tópico tem relevância para os fatores de acessibilidade e, assim, interfere nas nossas escolhas lexicais.

Dando continuidade à abordagem dos fatores de acessibilidade, vejamos, agora, como o fator competição influencia a acessibilidade das formas referenciais.

3.1.3.2 A competição

Para melhor compreender o fator competição, observemos o exemplo a seguir, no qual o falante/escritor leva em conta fatores de baixa acessibilidade e faz suas escolhas lexicais de modo a evitar a ambiguidade referencial:

O leão e o mosquito

Um leão ficou com raiva de um mosquito que não parava de zumbir ao redor de sua cabeça, mas **o mosquito** não deu a mínima.

-Você está achando que vou ficar com medo de você só porque você pensa que é rei? – disse **ele** altivo, e em seguida voou para **o leão** e deu uma picada ardida no seu focinho.

Indignado, **o leão** deu uma patada **no mosquito**, mas a única coisa que conseguiu foi arranhar-se com as próprias garras. **O mosquito** continuou picando **o leão**, que começou a urrar como um louco. No fim, exausto, enfurecido e coberto de feridas provocadas por seus próprios dentes e garras, **o leão** se rendeu. **O mosquito** foi embora zumbindo para contar a todo mundo que tinha vencido **o leão**.

(Fábulas de Esopo - Companhia das Letrinhas *apud* Costa, 2007a, p. 123-124)

Nesse exemplo, Costa (2007a) nos revela como o fator competição é o responsável pelo uso das formas nominais completas, mais rígidas e menos atenuadas. Sobre essa questão, Costa (2007a) exemplifica essa fábula, que apresenta personagens cujas expressões nominais convergem em gênero e número, razão pela qual quase não é possível retomar um antecedente pela forma pronominal ELE, pois isso geraria ambiguidade no texto. Assim, como podemos perceber, a forma referencial ELE só aparece uma vez no texto. A esse respeito, Costa (2007a) ressalta que, nesse caso, no processo de recuperação do referente, o conhecimento enciclopédico reduz a possibilidade de ambiguidade no fragmento **em seguida voou** (os leões não voam). A autora também chama a atenção para a importância da localização dessa forma pronominal na cadeia coesiva, uma vez que foi usada depois da menção ao personagem feita por uma expressão mais informativa.

Com isso, entendemos que, diante de fatores de competição, o falante/escritor, em seu projeto de dizer, tende a recorrer ao uso de formas mais rígidas e menos atenuadas com vistas a evitar ambiguidades quanto ao objeto de discurso referido.

3.1.3.3. A saliência

Em se tratando desse fator de acessibilidade, de acordo com Ariel (2001), quanto mais saliente o antecedente, maior seu nível de acessibilidade. Costa (2007a), ao analisar o exemplo a seguir, visa a discutir esse aspecto. Vejamos:

Boca aberta

Quando eu era pequeno, não acreditava em beijo de cinema. Achava que **eles** não podiam estar se beijando de verdade, nos filmes de censura livre.

(Luís Fernando Veríssimo *apud* Costa, 2007, p. 125)

Costa (2007a), por meio desse exemplo, mostra-nos que o uso do pronome **eles** evidencia o fato de o referente estar saliente no discurso, nesse caso, seriam “as personagens que formavam os casais românticos nos filmes”. Isso acontece por causa do *frame* filme de censura livre que proporciona essa inferência a partir de uma expressão potencialmente menos informativa.

No que concerne a essa questão, Costa (2007a, p. 125), aprofundando sua análise, ressalta que “além do frame, muitos outros aspectos do discurso, entre os quais a presença física do objeto referido ou uma menção anterior recente, são elementos potencialmente capazes de tornar saliente uma determinada entidade discursiva”.

Partindo dessa discussão empreendida por Costa (2007a), entendemos, com essa autora, que os fatores de acessibilidade estão relacionados a vários aspectos textual-discursivos e não são isolados, pois agem um sobre os outros, mostrando, algumas vezes, o mesmo grau de acessibilidade ou um sobressaindo-se quanto aos outros. A autora, a partir de seu vasto estudo sobre a Teoria da Acessibilidade, mostra-nos que os falantes/escritores escolhem as formas referenciais buscando promover “certo grau de unidade entre a menção corrente e uma representação mental/um antecedente” (COSTA, 2007a, p. 127). Dessa forma, os falantes/escritores consideram vários aspectos que perpassam desde a situação de fala até os níveis textuais discursivos, o que nos leva a entender que, apesar de os fatores de acessibilidade serem o centro da teoria, eles não esgotam o processo de seleção dessas escolhas.

Ao se debruçar sobre a importância dos pressupostos contextuais para a acessibilidade do referente, Ariel (2001) frisa que eles indicam o uso adequado ou não de determinada forma referencial. Nesse aspecto, fatores de relevância contribuem para a escolha de formas referenciais menos ou mais informativas. A fim de exemplificar seu ponto de vista, a autora considera um fato, apresentado por Bird-David (1995), de que, em uma determinada

comunidade da Índia, os nomes próprios são raramente usados. As crianças são referidas como “garota” ou “garoto”, ou por “filha” e “filho”, no caso de parentesco ou mesmo por não parentes. Os adultos são mais referidos por termos de parentesco, que indica uma marca de intimidade mais do que seus nomes; os adolescentes, principalmente, são referidos por apelidos. Tais observações nos levam a perceber que os nomes não são designações rígidas como normalmente se pensa.

Ariel (2001) também discute a influência do ponto de vista nas escolhas das formas referenciais. A autora ilustra essa reflexão com o caso de expressões referenciais distintas utilizadas por dois jornais em duas notícias que tratam do mesmo assunto “fato policial relativo a um estupro” e conclui que, se as entidades referenciais fossem rígidas, os dois jornais as apresentariam da mesma forma. A partir dessas reflexões, a pesquisadora constata que o que acontece, de fato, é que cada um dos jornais adota um determinado ponto de vista a respeito do caso, o que influencia as escolhas referenciais para tratar do assunto.

Centrada nos pressupostos da Teoria da Acessibilidade, Costa (2007a) direciona seu olhar à análise de expressões referenciais no gênero textual lista de discussão (a lista da Comunidade Virtual da Linguagem – CVL). Tomamos um exemplo dessa pesquisadora a fim de melhor compreendermos “a fusão de todos os domínios (gramatical/textual/discursivo) numa realidade cognitivo-discursiva” (p. 179) ou, pelo menos, de parte desses domínios. Vejamos:

From: R A
To: CVL - Comunidade Virtual da Linguagem
Sent: Thursday, June 08, 2006 9:42 AM
Subject: [CVL] Re: Professor, estou sensibilizada com o problema em relação à filologia.

Caros,
 Tenho acompanhado, a distância, **a discussão sobre o sepultamento ou ressurreição da Filologia no campo das Letras**. Já li e compreendi o lado da lingüística e o da filologia. [...]

Consoante esse exemplo, Costa (2007a) nos mostra que a expressão **a discussão sobre o sepultamento ou ressurreição da Filologia no campo das Letras** é uma expressão longa, marcadora de baixo nível de acessibilidade. Isso ocorre porque essa expressão procura, diante do contexto em uso – lista de discussão –, resumir uma discussão já realizada anteriormente. Outro aspecto relevante é que a recuperação do assunto tratado na memória do

leitor evidencia os fatores **distância** e **competição**, haja vista a distância verificada entre a forma referencial e a expressão a que ela se refere. Essa situação traz à baila a possibilidade de a forma referencial competir com outros elementos da enunciação. Essas condições nos levam a perceber as motivações para a escolha de uma expressão mais informativa, mais rígida e menos atenuada, marcando a consideração de baixo grau de acessibilidade pelo falante/escritor. Costa (2007a) ainda evidencia os fatores unidade e saliência nesse caso, os quais são aspectos que também contribuem para provocar baixa acessibilidade por meio da descrição definida longa.

Embora apresentemos aqui um único exemplo da pesquisa propriamente dita de Costa (2007a) no tocante à Teoria da Acessibilidade, ressaltamos que outros critérios alavancados por Ariel foram explorados em outros exemplos de lista de discussão na pesquisa de Costa (2007a).

A partir de tudo o que foi discutido, entendemos que a Teoria da Acessibilidade não prediz um método para a análise das expressões referenciais, mas, considerando a complexidade dessa abordagem, entendemos que ela dialoga pacificamente com o tratamento que buscamos dar aos fenômenos textuais em documentos setecentistas no que concerne à referenciação. Desse modo, podemos afirmar que a Teoria da Acessibilidade oferece condições para o direcionamento de nossa pesquisa a fim de entendermos como estão acessíveis para nós os referentes condensados em textos antigos. Esses referentes precisam ser ativados a fim de compreendermos a leitura desses textos setecentistas em função de contribuirmos para a reconstituição de um episódio importante da história cearense. Por fim, pensar em categorias sociocognitivamente situadas induz-nos a pensar na relevância do contexto – discutido no capítulo anterior – para a compreensão dos textos, não só textos históricos, como aqueles que constituem nosso corpus. Intrínseca a todos está a ideia de leitura como um sistema complexo que reúne todas as definições aqui apresentadas. Pensando nisso, buscamos no que se segue sintetizar a forma como entendemos que todos os elementos aqui discutidos colaboram para a efetivação da leitura, de modo particular, a leitura do texto antigo.

3.2 ATANDO AS PONTAS: A COMPLEXIDADE DA LEITURA E SEUS MUITOS CONSTITUINTES EM FUNÇÃO DA LEITURA DO TEXTO ANTIGO

O foco da análise que empreendemos nesta dissertação recai sobre documentos escritos na primeira metade do século XVIII. Nesse aspecto, parece um ponto muito importante para nós discutirmos, embora que de forma sucinta, como os postulados teóricos que

apresentamos até aqui se relacionam ao exercício de leitura do texto antigo com o qual, de modo mais efetivo, o filólogo depara-se constantemente.

Como entende Marcuschi (2008), compreender enunciados não é uma atividade tão natural, nem fruto de um “treinamento”. O autor nos chama a atenção para o fato de que o exercício de compreender textos é bem mais complexo do que se pensa, pois além de habilidade exige interação e trabalho. Nesse direcionamento, compreender seria uma forma de nos inserirmos no mundo e, ao mesmo tempo, agirmos sobre ele a partir das relações dialógicas que permeiam nossas práticas sociais.

Marcuschi (2008) considera que todas as nossas práticas diárias mais efetivas são revestidas de linguagem e que não damos conta de sua complexidade por ela ter um funcionamento tão espontâneo. Ora, se lembrarmos as características que orientam a concepção sociocognitivista da linguagem, entenderemos que “quando falamos ou escrevemos, não temos muita consciência das regras usadas ou das decisões tomadas, pois essas ações são tão rotineiras que fluem de modo inconsciente” (MARCUSCHI, 2008, p. 233). A aparente desordem entre a linguagem e o mundo, como vimos anteriormente, decorrente do princípio de que a língua não é um espelho da realidade, parece-nos ser a razão dos problemas de incompreensão muito presentes em nossas comunicações cotidianas, o que corrobora a ideia de que interagir por meio de textos, o que fazemos sempre, não é uma tarefa fácil, pois como “seres produtores de sentido não somos tão lineares e transparentes quanto seria de desejar, e a compreensão humana depende da cooperação mútua” (MARCUSCHI, 2008, p. 233). Tais observações nos levam a refletir sobre a efetiva complexidade que norteia nossas ações por meio da linguagem. É interessante observarmos, porém, que a característica que nos ajuda a não ficarmos perdidos em meio a esse processo é justamente a mesma que o complexifica: “o fato de serem as atividades sociais e cognitivas marcadas pela linguagem sempre colaborativas e não atos individuais” (MARCUSCHI, 2008, p. 233).

Ao tratar da leitura em meio a esse processo interativo, Franco (2011) propõe uma abordagem inspirada na Teoria da Complexidade, entendendo a língua(gem) como um sistema adaptativo complexo SAC, inspirado nos estudos desenvolvidos por Larsen-Freeman (2009). Revisitando as abordagens de leitura anteriores a seu estudo, o autor explica a definição de sistemas complexos e coloca que eles possuem características como dinamicidade, não-linearidade, caos, imprevisibilidade, sensibilidade às condições iniciais, abertura, auto-organização, sensibilidade ao *feedback*, adaptabilidade.

A abordagem de leitura sugerida por Franco (2011) parece-nos mais coerente com essa noção de texto que adotamos. Ao explicar a linguagem como SAC Franco (2011),

considera as ideias de Larsen-Freeman (2009), que diz que as estruturas de uso da língua constituem um sistema adaptativo, porque o comportamento dos falantes está baseado em interações passadas e tais interações sustentam o comportamento do futuro. Por essa razão, para Franco a aprendizagem não ocorre de forma linear, pois é uma adaptação dos recursos linguísticos a serviço de formação de sentido para as respostas aos propiciamentos que surgem durante a situação comunicativa.

Em suma, entender a leitura como SAC é aceitar que ela é concebida pela existência de múltiplos agentes como leitor, autor, texto, contexto social, contexto histórico, contexto linguístico, conhecimentos de mundo, frustrações, expectativas e crenças que estão intrinsecamente relacionados nesse processo.

Franco (2011) cita a intertextualidade, porque se a leitura de um texto exige conhecimento de outro texto e se o leitor não tiver conhecimento do texto, a compreensão será afetada, pois ela se realiza da interação do leitor com múltiplos elementos que podem estar dentro do sistema adaptativo complexo ou fora dele.

A perspectiva de abordagem da Filologia Textual, a nosso ver, está diretamente relacionada com essa forma de pensar o processo de leitura e interação, por ser entendida por Telles e Gama (2006) como ramificação que dá conta da língua como um sistema complexo de estruturas profundas.

Entendemos que, quando se trata da leitura do texto antigo, o filólogo precisa articular todos os elementos constituintes do sistema complexo de leitura com ainda o agravante do distanciamento em que ele leitor encontra-se com relação ao contexto de produção do texto. Por essa razão, entendemos, também, que a abordagem do contexto proposta por Hanks dialoga muito bem com o exercício de investigação do pesquisador que se coloca a investigar vestígios de um período antigo, como é próprio do exercício filológico.

Ressaltando o fenômeno da referenciação, afirmamos entender, consoante Cavalcante (2011), que ele está intrinsecamente implicado na compreensão que temos dos textos que lemos/ouvimos.

Acreditamos que o percurso teórico que traçamos auxiliará nossa análise e contribuirá com a nossa proposta. Assumir uma ideia de texto sob a ótica sociocognitivista dentro das pesquisas filológicas implica, a nosso ver, pensar em tudo o que aqui foi dito explicitado, de modo a não mais assumirmos o fenômeno textual enquanto algo estático, pronto, limitado. Carece, dentro da proposta que assumimos, traçar novos rumos e, assim, dinamizar as pesquisas que por ventura virem neste trabalho um ponto de partida coerente para se pensar a leitura do texto filológico.

Por fim, frisamos, de modo resumido, que ao propormos uma abordagem complexa dos fenômenos textuais estamos dialogando com a concepção de texto como evento e dos processos referenciais enquanto articuladores do processamento textual. Assim, assumirmos uma leitura sob a ótica da complexidade, dialogamos também com a ideia de contexto dinâmico e atualizável em função da construção do sentido nos textos que analisaremos a seguir. No entanto, antes de passarmos à análise dos dados desta dissertação, faz-se necessário esclarecer alguns aspectos metodológicos que esta pesquisa seguiu.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

“O objeto do discurso do falante, seja esse objeto qual for, não se torna pela primeira vez objeto do discurso em um dado enunciado, e um dado falante não é o primeiro a falar sobre ele. O objeto, por assim dizer, já está ressalvado, contestado, elucidado, e avaliado de diferentes pontos de vista, visões de mundo, correntes.”
(BAKHTIN, 2011, p. 299-300)

Esta pesquisa tem como objetivo resgatar um episódio da história cearense a partir da leitura de documentos setecentistas, tendo em vista os processos referenciais, com ênfase na Teoria da Acessibilidade (ARIEL, 1996; 2002), implicados na compreensão desses textos. Trata-se da análise linguística de um *corpus* composto por 14 documentos datados do século XVIII, especificamente acerca da exploração das minas de prata na Serra da Ibiapaba. Para tanto, compreendemos ser necessário esclarecer os passos metodológicos adotados até chegarmos à análise dos dados propriamente dita.

Quanto à natureza desta pesquisa, afirmamos que esta é documental por ter como objeto um material que, embora já editado, ainda não foi explorado do ponto de vista analítico que aqui empregamos. Esse tipo de pesquisa apresenta grandes vantagens porque “os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica”. (GIL, 2002, p. 46)

Afirmamos ainda o caráter qualitativo deste estudo, pois valemo-nos de procedimentos que visam a “descrever a complexidade de certos fenômenos sociais, históricos, antropológicos não captáveis por abordagens quantitativas”, como assevera Nascimento (2010, p.17).

4.1 CONTEXTO DA PESQUISA

Nosso *corpus* é composto por documentos que foram editados e publicados na edição intitulada MCC. A publicação reúne em 6 volumes, de 2 tomos cada, manuscritos referentes à antiga Capitania do Ceará. Esses documentos foram encontrados no Arquivo Histórico Ultramarino, com sede em Lisboa, Portugal, Instituição responsável por reunir a

documentação reminescente das ex-colônias lusitanas que, antigamente, era denominado Arquivo Histórico Colonial¹⁹.

Boa parte desses manuscritos já foi transcrita e passou por um estudo paleográfico e posterior publicação na *Revista do Instituto do Ceará*, fruto do empenho do grande historiador Barão de Studart. Todavia, como diz Castro (1999), longe de ter naquela época os recursos tecnológicos de hoje, Studart não conseguiu atingir um número tão extenso de documentos quanto os recuperados através da publicação MCC, que reúne em sua publicação textos correspondentes aos séculos da história colonial cearense por meio da transcrição e da reprodução²⁰ fac-similar e modernizada²¹ desses documentos que inicialmente foram trazidos para o Brasil através do Projeto *Resgate*. A coleção foi organizada por José Paulo Monteiro Soares e Cristina Ferrão, e contou com a colaboração de alguns filólogos no país. Hoje, depois de já publicada a primeira parte do projeto, podemos ressaltar que esse laborioso serviço é de imensa importância para a preservação da história cearense bem como para a propagação de estudos como este, que encontra em tais documentos uma fonte inesgotável de pesquisa.

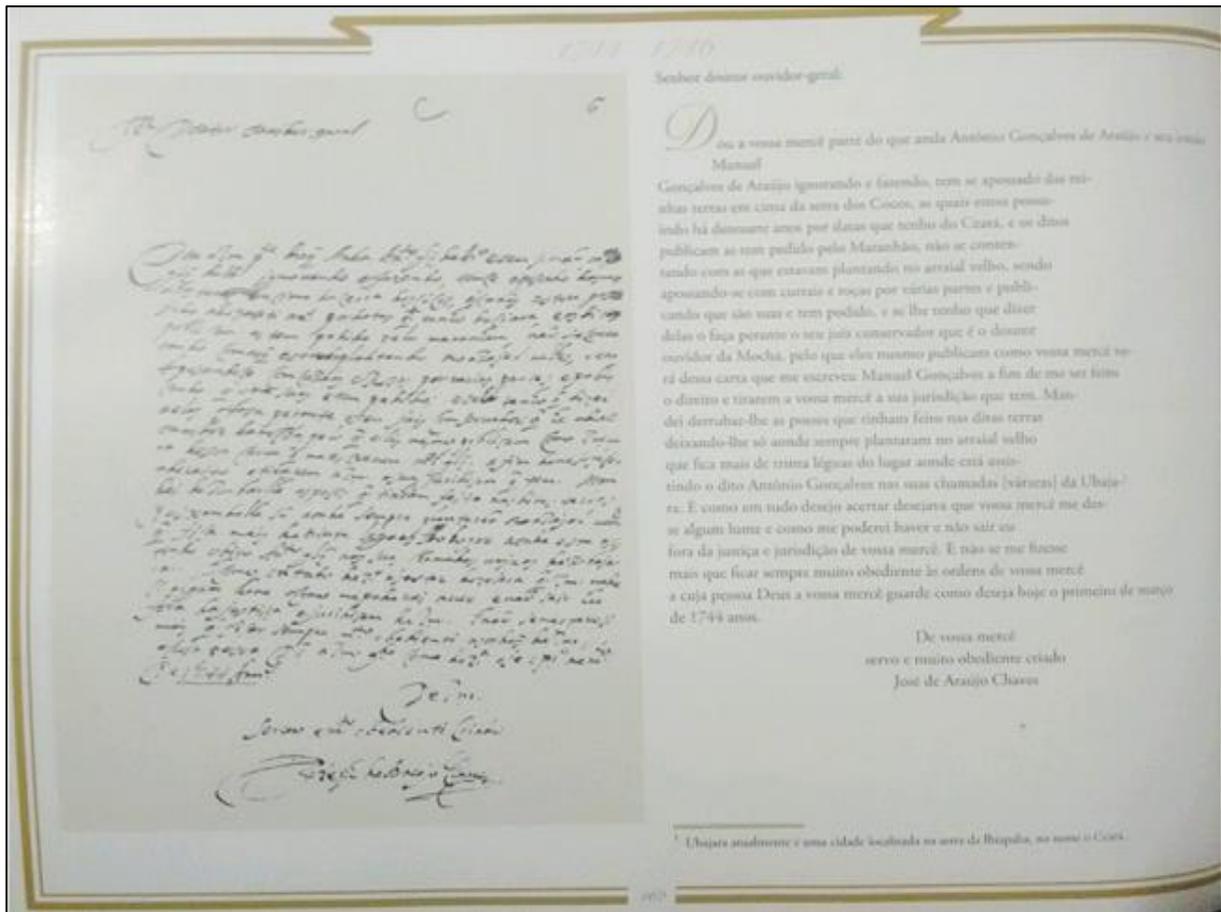
A figura a seguir exemplifica os modelos de edição em que os textos foram publicados:

¹⁹Essa denominação prevaleceu entre os anos 1926 – 1931 quando, segundo Castro (1999), o governo português decidiu transformar as colônias então remanescentes em “províncias ultramarinas”.

²⁰Existem diversas formas de fazer com que um manuscrito seja acessível ao público. Segundo Cambraia (2005), essa grande diversidade de tipos de edição, no entanto, deve se organizar dentro de um restrito número de categorias.

²¹Segundo Cambraia (2005, p. 91), **a edição fac-similar** é aquela que possui grau zero de interferência, pois apenas reproduz uma imagem do testemunho através de meios mecânicos como xerox, fotografia, escanerização, etc. Já **a edição modernizada**, ou também chamada de interpretativa, “pode-se atribuir grau máximo de mediação admissível” (CAMBRAIA, 2005, p. 97). Geralmente uma edição interpretativa é realizada com o objetivo de atingir um maior número de leitores.

Figura 1 – Página da Publicação MCC



Fonte: Publicação MCC.

Assim como todo trabalho de edição filológica exige um conjunto de normas metodológicas a serem seguidas, apresentamos as que foram elaboradas por Silva e Ximenes (2011) para o projeto MCC, e que constam no início de cada volume da coleção. Para as pesquisas de caráter filológico é de extrema importância o estabelecimento de normas para a edição dos manuscritos. Essa atividade assegura aos leitores do produto final, que o percurso feito buscou, da melhor forma, preservar as informações contidas no documento.

Cambráia (2005) estabelece alguns princípios que devem reger a constituição de normas de edição de um manuscrito. Segundo esse autor, as normas devem ser:

(a) *apropriadas ao tipo de edição* e, por consequência, à sua finalidade: normas conservadoras, por exemplo, não são compatíveis com edições destinadas ao público em geral; (b) *internamente coerentes*: isto significa que fatos iguais devem receber tratamento igual. Não faz sentido, p. ex., optar-se pelo desenvolvimento de uma categoria de abreviatura, mas não em outras; (c) *explícitas*: não se pode exigir de um consulente adivinhar quais foram os procedimentos adotados em cada situação, porque apenas quem viu o modelo é capaz de sabê-los; e (d) *rigorosamente aplicadas*:

ou seja, em todas as situações em que a norma for aplicável, deve-se aplicá-la. (CAMBRAIA, 2005, p. 109-110)

Como temos o conhecimento de que os passos metodológicos no processo de transcrição dos manuscritos são muito relevantes para os que compreendem o labor filológico, transcrevemos a seguir as normas de edição dos manuscritos anteriormente apresentados:

- 1 - O manuscrito será reproduzido mecanicamente sempre ao lado da leitura interpretativa;
- 2 - O documento será transcrito com o mesmo tipo de fontes, independentemente de haver diferença no manuscrito, atualizando-se a ortografia e uniformizando-se as formas de grifo em itálico, quando ele for necessário:
 - a. será atualizado o uso de letras iniciais maiúsculas;
 - b. serão simplificados os caracteres duplos de valor vocálico, quando divergentes do sistema gráfico atual;
 - c. serão simplificados os caracteres duplos de valor consonantal (exceto rr e ss);
 - d. a vogal nasal ou nasalizada será grafada conforme as normas ortográficas atualmente vigentes;
 - e. será uniformizado o uso de c ou ç na representação de consoantes sibilantes;
 - f. será uniformizado o uso de g ou j para representação de consoantes palatais ou velares;
 - g. a letra h será utilizada também de acordo com as normas ortográficas vigentes, baseadas na etimologia
- 3 - Serão desenvolvidas todas as abreviaturas;
- 4 - Serão atualizadas todas as formas e funções dos diacríticos;
- 5 - Será uniformizada a pontuação em suas formas e funções, sempre que isto for possível sem correr o risco de mudar o sentido do texto;
- 6 - Serão incluídas entre colchetes as palavras ou caracteres de leitura duvidosa;
- 7 - Como a reprodução mecânica do manuscrito estará disponível ao lado da edição interpretativa, será dispensada:
 - a. a transcrição dos caracteres riscados ou apagados (quando necessário, serão marcados com três pontos entre colchetes [...] na transcrição);
 - b. a estimação do número dos caracteres de leitura impossível;
 - c. a mudança de punho e de tinta;
 - d. a mudança de fôlio, de face ou de coluna.

- 8 - Serão inseridos no texto os caracteres a ele pertinentes que estiverem nas entrelinhas ou nas margens, mas, se não pertencerem ao texto, não serão transcritas;
- 9 - Notas marginais serão transcritas em notas de pé de página, com o número remissivo marcado após a palavra, frase ou parágrafo a que se referir;
- 10 - As quebras de linha serão respeitadas na transcrição, fazendo-se os ajustes necessários para se adaptarem às regras de separação de sílabas;
- 11 - Sempre que for possível, será atualizada a paragrafação dos documentos;
- 12 - Serão feitas inserções [entre colchetes] de palavras ou caracteres por conjectura, justificando-as em nota de pé de página quando a presença do manuscrito for insuficiente para isto;
- 13 - Os erros evidentes serão suprimidos (palavras ou linhas repetidas, expressões corrigidas no texto pelo copista etc.), justificando-se em nota de pé de página, se a verificação do manuscrito não for suficientemente esclarecedora;
- 14 - Uniformização de léxico informado nesta introdução, com as palavras "agora" por "gora", "aldeia" por "aldea", "aonde" ou "onde" por "adonde", "apresentar" por "pre lmazém", "até" por "em the, em té, enté, inté ou té", "até agora" por "té gora", "batizar" por "bautizar", "cadeia" por "cadea", "câmara" por "camera", "Ceará" por "Seará ou Seara", "coadjutor" por "cogitor", "coisa" por "cousa", "cumprimentar" por "comprimentar", "Correia" por "Correa", "criar" por "crear", "de contínuo" por "de contino", "de onde" por "de donde ou da donde", "defesa" por "defensa ou defensão", "depois" por "despois", "desamparar" por "desemparar", "desamparo" por "desemparo", "dezesseis" por "dezasseis", "dezesete" por "dezassete", "dois" por "dous", "encarregado" por "carregado" (quando tem aquele sentido), "feliz" por "felice", "Fernandes" por "Fernandez", "foi" por "fou", "infantaria" por "infanteria", "inimigo" por "imigo", "jaguaribara" por "jagaribara", "José" por "Joseph", por "mormoração", "outrossim" por "outro si", "outubro" por "oitubro", "para" por "pera", "perguntar" por "preguntar", "permitir" por "permetir", "perpétuo" por "perpeto", "por" por "per", "pretender" por "pertender"; "procurar" por "precurar", etc., "quarenta" por "corenta", "quaezão", "razões" por "rezões", "reavaliar" por "revaliar ou rivaliar", "regime" por "regímen", "registrar" por "registar", "re-sobescrever", "tabelião" por "tabalião", "tambor" por "atambor", "traslado" por "treslado", "valorosamente" por "valerosamente", "vantagem" por "ventagem", "Vieira" por "Vieyra", "vigário" por "vigairo" etc.

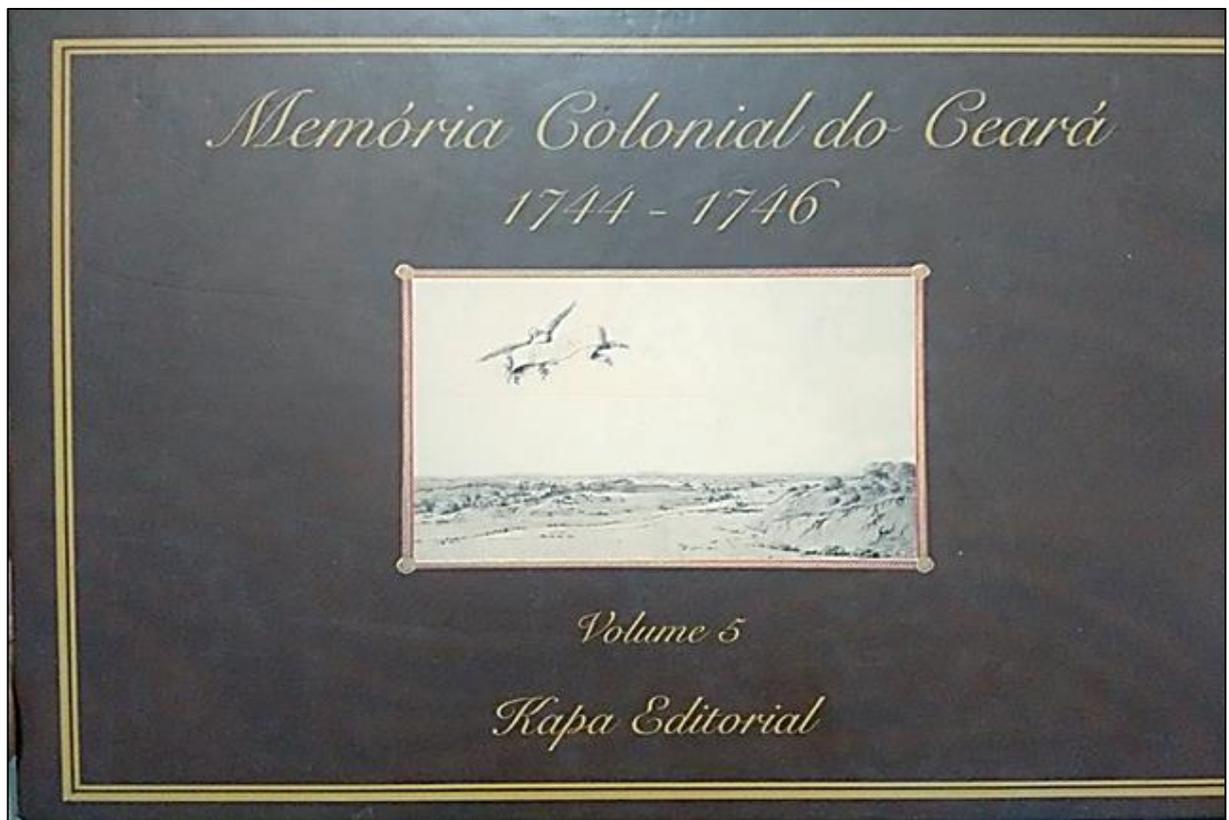
15 - Os antropônimos serão atualizados, inclusive nas assinaturas e rubricas identificadas;

16 - Serão apresentados em notas de pé de página alguns elementos do glossário, para que o leitor comum possa identificar os termos hoje desconhecidos ou utilizados com outros sentidos, juntamente com as notas sobre fatos históricos, personagens históricos, elementos geográficos, etnográficos, culturais etc.

4.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A publicação da MCC, como dissemos, reúne inúmeros documentos de gêneros e assuntos diversos. A proposta é apresentar essa edição em ordem cronológica. Tal fato fica evidenciado, sobretudo, pela demarcação temporal que vem apresentada na parte externa das capas, delimitando o período correspondente às publicações de cada volume, como demonstrado, a seguir, no volume 5.

Figura 2 – Capa da publicação MCC, volume 5



Fonte: Publicação MCC.

Além dessa informação, cada volume apresenta um sumário especificando a data, o remetente, o local, o destinatário e o assunto de cada documento. Essas informações foram extraídas do *Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos do Ceará* (Mota-Jucá, 1999), E foram transcritas para a publicação a fim de descrever os documentos presentes em cada volume, conforme podemos ver na **figura 3**, a seguir, e na ampliação, na **figura 4**:

Figura 3 – Sumário do volume 5 as publicação MCC

<i>Sumário</i>	
1744, junho, 20, Fortaleza CARTA do capitão-mor do Ceará, João de Teive Barreto e Menezes, ao rei [D. João V], em resposta à provisão que ordena que os escravos sem senhores e se gado do reino fiquem de posse da Fazenda Real. Anexo: provisão, carta e certidão.	23
1744, junho, 20, Fortaleza CARTA do capitão-mor do Ceará, João de Teive Barreto e Menezes, ao rei [D. João V], sobre a fortaleza que foi feita no tempo da conquista dos sertões.	33
1744, junho, 21, Fortaleza CARTA do capitão-mor do Ceará, João de Teive Barreto e Menezes, ao rei [D. João V], sobre o mau estado da arrecadação e arrecadação dos contratos da Real Fazenda. Anexo: relação dos devedores da Fazenda Real, provisão e cartas.	35
1744, junho, 23, Fortaleza CARTA do capitão-mor do Ceará, João de Teive Barreto e Menezes, ao rei [D. João V], sobre a multiplicidade dos postos das ordenanças do Brasil. Anexo: portarias, certidão e provisão.	74
1744, julho, 2, Aquiraz CARTA do ouvidor e provedor do Ceará, Manuel José de Faria, ao rei [D. João V], sobre a comissão feita à Câmara da referida capitania.	92
1744, julho, 12, Fortaleza CERTIDÃO emitida pelo escrivão da Fazenda Real do Ceará, Francisco Pereira Marinho, referente ao pagamento de propinas aos ministros do Conselho e demais oficiais. Anexo: cartas e recibos	95
1744, julho, 23 CARTA do Visconde Pinho da Costa e Mendonça ao capitão-mor do Ceará, João de Teive Barreto e Menezes, dando informações sobre os índios.	111
1744, julho, 26, Aquiraz CARTA do ouvidor do Ceará, Manuel José de Faria, ao rei [D. João V], sobre o fato dos capitães-mores proterem os oficiais da Justiça.	112
1744, julho, 26, Aquiraz CARTA do ouvidor e provedor da Fazenda do Ceará, Manuel José de Faria, ao rei [D. João V], informando sobre a remessa de 300 mil réis ao tesoureiro do Conselho Ultramarino referentes a soldos adiantados. Anexo: certidão.	115
1744, agosto, 2, Fortaleza CARTA do capitão-mor do Ceará, João de Teive Barreto e Menezes, ao rei [D. João V], em resposta à provisão que ordena que se tire residência ao ouvidor Tomás da Silva Pereira. Anexo: carta e cópia de provisão.	120
1744, agosto, 7, Aquiraz REQUERIMENTO dos oficiais da Câmara da vila de Aquiraz, ao rei [D. João V], em que pedem o estabelecimento de um juiz da Coroa no Ceará.	123
1744, agosto, 14, Aquiraz CARTA de Manuel José de Faria, ao rei [D. João V], remetendo a certidão pela qual consta o dia em que tomou posse do lugar de Ouvidor da capitania do Ceará. Anexo: certidão.	126

Fonte: Publicação MCC.

Figura 4 – Ampliação do sumário

1744, julho, 26, Aquiraz CARTA do ouvidor e provedor da Fazenda do Ceará, Manuel José de Faria, ao rei [D. João V], informando sobre a remessa de 300 mil réis ao tesoureiro do Conselho Ultramarino referentes a soldos adiantados. Anexo: certidão.	115
---	-----

Fonte: Publicação MCC.

Ao lançarmos mão desse objeto para nossa pesquisa, sentimos, antes de mais nada, a necessidade de fazer um recorte devido ao vasto número e aos variados gêneros documentais encontrados nessa publicação. Em um primeiro momento, pensamos em realizar um recorte temporal, o que nos pareceu mais lógico. Entretanto, ao olharmos para os documentos, qual não foi nossa surpresa ao verificarmos que nem todos os volumes apresentavam sumário, e que existiam muitos documentos a mais em cada tomo além daqueles apresentados no catálogo que, até então, servia-nos de guia. Outra observação que fizemos foi que os manuscritos nem sempre obedeciam ao período cronológico estabelecido nas capas. Tendo em vista essas constatações, pareceu-nos mais viável adotarmos um critério temático para a seleção dos manuscritos que comporiam a análise desta pesquisa.

Assim, decidimos investigar os documentos referentes à exploração das minas de prata na serra da Ibiapaba por Antônio Gonçalves Araújo. Foi crucial para nossa escolha um documento encontrado em meio aos demais que nos chamou a atenção: tratava-se de uma denúncia contra Manoel José de Faria, sexto ouvidor do Ceará. Essa representação foi assinada pelo cura do Acaraú e consistia na queixa que o povo da capitania fazia ao rei, D. João V, a fim de denunciar inúmeras práticas ilegais por parte do referido ouvidor. Esse documento é localizado entre as páginas 379 e 390, do tomo 2 do volume 5.

Propusemo-nos, então, a investigar tais denúncias direcionadas a partir dos próprios manuscritos. Como não nos eram confiáveis nem o sumário nem o catálogo dos manuscritos, a solução foi vasculhar todos os documentos a fim de encontrarmos aqueles referentes ao ouvidor Manuel José de Faria. Logo em seguida, tomamos outra importante decisão metodológica: levando em consideração a quantidade de documentos encontrados a respeito, escolhemos aqueles relacionados à exploração das minas de prata, na serra da Ibiapaba, por Antônio Gonçalves de Araújo.

Após esse momento de seleção, procedemos à classificação dos documentos em primários e secundários levando em consideração a relevância direta para o processo da narrativa. Em quadros, registramos, além do local dentro da edição da MCC, a data de emissão, o remetente e o destinatário do documento, acrescentando ainda um breve resumo sobre o conteúdo.

É importante esclarecermos que, para a identificação dos documentos na edição, criamos um código assim descrito: como cada volume da edição MCC possui dois tomos, utilizamos a forma **VxTy** em que **x** representa o número do Volume, marcado pela inicial **V**, e **y** o número do tomo (se tomo 1 ou tomo 2), identificado pela também inicial **T**. A letra **p** indica, então, a página em que se encontra o documento, ou as páginas inicial e final, caso o

documento seja mais extenso. Dessa forma, o documento **V5T1-p.341-346**, por exemplo, encontra-se, na MCC, no volume 5, tomo 1, entre as páginas 341 e 346.

Assim, os documentos primários somam 11 e os secundários 3, como mostram os quadro 1 e 2:

Quadro 4 – Lista de documentos primários

LOC. NO MCC	DATA	REMET.	DEST.	ASSUNTO
V5T1-p.341-346	23/03/1739	D. João V	Administradores da Capitania do Ceará	Cópia da provisão concedendo a Antônio Gonçalves de Araújo o direito de explorar as minas de prata na Serra da Ibiapaba
V5T1-p.346-350	23/03/1739	D. João V	Administradores da Capitania do Ceará	Cópia de outra provisão concedendo a Antônio Gonçalves de Araújo o direito de continuar a explorar as minas de prata na Serra da Ibiapaba
V5T1-p.350-354	23/03/1739	D. João V	Administradores da Capitania do Ceará	Cópia da provisão concedendo a Antônio Gonçalves de Araújo os privilégios nela declarados.
V5T1-p.162	01/03/1744	José Araújo Chaves	Ouvidor do Ceará	A respeito das ações de Antônio Gonçalves de Araújo e seu irmão Manuel Gonçalves de Araújo na Serra dos Cocos
V5T1-p.164-165	08/01/1745	José Araújo Chaves	Ouvidor do Ceará	A respeito das terras que o remetente possui na Serra dos Cocos.
V5T1-p.281-285	15/11/1745	Dom João V	Ouvidor do Ceará	Cópia da provisão real ao ouvidor do Ceará Grande sobre as desordens em que se tem envolvido Antônio Gonçalves de Araújo.
V5T1-p. 355 – 359	21/02/1746	Ouvidor do Ceará, Manoel José de Faria	D. João V	Carta do ouvidor-geral do Ceará a respeito dos mal feitos da parte de Antônio Gonçalves de Araújo.

V5T1-p. 360 – 361	22/02/1746	João de Teive Barreto Menezes	Governador do Ceará	Declaração a respeito do procedimento de Antônio Gonçalves de Araújo
V5T1-p.168	?	Doutor Custódio Correia Mattos	Ouvidor do Ceará	Relatando as violências sofridas por Antônio Gonçalves de Araújo
V5T1-p.169-170	23/02/1746	Custódio Correia de Mattos	Oficiais de justiça.	Mandando cumprir o que suplica Antônio Gonçalves Araújo.
V5T2-p. 96 – 102	02/04/1746	Antônio Gonçalves de Araújo	D. Manuel de Noronha.	OFÍCIO do superintendente das minas de prata, Antônio Gonçalves de Araújo, informando sobre a queixa que dele fez o ouvidor do Ceará ao rei [D. João V], sem nenhuma razão.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 5 - Lista dos documentos secundários

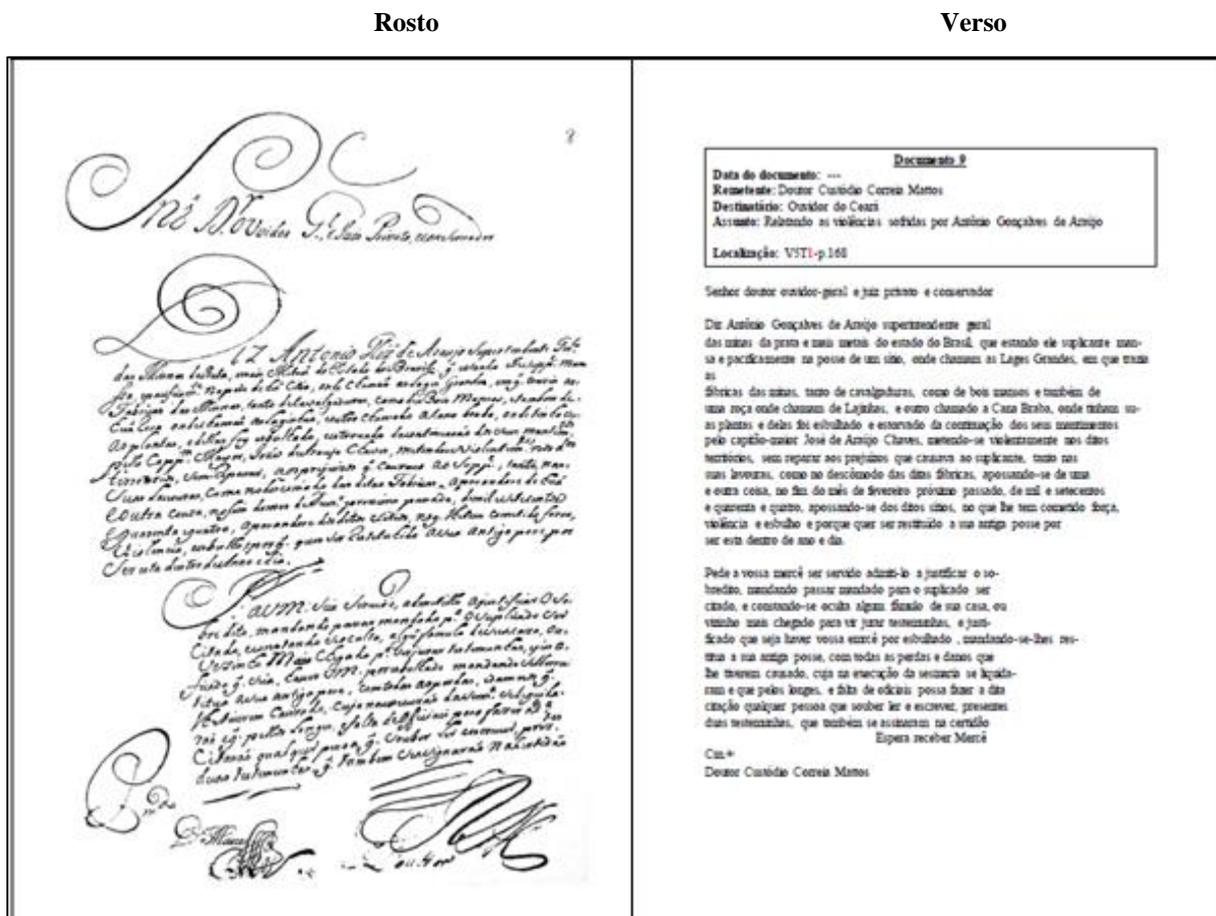
LOC. oO MCC	DATA	REMET.	DEST.	ASSUNTO
V5T1-p. 334 – 341	02/02/1730	D. João V	Capitania do Ceará	Provisão real que há por bem conceder a Manuel Francisco dos Santos Soledade permissão para explorar as minas no território cearense.
V5 T1p.350-353	20/04/1746	----	Documento público	Instrumento passado em pública forma sobre as minas de prata e cobre da Ubajara, capitania do Ceará.
V5T2-p. 379-390	1746	Cura do Acaraú, Antônio de Carvalho e Albuquerque	D. João V	Representação do povo da Capitania do Ceará ao Rei a queixar-se do ouvidor Manoel José de Faria.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Após selecionarmos os documentos acima descritos, organizamos o **Apêndice A** com os documentos primários e o **Apêndice B** com os documentos secundários, cada fôlio dos documentos é apresentado na edição fac-similar e, em seguida, na versão modernizada a ele correspondente, de acordo com a transcrição do MCC. É importante salientarmos que a transcrição que apresentamos obedece à mesma quebra de página do documento fac-similado, como está na própria edição MCC.

Assim, apresentamos um apêndice da seguinte forma:

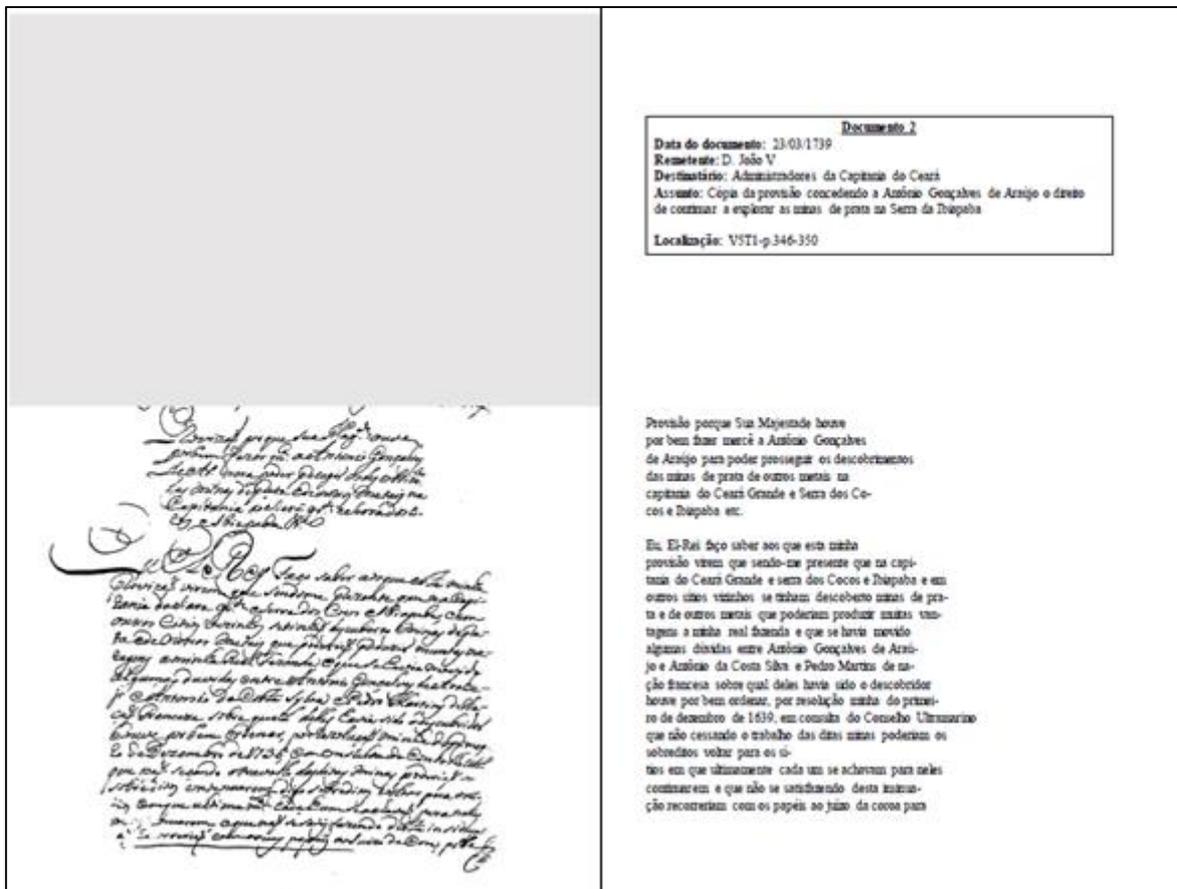
Figura 5 – Organização do Apêndice



Fonte: Elaborada pelo autor.

Na figura 5, podemos ver o **documento 9** do nosso **apêndice A** da forma como ele aparece no rosto (imagem à esquerda) e no verso (imagem à direita). Como alguns trechos de documentos que apareciam nos fac-símiles não diziam respeito ao nosso *corpus* ou era de outro documento dentro da nossa classificação, suprimimos, no fac-símile, esses trechos referentes aos documentos que não correspondiam ao transcrito. Fizemos isso utilizando uma faixa cinza para tapar esses trechos “alheios” nos fac-símiles, conforme vemos na figura a seguir:

Figura 6 - supressão dos trechos alheios aos documentos transcritos



Fonte: Elaborada pelo autor.

Como podemos ver, colocamos uma barra cinza no trecho do fac-símile que não dizia respeito ao trecho transcrito.

Outra informação muito importante a respeito da organização do *corpus* e da sua identificação no capítulo de análise diz respeito aos quadros que criamos no início de cada documento do Apêndice, na parte referente à transcrição, isso porque como a versão fac-similada é uma imagem, ficou difícil colocar esse quadro. Esse quadro tem a função de identificar o documento, usando as informações apresentadas anteriormente nos quadros 4 e 5

Quadro 6 – Informações dos documentos dos Apêndices

<u>DOC – PRIM. 2</u>
Data do documento: 23/03/1739
Remetente: D. João V
Destinatário: Administradores da Capitania do Ceará
Assunto: Cópia da provisão concedendo a Antônio Gonçalves de Araújo o direito de continuar a explorar as minas de prata na Serra da Ibiapaba
Localização: V5T1-p.346-350

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com o intuito de facilitar a identificação dos documentos cada vez que nos referimos a eles na análise, criamos a nomenclatura resumida **DOC – PRIM. X**, que se refere ao **documento primário x**, no apêndice A; e **DOC – SEC. X**, que se refere ao **documento secundário X**, no apêndice B. Assim, no quadro 6 temos informações referentes ao **documento primário 2**, presente no **apêndice A**. Desse modo, na análise, sempre que nos referirmos a um dos documentos o chamaremos de acordo com a ordem estabelecida nos apêndices usando essa forma resumida que apresentamos.

4.3 PASSOS DA ANÁLISE

Em nossa análise, necessitamos recorrer a fontes históricas para compreender melhor o contexto em que os documentos estavam inseridos. Então, após a seleção e organização do *corpus*, fizemos uma pesquisa bibliográfica em fontes que tratavam do Ceará no século XVIII.

Em seguida, tendo em vista nosso referencial teórico relativo à teoria da referenciação, tomamos por base as categorias de Ariel (1996; 2001) para analisar os processos referenciais que envolviam os referentes mais opacos presentes em cada documentos e que, por conta disso, prejudicavam nossa compreensão.

Com vistas a melhor compreendermos a história apresentada pelos dados, dividimos nossa análise em 3 etapas, ou blocos, sendo que as duas primeiras são as que efetivamente apresentam mais informações no *corpus*, e discutimos em cada fase como os referentes se articulam nos documentos e como as informações contextuais conduziam-nos a compreensão das informações ali apresentadas.

Dito isso, passamos, no capítulo seguinte, a apresentar a análise dos dados.

5 ANALISANDO OS DADOS: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DA ACESSIBILIDADE PARA A LEITURA FILOLÓGICA

“Compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente. A cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de outras palavras nossas, formando uma réplica. Quanto mais numerosas e substanciais forem, mais profunda e real é a nossa compreensão.”

(BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2002, p. 137)

Neste capítulo, através das trilhas dos textos, procuramos discutir como os fatores de acessibilidade propostos por Ariel (1990 *apud* COSTA, 2007a) contribuem para a efetiva leitura filológica. Nosso foco recai sobre os referentes mais opacos que, segundo entendemos, dificultam a compreensão de textos que estão situados em um contexto distante do nosso.

Depois de apresentarmos as questões teóricas que fundamentam este estudo, resta-nos lembrar, recorrendo às palavras de Bakhtin/Volochínov acima transcritas, o laborioso trabalho que é compreender a enunciação de outrem. Neste aspecto, relembremos a famosa frase “ouvir o inaudível”, de Lass (1997), citada por Mattos e Silva (2008) na introdução da sua obra *Caminhos da Linguística Histórica*, justificando o difícil exercício de trabalhar com informações de um período muito remoto do qual não possuímos dados suficientes para compreender com plena nitidez os fatos narrados. Inclusive, um dos grandes desafios encontrados por nós nesta pesquisa, sem dúvida, foi, justamente, a distância temporal na qual estamos com relação ao período em que os textos aqui analisados foram escritos, pois através dos documentos nos deparamos com uma realidade social e linguística bem diferente da nossa. Nossos documentos datam de meados do século XVIII, e dizem respeito a um período muito crítico do sistema administrativo colonial no Ceará.

Dessa forma, a fim de sanar essa dificuldade, foi preciso recorrermos a textos que contribuíssem com a reconstituição do contexto social da época, pois determinadas formas referenciais apresentaram-se menos acessíveis no contexto hodierno. Assim, retomando o período em que esses textos foram escritos, tentamos reduzir as lacunas informacionais encontradas entre um documento e outro.

Destacamos, porém, que o que temos como fonte para reconstituirmos esse contexto histórico-social, a fim de promovermos uma leitura situada dos documentos são, na verdade, retextualizações, ou seja, uma (re)elaboração da situação da organização política e administrativa cearense do século XVIII feita por historiadores.

Desse modo, as informações que foram emergindo do contexto em que os textos foram escritos, possibilitaram-nos entender de forma bem mais nítida os textos que lemos. Cientes de que o contexto, como sugere Hanks (2008), não se reduz a uma abordagem estática dos fenômenos enunciativos, entendemos que antes de avançarmos propriamente na análise dos dados, carecemos de apresentar o contexto histórico no qual nossos documentos estão inseridos.

5.1 UMA IMERSÃO NO CONTEXTO DE PRODUÇÃO DOS TEXTOS: O CEARÁ SETECENTISTA

Conforme compreende Hanks (2008, p. 123), o papel do contexto “é central na definição do texto como um objeto completo, interpretativamente coerente”. Assim, assumindo uma concepção sociocognitivista de texto, cabe-nos concordar com esse autor, o que nos leva a imergir no universo da pesquisa histórica, buscando informações pertinentes ao Ceará setecentista a fim de contextualizarmos o período em que os documentos que compõem o *corpus* de nossa pesquisa foram escritos. Portanto, nesta subseção, apresentaremos, brevemente, o contexto sociopolítico do Ceará no século XVIII.

Carvalho (2015) nos lembra que a região que conhecemos hoje como Ceará era denominada, no início do século XVII, de “sertão do Ceará Grande”. Como caracteriza o referido autor, “essa área do sertão colonial abrangia uma vasta região inóspita, habitada por inúmeras populações indígenas e desconhecida pelo conquistador português” (CARVALHO, p. 37).

Sabe-se que no primeiro momento da colonização, enquanto outras capitanias como Pernambuco e Maranhão destacavam-se como importantes centros da Colônia, o Ceará estava relegado ao ostracismo, fato ocasionado pela caluniosa ideia de que as terras cearenses eram pobres para o plantio de cana de açúcar e que, portanto, nada tinham a oferecer aos colonizadores. O fato é que estes pouca conta fizeram do território até meados do século XVI. O olhar da coroa estava voltado para a Vila de São Vicente e para as capitanias de Pernambuco e Bahia, que muito tinham a oferecer com o cultivo da cana de açúcar. Tal desapego da metrópole pelas terras cearenses fez com que os franceses e holandeses não tardassem a invadir nosso litoral e estabelecessem uma intensa atividade comercial com os indígenas desta região.

Foi somente a partir de 1535 que Portugal se preocupou com a invasão pirata no novo território, e decidiu dividir o Brasil em capitanias hereditárias. A capitania do Ceará coube ao donatário Antônio Cardoso de Barros que dela não fez caso.

Dessa forma, de acordo com Girão (1984, p. 31), desde 1500 até a exploração realizada por Pero Coelho, em 1603, “o litoral cearense foi [somente] objeto de excursões náuticas, assim como de navegadores oficiais, como flibusteiros em busca de resgate dos índios”. Por essa razão, a Capitania do Ceará desenvolveu-se tardiamente em diversos aspectos, sobretudo, no aspecto administrativo.

Assim, a primeira tentativa efetiva de ocupação do Ceará só aconteceu em 1603 por Pero Coelho de Sousa, responsável por fundar o forte de São Lourenço e o povoamento da Nova Lisboa. Entre os que o acompanhavam nessa empreitada estavam Simão Nunes de Sousa, Manuel de Miranda e o ainda jovem Martim Soares Moreno. A tentativa de colonização por Pero Coelho também foi infértil, pois, ao tentar alcançar a Serra de Ibiapaba, lugar já dominado pela presença francesa, os colonizadores enfrentaram várias lutas contra os indígenas daquela região, que lutavam ao lado dos piratas. Outra dificuldade determinante para o insucesso da missão foi a grande seca registrada entre os anos de 1605 e 1607. Pero Coelho ainda enviou diversas cartas ao Maranhão clamando por auxílio para si e pelos seus, mas, segundo nos conta Brígido (2001), diante dessas difíceis circunstâncias, ele resolveu voltar ao Rio Grande com sua família e os poucos que lhe restavam.

Foram, então, os padres jesuítas Francisco Pinto e Luís Figueira enviados pela coroa portuguesa e pela Companhia de Jesus para tentar expulsar os franceses do Maranhão. Nesse trajeto, os religiosos cruzaram o território cearense, mas não realizaram a colonização definitiva dessa terra, conseguindo, apenas, fundar algumas aldeias de índios. É justamente desse período, o primeiro documento referente ao Ceará: *A Relação do Maranhão*, escrita por Luís Figueira, que narra esse trajeto em direção à serra de Ibiapaba descrevendo a fauna e a flora regionais.

É, portanto, Martins Soares Moreno reconhecido como fundador do Ceará. Tendo já visitado as terras cearenses por ocasião da vinda de Pero Coelho, em seu retorno, fundou, em 1611, o Forte de São Sebastião na Barra do Ceará. Tendo defendido as terras do Maranhão do ataque dos franceses, recebeu o título de Capitão-mor do Ceará, onde permaneceu até 1631. É do Capitão-mor Martins Soares Moreno a autoria de diversas cartas transcritas no tomo 1, do primeiro volume da coleção *MCC*, que comprovam sua imensa preocupação com estas terras. A importante atuação de Moreno na história cearense rendeu-lhe, inclusive, um personagem central na obra de José de Alencar, *Iracema*, em que o bravo Martin é apresentado como o herói do novo mundo.

Desde o efetivo começo de sua colonização, o Ceará ficou subordinado ao Maranhão até 1656, quando, por ordem do governo-geral e atendendo a pedidos do mesmo Soares Moreno, passou a ser subordinado a Pernambuco. É importante destacarmos que as

tentativas de explorar o território cearense nos anos iniciais do século XVII foram muito conflituosas. Assim, os primeiros conquistadores destas terras dedicaram-se, conforme Carvalho (2015, p. 37), “ao controle militar de guarnição de soldados em pequeno forte localizado no litoral cearense”.

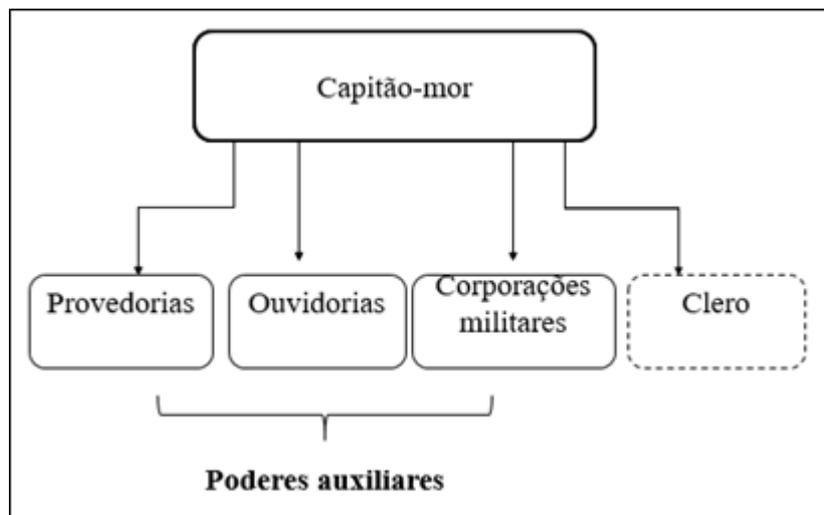
É sabido por todos que o sistema administrativo vigente nessa época era o monárquico. Caracterizando a monarquia portuguesa, Prado Jr. (2011, p. 318) a define como

organismo imenso que vai do rei e sua cabeça, chefe, pai, representante de Deus na terra, supremo dispensador de todas as graças e regulador nato de todas as atividades, mais que isto, de todas as ‘expressões’ pessoais e individuais de seus súditos e vassalos, até o último destes, mas ainda assim com seu papel e sua função, modestos embora, mas afetivos e reconhecidos no conjunto do organismo político da monarquia.

No que tange, especificamente, à administração da capitania do Ceará, diz Aragão (1990), essa era formada por um capitão-mor que gerenciava a capitania de modo bem restrito, e por poderes auxiliares como as provedorias, ouvidorias, corporações militares e o clero.

O quadro a seguir ilustra, de forma resumida, de acordo com Aragão (1990), o sistema de governo das capitanias nesse período:

Figura 7 - Resumo da Organização administrativa das capitanias no século XVIII



Fonte: Elaborada pelo autor.

O capitão-mor ficava encarregado do gerenciamento da Capitania ao lado dos seus poderes auxiliares: as provedorias, a ouvidoria e as corporações militares. O clero também contribuía para esse modelo administrativo, mas, como diz Aragão, de forma um tanto quanto individualista.

Apesar dessa organização, a ação dos capitães-mores demonstrou-se ineficaz na administração da Capitania do Ceará. Inferimos que a distância era o principal empecilho para a concretização das ordens e leis, mas julgamos ser também responsável por esse fracasso o próprio sistema administrativo colonial que é caracterizado por Prado Jr. (2011) como um “amontoado de leis”, órgãos e funções sob formas e designações das mais diversas, existindo num lugar e faltando em outros, “nada ou muito pouco apresentando aquela uniformidade e simetria que estamos hoje habituados a ver nas administrações contemporâneas” (PRADO JR., 2011, p. 318).

Problemas ocasionados por essa falta de organização no sistema administrativo causaram muitas queixas à coroa a respeito dos desmandos ocorridos no Ceará sem que ninguém tomasse conta disso. Assim, de acordo com Carvalho (2015), foi criada a primeira vila na capitania do Ceará, a de São José de Ribamar, hoje Aquiraz, contando com a aprovação régia em 13 de fevereiro de 1699, conforme vemos a seguir:

[...] sobre a forma que há de governar o Ceará, representando-me ser conveniente e acertado mandar se eleja oficiais da Câmara, Juizes ordinários como a no Rio Grande para assim se atalharem parte das insolências, que costumam cometer os capitães mores, e se administrar melhor a justiça, dando-se também nome de vila ou cidade àquela povoação [...] Fui servido resolver que se crie em vila o Ceará e que tenham oficiais de câmara na forma que mandei praticar com muitas terras no sertão da Bahia, para por este meio se evitarem muitos prejuízos que até agora se experimentavam por falta de terem em seu governo aqueles moradores do Ceará modo de justiça. (STUDART, 2001, p. 114 *apud* CARVALHO, 2015, p 67)

Posteriormente à criação da Vila de Aquiraz, foram também criadas as vilas onde hoje conhecemos as cidades de Fortaleza e de Icó, em 1725 e 1738, respectivamente.

Nossos documentos situam-se, especificamente, na primeira metade do século XVIII, momento em que a coroa portuguesa tenta organizar a estrutura administrativa da Capitania do Ceará a partir da atuação dos Capitães mores, Câmaras Municipais e dos missionários Jesuítas.

Uma das principais decisões da Coroa foi o estabelecimento da ouvidoria no Ceará. Como assevera Carvalho (2015, p. 93), com a criação da ouvidoria, as visitas e correições²² que antes eram realizadas pelos agentes da justiça da Paraíba e do Rio Grande passaram a ser incumbência do ouvidor do Ceará. Conforme Ferreira (2013 p. 67), “os ouvidores eram responsáveis pela aplicação da justiça em sua jurisdição e atuavam na

²² É importante salientarmos que era muito comum nas capitanias a acumulação do cargo de ouvidor e corregedor. Assim, o ouvidor também ficava responsável por fazer as correições que, de forma clara, podemos dizer que consistiam em visitas feitas às regiões pertencentes à capitania com o intuito de fiscalizar o estabelecimento da justiça, a concretização das leis.

fiscalização de órgãos como as câmaras municipais. Em tais instituições, exerciam o controle das contas, além de confirmar o juiz e o procurador em seus cargos”. A Ouvidoria tinha o intuito de fiscalizar os demais setores administrativos e o ouvidor colocava-se subordinado somente às ordens régias. “No contexto colonial, a justiça assumia o propósito de inibir os desvios de conduta dos funcionários da administração. Além disso, buscava evitar que régulos locais utilizassem os mecanismos administrativos de acordo com seus interesses” (FERREIRA, 2013, p 67).

A criação da Ouvidoria de modo algum sanou os conflitos existentes na capitania do Ceará. Pelo contrário, como narra Carvalho (2015), as denúncias de desordens no Ceará passaram a ser frequentes durante o século XVIII. Esse autor afirma que nesse período circularam inúmeras correspondências de denúncias entre os poderes locais, moradores da capitania e as autoridades superiores. Nesse contexto,

os conflitos geravam uma atmosfera de vigilância mútua que contribuía com a descoberta de casos escusos e omissos presentes nos discursos proferidos durante as investigações locais e nas cartas enviadas ao rei e ao Conselho Ultramarino, que sempre se transformava em motivos de processos e devassas nas mesas dos conselheiros e inquiridores do Reino. (CARVALHO, 2015, p. 103)

Os conflitos que ocorriam na Capitania do Ceará eram contraditórios, porque “enquanto os administradores e habitantes reclamavam do estabelecimento das instituições da justiça colonial, quando chega no Ceará o primeiro ouvidor, esse sofre bastante aversão dos representantes locais tanto dos potentados, camarários e moradores locais” (Op. Cit.).

Muitos foram os ouvidores que passaram pela Capitania do Ceará. Ao todo, como afirma Studart (1922), foram 19 ouvidores responsáveis por garantir a justiça nas terras cearenses. O primeiro ouvidor escolhido para o Ceará foi José Mendes Machado, conhecido pelo apelido de Tubarão. Sua nomeação ocorreu em 3 de abril de 1723. Até a primeira metade do século XVIII, seguiram-se seis ouvidores. Foram eles: Antônio Loureiro Medeiros, nomeado por ordem régia de 21 de novembro de 1728; seguido por Pedro Cardozo de Novaes Pereira, nomeado ao primeiro de julho de 1730; depois assumiu o posto Victorino Pinto da Costa Mendonça, nomeado aos 31 de março de 1735, sendo substituído por Thomaz da Silva Pereyra, em 1739, e, em seguida, Manoel José de Faria, nomeado por provisão de 11 de outubro de 1742.

A datação dos nossos documentos diz respeito ao período que Manoel José de Faria foi ouvidor do Ceará. Ele destacou-se por influenciar diretamente a criação da então vila de Aracati e também por atuar diretamente na contestação da descoberta das minas de Ibiapaba,

opondo-se ao trabalho desempenhado por Antônio Gonçalves de Araújo, então superintendente das minas de prata e demais metais da Ibiapaba.

Como se pode perceber pelo que já foi exposto nesta subseção, os conflitos envolvendo os ouvidores e demais representantes administrativos eram muito comuns. Em seu trabalho, Carvalho elenca diversos conflitos dentro dos setores administrativos do Ceará colonial. Ao folhearmos brevemente os inúmeros documentos inclusos na coleção MCC, encontramos muitas cartas-denúncias e queixas direcionadas a diversos setores administrativos da capitania, tratando sobre assuntos diversos.

Nosso despertar para esse episódio da história cearense deveu-se, justamente, ao fato de encontrarmos, entre os demais documentos do MCC, uma carta-denúncia emitida pelo cura do Acaraú, Antônio de Carvalho e Albuquerque, direcionada ao rei, D. João V. A carta, na verdade, ao menos pelo que se afirma no próprio documento, era uma representação do povo da capitania do Ceará a queixar-se dos abusos cometidos pelo ouvidor Manoel José de Faria. A seguir, mostramos um excerto dessa carta:

(1)

Senhor:

Representa a Vossa Majestade o miserável povo da capitania do Ceará, o insuportável julgo e consternação, em que o tem posto ouvidor da dita capitania, Manuel José de Faria, nos capítulos seguintes [...]

DOC – SEC. 3

Esse documento soma-se a outros muito comuns diante do quadro de conflitos entre o povo, representações religiosas e membros da administração no Ceará colonial, como nos lembra Carvalho (2015), uma vez que toda a capitania vivia um clima de instabilidade administrativa, isso porque, conforme já informado, tardiamente o Ceará recebeu uma estrutura administrativa e, ainda assim, por muito tempo, essa forma de administração ficou confusa, o que acabou ocasionando diversos conflitos como este que tentamos resgatar através desta pesquisa.

O elemento particular que fez com que esse caso merecesse especial atenção foi justamente a série de acusações (ao todo, 21) apresentadas contra o sexto ouvidor, Manoel José

de Faria, conforme podemos ver no **DOC – SEC. 3**²³, datado de 1746, sem maiores especificações a respeito da data.

A leitura desse documento em meio aos demais da MCC despertou-nos interesse por ironicamente tratar de tantas denúncias a respeito da figura do ouvidor que tinha como papel fundamental representar a justiça dentro da capitania. Dessa forma, propusemo-nos a investigar se o material disponibilizado proporcionava documentos relevantes para uma investigação a respeito de todas essas acusações. No entanto, a publicação MCC não fornecia documentos a respeito de todas as acusações contra o ouvidor. Apenas um dos episódios reunia um número considerável de documentos que possibilitariam uma investigação, no mínimo, curiosa. Dizia respeito ao capítulo 12º das acusações elencadas pelo cura do Acaraú, conforme vemos em (2):

(2)

12º

Que com todo o corpo se armou contra o superintendente das minas de Prata e mais metais no sertão do Acaraú, Antônio Gonçalves de Araújo, que unindo-se com os estrangeiros que tinham vindo para fundirem a prata passando lhe certidões falsas de que a não havia, causando por este modo notável prejuízo à fazenda real e ao bem comum, e acusando considerável perca à companhia, sendo certas e notórias a riquezas das ditas minas. Testemunhas Antônio Gomes Bittencourt, João Batista Rodrigues, Luís da Costa, o licenciado Francisco Ferreira Castro, o tenente-coronel Manuel Pereira Pinto e toda a capitania.

DOC – SEC. 3

Reunimos, portanto, treze documentos de variados gêneros que circulavam entre os setores administrativos naquela época e que tratam de forma direta ou indireta da atuação do superintendente das minas de Ibiapaba, Antônio Gonçalves de Araújo, e os conflitos acerca da exploração das ditas minas localizadas na Serra da Ibiapaba. Tal região sempre foi local citado nos documentos antigos referentes à capitania do Ceará. Essa serra era habitada por diversas tribos indígenas e representou local de grande resistência dos silvícolas nos momentos iniciais da colonização, como é narrado no próprio documento “*A relação do Maranhão*”, em que Luís Figueira conta com detalhes as experiências vividas naquela serra. A primeira povoação a ser fundada pelos portugueses na serra da Ibiapaba foi a vila de Viçosa Real, hoje a cidade de Viçosa do Ceará, que foi colonizada pelos jesuítas da Companhia de Jesus a partir do século

²³ Vide apêndice B.

XVII. Há hoje várias cidades na extensão da serra, como: Tianguá, Ubajara, São Benedito, Ibiapina, Croatá da Serra, Guaraciaba do Norte, Carnaubal, e outros.

Em seguida, organizamos esses documentos em ordem cronológica. Existem, obviamente, muitas lacunas, umas imensas, outras nem tanto, entre um e outro documento. Atribuímos isso ao fato de não haver linearidade no fluxo de informações naquela época. Esses documentos que iam de navio até o outro lado do atlântico, ou que vinham de lá pela mesma rota, levavam meses e até anos para chegarem ao seu destino, razão pela qual não podemos confiar na datação dos textos como único critério para tentar organizar tais documentos. Ademais, existe o principal problema de lidar com o *corpus*: a distância temporal que nos separa do período em que os textos foram escritos. Considerando essas questões, buscamos organizar os documentos cronologicamente e, sob a perspectiva da Teoria da Acessibilidade, analisar as formas referenciais mais opacas que implicam a compreensão do sentido dos textos.

5.2 A EXPLORAÇÃO DAS MINAS EM IBIAPABA: O QUE NOS DIZ A ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

Este trabalho tem como resgatar um episódio da história cearense a partir da leitura de documentos setecentistas, tendo em vista os processos referenciais, com ênfase na Teoria da Acessibilidade (ARIEL, 1996; 2001), implicados na compreensão desses textos. Dessa forma, queremos salientar como os processos referenciais contribuem para a progressão textual na reconstituição desse jogo de quebra-cabeças.

Para tanto, recorreremos à Teoria da Acessibilidade por essa discutir, no campo da referenciação, os fatores sociais, situacionais, discursivos e cognitivos importantes no processamento textual, trazendo à tona nos estudos da referência, como afirma Costa (2007a), uma discussão relevante sobre a noção de contexto. Conforme essa autora, a Teoria da Acessibilidade “supõe uma interação complexa de fatores textuais/discursivos como responsáveis pelas escolhas linguísticas” (COSTA, 2007a, p. 13).

Conforme destacamos na fundamentação teórica desta dissertação, o cerne da teoria proposta por Ariel (1996; 2001) reside na ideia de que ao enunciar, o falante/escritor recorre a determinadas formas referenciais levando em conta quão acessível está a informação para o ouvinte/leitor dentro do discurso, sendo essa a principal motivação para o uso de uma ou outra forma referencial, não havendo um “especialização” para determinada categoria recuperar um contexto específico. Como já vimos discutido, esses usos são colocados por Ariel como dependentes de diversos elementos do processo enunciativo, podendo figurar em um e outro

caso, mas não valendo como regra, entendendo que as informações que atuam para a identificação ou a escolha de um referente advêm, como já dissemos, de três contextos: **o enciclopédico; o de situação de fala; e o linguístico.**

Por considerar as categorias mais flexíveis, a Teoria da Acessibilidade propõe “um ‘balanceamento’ das informações para o qual contribuem, de um lado, as formas referenciais com variados graus de **informatividade, rigidez e atenuação** e, de outro, os diversos contextos, tudo isso em interação, criando o mundo do discurso” (COSTA, 2007b, p. 56, *grifo nosso*). Assim, considerando o *continuum* de acessibilidade, somos levados a entender que formas mais acessíveis implicam formas menos informativas, enquanto formas menos acessíveis implicam formas mais informativas, mais rígidas e menos atenuadas.

Como dissemos marcadamente em diversos momentos deste trabalho, a acessibilidade é um conceito que envolve quatro fatores: **distância** e **competição**, que marcam uma relação negativa com o nível de acessibilidade do referente, e **saliência** e **unidade**, que estabelecem uma relação positiva na recuperação do referente.

Observar como funcionam essas relações textuais discursivas na leitura dos documentos ligados à exploração das minas de prata da Ibiapaba demanda um olhar atencioso para a reconstituição de referentes que implicam diretamente na compreensão desses textos e que, muitas vezes, por conta do distanciamento temporal em que nos encontramos com relação ao período em que esses textos foram escritos, estão opacos.

Ora, a partir de Franco (2011) compreendemos que a leitura é um processo complexo, que envolve múltiplos agentes, como leitor, autor, texto, contexto social, contexto histórico, contexto linguístico etc., mas quando estamos lidando com a leitura de textos como os que compõem nosso *corpus*, percebemos que o trabalho desempenhado nesse processo se torna bem mais palpável. Isso porque no dia a dia, quando acordamos, por exemplo, e lemos um jornal, processamos as informações de forma bem mais natural por estarmos inseridos no contexto imediato em que os textos ali contidos foram escritos, o que minimiza a não atualização das informações condensadas. No entanto, quando nos colocamos a séculos de distância do momento em que esses textos foram escritos, precisamos desempenhar um esforço bem maior, pois somos impelidos a fazer uma reconstituição do contexto em que eles foram produzidos e atentar às pistas textuais que sinalizam informações importantes para a sua compreensão.

É justamente pelo esforço desempenhado no processo de leitura de textos antigos e para os processos referenciais implicados no processamento textual dessas informações que lançamos o olhar nesta análise, por entendermos que, na sua atividade de realizar uma “leitura

ativa”, o filólogo exerce um profundo trabalho de investigação contextual, histórica, política, sem falar nos estudos de elementos linguísticos que implicam na compreensão do conteúdo dos textos, aspecto intimamente ligadas ao movimento contínuo de descontextualização e recontextualização (HANKS, 2008) que todo texto pressupõe.

Após essas considerações, imergimos na leitura dos documentos salientando os aspectos que nos sinalizaram pistas para compreendê-los. Assim, separamos a análise propriamente dita em três momentos da história que resgatamos, a saber: **a concessão de terras**, os **conflitos** e o **desfecho**. Esse último momento remontamos a partir, mais diretamente do que podemos inferir dos textos por conta da escassez das informações, no corpus, a respeito de como findou o episódio da exploração das minas de prata e cobre da serra da Ibiapaba.

5.2.1 A Concessão de terras

A exploração de minérios era, como nos conta a história oficial, uma das principais fontes de lucro da metrópole, Portugal, sobre as terras brasileiras. Com a constante ameaça de piratas, a coroa teve que conceder aos que queriam se aventurar em busca de pedras preciosas pelos sertões do Brasil condições favoráveis a tal feito. Assim, encontramos o ponto de partida da história que objetivamos remontar neste trabalho, quando Antônio Gonçalves de Araújo adquire sesmaria por ordem da provisão real datada de 23 de março de 1739, conforme podemos ver no **DOC – PRIM. 1**²⁴.

Constituem as informações pertinentes a essa primeira fase de nossa análise, os três primeiros documentos (conforme apresentado na organização feita na metodologia deste trabalho), que são, na verdade, provisões através das quais o rei delibera permissão para exploração das minas de Ibiapaba.

Antes de direcionarmos nosso olhar para as formas referenciais implicadas na compreensão desses textos, convém falarmos um pouco a respeito desse gênero textual provisão, que é caracterizado diplomaticamente, por Belloto (2002, p. 82), como “ato pelo qual o rei confere algum benefício ou cargo a alguém ou emite ordem baseada em dispositivos anteriores”. A provisão é, portanto, de acordo com a classificação feita por Ben-Rafael (2009, p. 49 *apud* COLMAS, 2014, p. 53) um documento que faz parte do fluxo descendente de

²⁴ Vide Apêndice A

informações, por dirigir-se a todos os interessados, de modo geral, como vemos no excerto do referido documento:

(3)

Eu, El-rei, **faço saber aos que esta minha provisão virem** que tendo consideração a me representar Antônio Gonçalves de Araújo que ele tinha descoberto na Serra dos Cocos e Ibiapaba da capitania do Ceará,
[...]

DOC – PRIM. 1

O gênero Provisão, De acordo com Belloto (2002), apresenta a seguinte estrutura: o **Protocolo Inicial**, composto pela titulação e o nome do destinatário; o **texto**, expondo as razões e determinações às quais se refere a provisão; e o **protocolo final**.

Nesse primeiro documento, pareceu-nos confuso o uso da expressão **o dito senhor**, logo no protocolo inicial da referida provisão, conforme destacado no trecho a seguir:

(4)

Registro de uma provisão real por que Sua Majestade há por bem confirmar a seção que a Antônio Gonçalves de Araújo fez Manuel Francisco dos Santos Soledade das sesmarias e mais jurisdições que **o dito senhor** tinha sido servido conceder-**lhe** etc. [...]

DOC – PRIM. 1

Como podemos observar em (4), a forma referencial **o dito senhor** é uma uma descrição definida curta e caracteriza-se, de acordo com a classificação de Ariel, como uma forma pouco rígida, mais atenuada e pouco informativa em relação ao nome próprio. O uso dessas formas referenciais marca um nível alto de acessibilidade do referente. O mesmo acontece, por exemplo, com o pronome **lhe**, que indica maior grau de acessibilidade e aponta para o referente Antônio Gonçalves de Araújo.

Ao nos depararmos com a forma **lhe** nesse caso, achamos, em um primeiro momento, que poderia existir um problema de concorrência para essa forma referencial. Entretanto, ao recorrermos ao contexto de situação de fala, percebemos que não há problemas de concorrência no caso, uma vez que podemos depreender, pelas informações anteriores, que Antônio Gonçalves de Araújo seria a pessoa a quem o rei confirmava a terra. Essa compreensão das outras informações do enunciado anula qualquer problema de concorrência com essa forma. Porém, o mesmo não acontece com **o dito senhor**, pois, a nosso ver, essa expressão aponta para dois possíveis concorrentes: o rei (marcado pela *Sua majestade*) e Manuel Francisco dos Santos

Soledade. O problema da concorrência evidencia-se pelo fato de sabermos, pelas informações que emergem do contexto enciclopédico, que Manuel Francisco dos Santos Soledade também poderia ser o responsável por conceder permissão para explorar as minas a Antônio Gonçalves Araújo, uma vez que Manuel era superintendente geral das minas daquele estado. Esse fator, mais contextual, e também o fato de os possíveis concorrentes para essa expressão referencial serem iguais em gênero e número, levam-nos a pensar que a forma referencial pode apontar para ambos os termos.

Essa problemática se dissolve com outras informações que emergem do texto; as pistas textuais evidenciam que a forma **o dito senhor** refere-se a Francisco Manuel dos Santos Soledade pela informação que é apresentada mais adiante, na mesma provisão, como vemos sublinhado em (5):

(5)

Eu, El-rei, faço saber aos que esta minha provisão virem que tendo consideração a me representar **Antônio Gonçalves de Araújo** que ele tinha descoberto na Serra dos Cocos e Ibiapaba da capitania do Ceará, distrito de Pernambuco e em outros lugares do Sertão do Brasil entrando naquela diligência e especulação e seus progressos em ordem do vice-rei do estado do governador de Pernambuco, capitão-mor do Rio Grande e Ouvidor do Ceará, rogado também e com recomendação do superintendente-geral das minas daquele estado, **Manoel Francisco dos Santos da Soledade** o qual **lhe**(1) havia cedido e doado as terças partes das terras e mais pertencas de que eu **lhe**(2) havia feito mercê por **uma provisão**. [...]

DOC – PRIM. 1

Em (5) destacamos outro fato curioso, que é a forma **lhe** determinada pela distância. Em **lhe**(1), a forma aponta para **Antônio Gonçalves de Araújo**, e depreendemos dessa leitura que foi Manuel Francisco dos Santos Soledade que concedeu as terras para serem exploradas por parte de Antônio Gonçalves. Entretanto, se observarmos bem, poderíamos supor que a forma **lhe**(2) poderia também apontar para Antônio Gonçalves, o que nos levaria a entender que o Rei fizera mercê das terras a Antônio Gonçalves, e que o referido Francisco Manuel havia, então, por ordem do rei, concedido essas terras ao mesmo superintendente das Minas. Essa interpretação seria plenamente aceitável, no entanto, a forma como estão dispostas as expressões referenciais leva-nos a perceber que estas se relacionam a referentes distintos. Assim, **lhe**(1) refere-se a Antônio Gonçalves e **lhe**(2) a Manuel Francisco dos Santos Soledade. Corrobora isso, ainda, o conhecimento que temos do **DOC – SEC. 1** que se trata de uma provisão real concedendo, justamente a Manuel Francisco dos Santos Soledade, permissão para explorar o território em busca de minas.

Outro aspecto curioso que gostaríamos de salientar a respeito na mesma provisão, é o que destacamos em (6), a seguir:

(6)

E era necessário para mais utilidade da dita seção e trespasso, que eu fosse servido havê-lo assim por bem, aprovando na pessoa dele suplicante a nomeação que lhe fizera o dito superintendente para o dito feito, fazendo efetiva na mesma mercê de modo que fora concedida ao próprio superintendente, e por esta cedida ao suplicante para que na forma da Dita escritura poder entrar nas mais diligências necessárias com as mesmas cláusulas e condições declaradas na **sobredita provisão**.

DOC – PRIM. 1

A forma **sobredita provisão** destacada em (6) funciona como uma anáfora quanto a **uma provisão**, destacada em (5); mas se considerarmos que a provisão a qual (5) e (6) se referem está registrada, no códice, imediatamente antes da que ora analisamos, essa informação, advinda do contexto semiótico (Hanks, 2008), induz-nos a arriscar que, para nós leitores que temos acesso à cópia dessas provisões registradas em um mesmo códice, essa expressão pode ser tomada como uma anáfora encapsuladora referente a todo o **DOC – SEC 1**, retomando-o por completo. Costa (2007a, p. 165), apoiada em Comte (2003), reconceitua esse tipo de anáfora como “uma operação de nomear, resumir ou encapsular por meio de um ‘instrumento linguístico’, não apenas uma porção do discurso registrado no contexto precedente, [...] mas uma porção de discurso proveniente de outro texto”.

As observações de Costa (2007a), feitas com base no alto índice do uso de anáforas encapsuladoras na lista de discussões da CVL, mostraram que o uso dessas anáforas no referido contexto de pesquisa da autora deve-se ao fato de existir um “empacotamento” recursivo por conta da saliência do referente. No caso, o tema da discussão acerca do qual giravam os e-mails. No nosso caso, guardadas as proporções, podemos entender que a forma referencial **a provisão** estabelece, nesse contexto, uma retomada de um conteúdo proveniente de outro texto. Se imaginarmos que numa lista de discussões, os e-mails são organizados um após outro levando em conta a ordem temporal das respostas, as cópias das provisões, organizadas sequencialmente no códice onde estão registradas, nos deixam confortáveis para defendermos essa afirmação.

Algumas outras informações são inferidas por nós a partir da leitura do **DOC – PRIM. 1**: entendemos que Antônio Gonçalves de Araújo já estava explorando as terras das minas antes mesmo de receber a resposta definitiva do rei, apenas com a cessão feita por parte de Francisco dos Santos da Soledade. As palavras do rei deixam claro o pedido de **continuação** da exploração das minas, conforme veremos em (7); podemos inferir também que os conflitos

existentes na região das minas, conforme veremos na segunda parte desta análise, levaram Antônio Gonçalves de Araújo a recorrer à decisão régia, uma vez que, ao explorar as minas apenas por determinação de Francisco dos Santos da Soledade, possivelmente estivesse despertando a fúria dos moradores da região.

Fica claro então para nós, enquanto leitores, após lidarmos com alguns dos diversos mecanismos considerados por Ariel como fatores de acessibilidade, que Antônio Gonçalves Araújo adquire o direito de explorar as minas, sob as prescrições determinadas em outra provisão que, na ordem cronológica por nós estabelecida, refere-se ao **DOC – PRIM. 2**:

(7)

Eu, El-Rei, faço saber os que esta minha provisão virem, que tendo consideração a me representar Antônio Gonçalves de Araújo que eu fora servido conceder-lhe **a faculdade de poder continuar o descobrimento das minas de prata e mais metais que tinha feito no estado do Brasil**, o qual projeto pelas vantajosas conveniências, interesses que dele podiam resultar a minha fazenda [...]

DOC – PRIM. 2

Em (7) temos um excerto de outra provisão da mesma data da provisão que analisamos anteriormente (**DOC-PRIM. 1**) que corrobora a ordem dada pelo rei, bem como a informação de que já estavam sendo exploradas as minas. Junto com a cessão de terras, o rei concede a Antônio Gonçalves Araújo inúmeros benefícios, conforme pode ser notado no documento completo, como vemos em (8)

(8)

Eu, El-Rei, faço saber os que esta minha provisão virem, que tendo consideração a me representar **Antônio Gonçalves de Araújo** que eu fora servido conceder-lhe a faculdade de poder continuar o descobrimento das minas de prata e mais metais que tinha feito no estado do Brasil, o qual projeto pelas vantajosas conveniências, interesses que dele podiam resultar a minha fazenda, e bem comum dos meus vassallos, era digno de que e concorresse para ele com a minha real proteção, facultando-lhe as condições e privilégios que apontava: Hei por bem conceder ao suplicante as condições seguintes:

1

Que **lhe** será concedido privilégio privativo para minerar nas minas da prata que descobrir, sem que outra alguma pessoa possa minerar prata nos sítios minerais que tem descoberto, ou descobrir em dez léguas ao redor das minas, ou veias descobertas, e isto por tempo de 20 anos.

2

Que depois de constar com toda a certeza que estão descobertas as minas de prata e o número de escravos e pessoas que nela trabalham, **se lhe** dará a ele descobridor livre de todos os direitos assim do consulado, como de alfândega e dízimo, todo o ferro, aço azougue e mais materiais necessários para minerar prata nas ditas minas.

3

Que se **lhe** darão para o uso da dita fábrica de minerar prata, e para as pessoas que nela assistirem os mantimentos e gêneros necessários, pagando-os pelo preço comum, e estado da terra ao tempo que se fizer a compra dos ditos mantimentos e gêneros.

4

Que **lhe** será prometido **deste reino** conduzir as pessoas e casais necessários, e alguns estrangeiros peritos no uso de minerar e fundir, os quais serão examinados para se saber se com efeitos são professores para se evitar que com este motivo se estabeleçam estrangeiros que não sejam necessários.

5

Que as barras de prata depois de pagarem o quinto serão marcadas, e não correrão sem guia, e **ele descobridor** não poderá em tempo algum embaraçar que eu deixe de tomar todos os árbitros justos, e necessários para evitar a falsidade de cunhos ou marcas e roubo ou falsidade e os reais quintos que pela lei me são concedidos.

6

Que enquanto as ditas minas se não frequentarem, e tiverem ministros de Justiça **poderá nomear** um conservador ministro atual que conheça privativamente de suas causas que se moverem por razão do descobrimento, ou que tocarem as ditas minas como se não obrigue ninguém a vir responder, fora do seu domicílio distando este mais de quarenta léguas mas nas causas em que forem réus terá toda a jurisdição, e não serão constrangidos a responder em outro algum juízo.

7

Que se **lhe** permitirá carregar nas Naus de guerra aquela quantidade de aço, ferro ou azougue que comodamente e sem causar empacho ou embaraço se puder carregar a arbítrio dos oficiais dos armazéns e mais pessoas a que tocar a expedição das ditas naus.

8

Que se expediram as ordens ao vice-rei do estado do Brasil, governadores e ministros dele para **lhe** darem todo o favor e ajuda para este descobrimento.

Na compreensão da leitura do **DOC – PRIM. 3** exemplificado em (8), está implicado o critério de topicidade do referente. Ariel (2001 *apud* COSTA 2007a, p. 125) compreende que esse critério pode se sobrepor ao critério “distância entre o antecedente e a anáfora”. Conforme podemos observar, é exatamente esse fator que faz com que a forma referencial Antônio Gonçalves Araújo seja constantemente retomada por uma forma mais simples, menos rígida e mais atenuada, como é o caso do pronome **lhe**, como pudemos ver.

Em quase todo o exemplo (8) o referente tópico **Antônio Gonçalves de Araújo** é retomado pela forma pronominal **lhe**, só não ocorrendo em dois momentos: quando é substituído em 5 pela forma mais informativa **Ele descobridor**, talvez para evitar algum problema causado pela distância ou, apenas por não caber o uso dessa forma pronominal no contexto de 5; e em 6, quando o referente é tomado por um índice de acessibilidade muito maior. No caso, o zero. Conforme vemos em destaque “**Ø poderá nomear** um conservador ministro”.

Ainda quanto ao exemplo (8), atentamos para a forma destacada em 4, **deste reino**. Essa forma referencial é extremamente dependente do contexto de enunciação. O uso do dêitico em questão é extremamente dependente do contexto de produção desse texto para sua compreensão. Entendemos que se refere aos domínios de Portugal, uma vez que a expressão **deste reino** não diz respeito apenas a Portugal, mas a todo o domínio do império lusitano.

A leitura desses documentos que compõem a primeira fase desta análise mostra-nos como se deu a cessão de terras a Antônio Gonçalves de Araújo por parte do rei D. João V. As pistas textuais sinalizam informações importantes para a compreensão desse primeiro momento que virá, em seguida, agravar-se em função da série de problemas, queixas e denúncias girando em torno da exploração das minas de prata e cobre de Ibiapaba. Chamamos a atenção para uma forma referencial que aparece nesse terceiro documento, a expressão **conservador ministro**, da qual trataremos mais adiante.

4.4.2. Os conflitos

O segundo bloco de textos trata de uma série de conflitos decorrentes do processo de exploração das minas. Encabeça essa série de conflitos (de acordo com a ordem cronológica que estabelecemos), o **DOC – PRIM. 4**. Trata-se de uma carta de José Araújo Chaves, escrita em 1 de março de 1744, em que ele presta queixa ao ouvidor do Ceará a respeito das ações praticadas por Antônio Gonçalves de Araújo.

Uma informação que nos chama a atenção diz respeito à introdução de uma nova forma referencial ainda não conhecida nos textos que lemos, que diz respeito à denominação *juiz conservador*. Essa forma referencial parece ser acessível aos interlocutores imediatos dessa correspondência, mas distancia-se de nós, motivando-nos à busca no contexto histórico a fim de descobrirmos essa denominação.

Ao mergulharmos em uma pesquisa bibliográfica, pouco encontramos a respeito dessa denominação ou cargo. No entanto, em Cezário (2010, *on-line*), achamos a seguinte informação:

Juiz Conservador da Nação Britânica (Decreto de 4 de maio de 1808), como garantia de foro privilegiado para os súditos ingleses, sendo exercido por um juiz brasileiro, mas eleito pelos ingleses residentes no Brasil e aprovado pelo embaixador britânico (foi mantido após a independência brasileira, como parte do tratado de reconhecimento da independência pela Inglaterra, sendo extinto pela Lei de 7 de dezembro de 1831);

Por associação, somos levados a pensar que o ouvidor também aglutinava o cargo de Juiz Conservador, no sentido de que só ele poderia julgar os portugueses que ocupavam cargos designados pelo rei, como que esses tivessem uma espécie de foro privilegiado; não podendo ser julgados pelos juízes das vilas, mas apenas pelo ouvidor, que era o mais alto representante da justiça na capitania.

Recordemos aqui a disposição número seis, feita por D. João V a Antônio Gonçalves de Araújo, conforme exemplificamos em (8). O juiz conservador responsável por guardar os direitos de jurisdição de Antônio Gonçalves de Araújo era o ouvidor da Mocha, à época Doutor Custódio Correia Mattos.

Segundo José Araújo Chaves, tal privilégio concedido ao superintendente das minas acaba desmerecendo a pessoa do ouvidor do Ceará, Manuel José de Faria, o que se constata pelo trecho seguinte:

(9)

[...]

e os ditos publicam as tem pedido pelo Maranhão, não se contentando com as que estavam plantando no arraial velho, sendo apossando-se com currais e roças por várias partes e publicando que são suas e tem podido, **e se lhe tem o que dizer delas o faça perante o seu juiz conservador que é o doutor ouvidor da Mocha**, pelo que eles mesmo publicam como vossa mercê verá dessa carta que me escreveu Manuel Gonçalves **a fim de me ser feito o direito e tirarem a vossa mercê a sua jurisdição que tem.**

Como pudemos ver, a forma **juiz conservador**, mesmo não marcando no discurso como mais atenuada, é para nós pouco informativa. Pelo fato de não nos ser acessível tal denominação, tornou-se necessária uma investigação no contexto histórico da época para recuperarmos essa forma referencial como uma recategorização de ouvidor. Tal fato faz-nos recordar as palavras de Ariel (2001), que considera a Teoria da Acessibilidade como um conjunto de inferências extralinguísticas, de ligação entre formas e contextos apropriados. Esse aspecto discutido corrobora também a ideia da autora de que as implicações contextuais extras justificam o custo de processamento extra.

Outra informação que podemos salientar dessa carta emitida por José de Araújo Chaves é que realmente, como afirmam Antônio Gonçalves de Araújo e seu irmão, eles tinham ordem para apossar-se das referidas terras. Acreditamos que conflitos como esse tenham sido as razões pelas quais Antônio Gonçalves recorreu ao rei, conforme pudemos ver no **DOC-PRIM. 1**.

Aqui cabe uma consideração: de acordo com Feitosa (1929), José de Araújo Chaves era Capitão-mor de Ipueiras. Esse homem era um grande latifundiário da região, o que nos leva a compreender seu incômodo com a atuação de Antônio Gonçalves de Araújo.

O **DOC-PRIM. 5** é outra carta enviada pelo mesmo José de Araújo Chaves. O documento é, para nós, muito confuso e suas informações são pouco acessíveis. Até mesmo quanto ao seu destinatário. Em um primeiro momento, pensamos poder ser direcionado ao ouvidor do Ceará, mas por conter as mesmas questões da carta anterior, acreditamos que não se trata do mesmo destinatário. Além disso, o fato de existir uma nota marginal com o escrito “**o doutor ouvidor-geral / Piauí, / 8 – 1- 1745**” induz-nos a pensar o que parece ser mais coerente: que José de Araújo Chaves, nessa carta, escreve ao ouvidor da Mocha, localizada na região do Piauí, a fim de queixar-se perante o juiz privado e conservador das causas de Antônio Gonçalves Araújo. Essa interpretação nos parece válida e plenamente aceitável, mas o uso de uma forma referencial **essa**, um demonstrativo distante, em (10), que põe em dúvida essa interpretação.

(10)

[...]

Na certeza que tenho de que vossa mercê há de favorecer a minha justiça dou conta a vossa mercê do que agora me sucedeu a requerimento de Antônio Gonçalves vinham três fâmulos de sua casa fazer-me uma citação em virtude do mandado incluso que verá vossa mercê e como o mandado não trazia cumpra-se de vossa mercê nem quem vinha a diligência era oficial de justiça não quis estar por ela, mandei pegar o que trazia o mandado para o remeter a vossa mercê a essa vila do forte para que vossa mercê fizesse dele o que fosse servido, porém como não tenho prisões seguras, o entreguei ao **capitão** deste lugar **o qual** logo fugiu, o que senti bem. [...]

DOC - PRIM. 5

O uso da forma referencial **essa** vila do forte põe em xeque nossa interpretação anterior, pois podemos considerar que o sujeito destinatário se encontra na vila do forte, ou seja, na região onde hoje é a cidade de Fortaleza. No entanto, essa informação não procede por estar o ouvidor da Mocha muito distante desse lugar. Essa forma referencial fica, então, opaca para nós, o que impede de entendermos, ao certo, a quem se dirige a referida carta.

Outra forma referencial pouco acessível em (10) é **o qual**, também destacada. Para ela, concorrem dois referentes: **flâmulo**, evidenciada pelo **o**, em **o que trazia o mandato e o capitão deste lugar**. Pelo contexto, optamos por considerar que a forma refere-se ao **flâmulo** preso por José de Araújo Chaves, por entendermos à luz da proposta de Ariel (2001) que quanto mais menções anteriores tem um antecedente, maior o seu nível de acessibilidade. Entendemos, no entanto, que apesar do encadeamento discursivo ser todo direcionado para a acessibilidade do referente **flâmulo**, essa compreensão final fica prejudicada por causa da inadequação da forma referencial **o qual** nesse contexto.

Conforme estamos percebendo, com base nas leituras dos documentos relacionados ao episódio da exploração das minas de Ibiapaba, foi bastante conflituoso esse período.

O excerto que veremos em (11) foi extraído do sexto documento (segundo a ordem que estabelecemos). É uma carta do rei de Portugal, D. João V, ao ouvidor do Ceará a pedir que se averiguem questões pertinentes ao desempenho de Antônio Gonçalves de Araújo na exploração das minas. A motivação dessa ordem foi, possivelmente, as denúncias feitas contra Antônio Gonçalves de Araújo por parte do mesmo ouvidor, conforme inferimos com base no trecho destacado no excerto a seguir:

(11)

[...] Faço saber a vós ouvidor-geral da capitania do Ceará Grande que **se viram as vossas cartas de vinte e cinco de julho do ano passado e vinte e oito de janeiro do presente ano sobre as desordens com que se tem havido nessa capitania Antônio Gonçalves de Araújo** superintendente das minas de prata que nesse continente prometeu descobrir de que não tem resultado efeito algum representando-me achar-se compreendido em vários delitos [...]

DOC – PRIM. 6

Nesse documento datado de novembro de 1745, o rei determina que o ouvidor faça “as mais rígidas averiguações” a respeito dos pontos determinados, que são respondidos pelo mesmo ouvidor Manuel José de Faria, em carta posterior, **DOC-PRIM. 7**, enviada ao rei, datada de 21 de fevereiro de 1746. Na carta em questão, o ouvidor adota um posicionamento taxativo em suas acusações contra o superintendente das minas. Esse fato revela a conflituosa relação entre esses dois sujeitos. Os documentos que seguem a análise, em contrapartida, são testemunhos que adotam um posicionamento oposto ao tomado pelo ouvidor do Ceará. Sustenta isso a fala de João de Teive, no **DOC-PRIM. 8**.

No referido documento, o capitão-mor do Ceará, testemunha acerca das acusações feitas contra Antônio Gonçalves de Araújo. Um primeiro aspecto a ser observado nesse documento diz respeito ao seu destinatário. As pistas textuais conduzem-nos a inferir que essa carta é destinada ao Vice-rei da Bahia, à época, D. Manuel de Noronha. As pistas que nos conduzem a tal compreensão são o uso da forma **Sua majestade**, o que anula a opção de ser uma carta direcionada ao Rei, uma vez que, se assim o fosse, a forma referencial utilizada seria o **Vossa majestade**. Pensamos, inicialmente, que poderia tratar-se do capitão-mor de Pernambuco, mas outras pistas referenciais induzem-nos a pensarmos que não se trata de uma correspondência horizontal, mas ascendente, ou seja: de um subordinado ao seu superior. Evidenciam essa interpretação as marcas em (12a) e (12b):

(12)

(a) **Vossa senhoria me ordena** lhe informe com toda a verdade do procedimento de Antônio Gonçalves de Araújo [...]

(b) isto é o que me consta na realidade de que posso informar a vossa **senhoria que Deus guarde muitos anos**. [...]

DOC – PRIM. 8

O trecho grifado no excerto (12a), logo no início da carta, denuncia uma condição de subordinação do remetente em relação ao destinatário, o que corrobora a ideia de se tratar do vice-rei da Bahia. E, mais ao final, conforme vemos no excerto (12b) da mesma carta, existe uma forma de tratamento muito comum em se tratando do rei. Essa forma “Deus guarde muitos anos” que, em se tratando do rei, vem precedido da forma referencial Vossa Majestade. O uso dessa expressão antecedida de vossa senhoria finda por sustentar a tese de que esse documento tem como destinatário D. Manuel de Noronha.

Outro aspecto interessante, nesse mesmo documento, diz respeito ao uso do **o dito**. Essa forma referencial geralmente vem marcada por um especificador, como vemos várias vezes nesses mesmos documentos, dos quais tiramos as seguintes ocorrências apenas para ilustrar nossa discussão: “o dito senhor ouvidor geral”; “o dito superintendente das minas”; “o dito capitão geral” etc. Essas formas referenciais classificam-se como mais informativas, menos atenuadas, e mais rígidas, marcando um baixo grau de acessibilidade dos referentes. No entanto, isso não ocorre no exemplo destacado a seguir, ainda na carta de João de Teive:

(13)

Vossa senhoria me ordena lhe informe com toda a verdade do procedimento de **Antônio Gonçalves de Araújo**, superintendente das minas de prata, e vendo a ordem inclusa de Sua Majestade, não acho nem me consta no decurso de três anos que estou neste governo, proceda **o dito** com absolutas e menos desobediência às justiças de Sua Majestade, nem tampouco tenha tomado terras a morador algum desta capitania [...]

DOC – PRIM. 8

No excerto acima, o referente **Antônio Gonçalves de Araújo** é um referente tópico, para o qual não concorrem fatores de distância ou competição, sendo possível acessá-lo através de uma forma menos informativa, menos rígida e mais atenuada. O que marca, diferentemente do que vimos exemplificado nos usos do mesmo pronome, um alto índice de acessibilidade.

A respeito das informações do **DOC – PRIM. 8**, vemos que o capitão-mor do Ceará desconsidera as acusações feitas contra Antônio Gonçalves de Araújo por parte do ouvidor, Manoel José de Faria. Após esclarecer as queixas prestadas pelo ouvidor, o capitão-mor considera todas as acusações como decorrentes da intriga existente entre os dois personagens. De modo semelhante às declarações feitas por João de Teive, o ouvidor da Mocha, Doutor Custódio Correia Matos, também se insurge contra as acusações a Antônio Gonçalves de Araújo, declarando, no **DOC-PRIM. 9**, direcionado ao ouvidor do Ceará, a fim de que sejam restituídas a Antônio Gonçalves de Araújo as terras tomadas pelo Capitão-mor, José de Araújo

Chaves, suplicante de outro documento que discutimos anteriormente. As palavras do ouvidor da Mocha visam restituir os direitos a Antônio Gonçalves de Araújo, que denuncia sofrer abusos por parte do dito Capitão-mor. O **DOC-PRIM. 9** não apresenta data, mas acreditamos ser parte do **DOC-PRIM. 10**, já que apresentam o mesmo conteúdo.

O **DOC-PRIM. 11** encerra essa fase da nossa análise. Trata-se de um ofício do próprio Antônio Gonçalves Araújo, recorrendo à mercê do Capitão maior de Pernambuco a respeito das perseguições que anda sofrendo por causa da exploração das ditas minas. Antônio Gonçalves pontua as acusações feitas contra ele por parte do Ouvidor Manoel José de Faria, salientando que essas acusações foram feitas “fabricada contra toda a razão, faltando a justiça, e fazendo abuso da verdade”. Nesse documento, chama-nos a atenção a forma referencial **nessa praça**, que aparece nos seguintes contextos:

(14)

Obedecendo ao que me ordena, pela sua carta de vinte e oito, e vinte e nove de janeiro, do presente ano, me vejo precisado a representar a vossa excelência, que a conta que o ouvidor do Ceará Manuel José de Faria deu contra mim a Sua Majestade que Deus guarde, foi fabricada contra toda a razão, faltando a justiça, e fazendo abuso da verdade. Só a fim de cobrir-se do desacerto, com que se postou no prejuízo, que por culpa sua e de outros mais aliados seus tem causado aos descobrimentos das minas de prata, cobre, chumbo e ferro, as quais todas estão patentes e manifestas nestes lugares, o que vossa excelência pode mandar examinar, não sendo por nenhum ministro do Ceará, o que tudo se pode fazer por inteligência de alguns curiosos, que por muitas, e repetidas vezes o tem feito **nessa praça**.

DOC – PRIM. 11

(15)

Em nove de abril de mil setecentos quarenta e três, pelas nove horas da noite, a este sítio chegaram seis estrangeiros, remetidos por Vasco Lourenço Veloso, e com concepção real, e passados mais de dois meses e tendo reconhecido neles uma cavilosa solapação dei conta dela, ao antecessor de vossa excelência por carta de vinte e nove de julho do dito ano, e o repeti por outro de vinte e nove de agosto do mesmo, e ao depois, continuei outras, e também o fiz vendo-me neste desamparo ao senhor vice-rei da Bahia, em onze de outubro do dito ano, nem de uma parte, e nem de outra, tive resposta, e menos recurso, ao mesmo tempo me foi em tal extremo, que deliberei a prender tais homens portugueses, e o não fiz a outro, por se ausentar, por reconhecidamente serem revoltosos e inquietadores, e ao mesmo ínterim, fiz um requerimento ao juiz ordinário desta ribeira, da parte de sua majestade, o comissário-geral Domingos Alves Ribeiro, para que tirasse uma devassa das inquietações que se me tinham feito, sem atenção às reais ordens do soberano, e fazendo abuso delas, e como de fato tirou-se dita devassa, em com ela fez apreensão dito juiz, nos tais homens presos, por saírem compreendidos na mesma devassa, e fazendo ato de prisão, os remeteu para a cadeia do Ceará para de lá serem remetidos para **essa praça**, para passarem à de Lisboa, para serem castigados, conforme merecessem os seus delitos [...]

DOC – PRIM. 11

(16)

Nessa praça, foram feitas muitas e repetidas experiências por ordem do antecessor de vossa excelência e em sua própria presença algumas e de ouvidores, desse Recife e da Paraíba, e Juiz de Fora e outras muitas pessoas, de distinção, conforme a inteligência de alguns curiosos, e é o que bem basta.

DOC – PRIM. 11

A forma referencial **nessa praça** indica, no uso da época e em todas as ocorrências destacadas, a ideia de lugar. Não necessariamente a praça como conhecemos, mas o termo aplica-se a qualquer lugar como ideia de centro, de lugar principal. Em (14), (15) e (16) o uso da forma referencial **nessa praça**, aponta para dois referentes distintos: nos trechos (14) e (16), o referente é o próprio lugar do qual fala o enunciador. A não ocorrência de formas concorrentes proporciona a unicidade dessa forma referencial nos dois exemplos. No trecho (15), a mesma forma referencial relaciona-se a Pernambuco. Antônio Gonçalves diz ao Governador-geral dessa Capitania que tinha intenção de conduzir os presos à vila de Fortaleza, para de lá “passarem para” Pernambuco e seguirem para Portugal. O dêitico **nessa**, portanto, aponta para o lugar onde se encontra o interlocutor, forma mais comum do uso, mas que fica um pouco confusa por conta do enunciador usar a mesma forma referencial para se referir ao lugar onde ele está, conforme vemos no exemplo (14) e (16).

Ariel (2001) considera que a maioria das expressões referenciais contém, simultaneamente, um conteúdo conceitual que contribui para sua recuperação. Como exemplos, a autora considera o *she*, do inglês, que significa “altamente acessível”, e “feminino e singular”, e *the friend* que pressupõe uma entidade é “de um grau relativamente baixo de acessibilidade”. Ao tratar dos pronomes demonstrativos em inglês, no entanto, a autora entende que essas expressões carregam um significado conceitual, mas são indistinguíveis de outras expressões, podendo apenas serem distinguidas umas das outras em termos da instrução de processamento que marcam: os pronomes pessoais marcam um grau de acessibilidade maior que os pronomes demonstrativos.

Tal fato é o que percebemos que ocorre quanto ao uso do **essa praça** em (15). Como o demonstrativo sugere um lugar ao qual ele se refere, sentimos dificuldades em definir que lugar seria esse por causa de ser uma forma mais atenuada e pouco informativa, que prediz um maior nível de saliência, mas que não é facilmente recuperável.

Desses mesmos prisioneiros que, na verdade, haviam sido convidados por Manoel José de Faria a analisar as ditas pedras das minas de Ibiapaba, entendemos que é o **DOC – SEC**.

2, posto por nós na lista dos documentos secundários e representa um instrumento diagnóstico que considera a não existência de pedras preciosas nas minas de Ibiapaba.

Diante da série de ataques sofridos por Antônio Gonçalves Araújo, **DOC-PRIM. 11** é, em suma, um desabafo desse superintendente das minas a denunciar o abandono em que se encontram todas as partes da administração, o que o leva, como último recurso, a recorrer ao Capitão-mor de Pernambuco, conforme depreendemos do trecho a seguir:

(17)

Quem como eu procuro todos quantos recursos se podiam excogitar, e ordenando Sua Majestade que Deus guarde, na sua real provisão de três de dezembro de mil setecentos e quarenta, ao senhor vice-rei do estado, governadores e capitães-mores, para se me dar todo o favor e ajuda, e procurando-a de todos os caminhos, o auxílio que me deram, foi destruírem-me, dar favor para que me roubassem, e me pusessem no maior extremo, em que eu me vejo, como vossa excelência se pode dignar, mandar-se informar, por pessoa de inteireza, e de toda satisfação, para vir no conhecimento da realidade da verdade, e estando inteirado dela, lhe peço queira ser servido, amparar-me e valer-me, enquanto chega o real recurso que espero da real grandeza do soberano, e isentar-me de justiças pertencentes ao Ceará.

DOC – PRIM. 11

Depois de tentarmos esclarecer, com base nas informações contextuais, alguns referentes opacos apresentados em nossa discussão, esperamos ter sido possível compreender como os processos referenciais nos auxiliaram nessa empreitada. A seguir, passamos para a última fase desse episódio da história cearense que nos propusemos resgatar de acordo com a leitura que fizemos. Na última etapa desta análise, a seguir, fazemos apenas breves comentários a respeito do que evidenciam os textos à guisa de uma conclusão para essa “narrativa”.

5.2.3. O desfecho

Neste último momento de nossa análise, na verdade, fazemos breves considerações a respeito do que depreendemos do desfecho dessa história por parte do que nos é possível inferir com fundamento na leitura dos documentos. Entendemos, de acordo com Ariel (2001), que os processos inferenciais também estão crucialmente envolvidos na determinação de referentes, por essa razão, consideramos esse fator na análise que empreendemos.

É importante considerarmos como os fatores de acessibilidade se evidenciaram no nosso processo de leitura com vistas a melhor entender esses fatos narrados nos documentos.

Intrínseca a isso está a ideia de contexto como suporte para a atualização desses textos através do trabalho cognitivo que desempenhamos nesse complexo processo de leitura. Ressaltamos, ainda, a não linearidade desse processo, quando percebemos, diversas vezes, que era necessário retomarmos outros documentos ou outras informações contextuais a fim de compreendermos as informações que nos eram transmitidas. Dessa forma, pudemos compreender os referentes mais opacos.

A progressão referencial conduz-nos à compreensão da luta de interesses ocorrida no Ceará no que tange a esse episódio da exploração das minas de prata da Ibiapaba. O desfecho dessa história não nos é contado diretamente pelos documentos que compõem o *corpus* de nossa pesquisa, mas inferimos a partir deles.

As inúmeras queixas apresentadas pelo cura de Acaraú, no **DOC- SEC. 3**, elucidam para nós o quão agia de má fé o então ouvidor do Ceará, Manoel José de Faria, a ponto de forjar o laudo referente às análises das pedras da serra da Ibiapaba. Estando esse ouvidor ao lado do capitão-mor de Ipueira e do grande latifundiário João de Teive Barreto Meneses, entendemos que existiu uma luta de interesses particulares em que esses tentaram, a todo custo, prejudicar o trabalho desenvolvido por Antônio Gonçalves de Araújo.

Sabe-se que Antônio Gonçalves de Araújo foi demitido da superintendência das minas, não sendo mais creditado em nada por parte da Corte portuguesa. Essas informações são as que podemos acessar com base nos dados que nos são disponíveis e demonstram, talvez – para modularizar um posicionamento avaliativo de nossa parte -, um desfecho injusto diante do empenho que tinha o explorador das minas de Ibiapaba.

5 CONCLUSÕES

“Não fazemos parte de um mundo onde todos os caminhos são raios de um mesmo círculo e onde todos eles, se percorridos em um tempo suficiente, se vão aproximando até que se encontrem no centro; ao contrário, vivemos num mundo em que toda estrada, depois de alguns quilômetros, divide-se em duas, e cada uma dessas em mais duas, e a cada bifurcação você é obrigado a tomar uma decisão.”

(C. S. Lewis)

As palavras de C.S Lewis cabem muito bem na epígrafe deste capítulo final em que apresentamos algumas considerações relativas ao trabalho que empreendemos. Entender que os caminhos por nós percorridos não são raios que concorrem para o mesmo centro, reforça a metáfora à qual recorremos na introdução deste trabalho, e nos leva a entender que deslocados do centro é que podemos encontrar novos caminhos, enveredar por novas trilhas. De fato, nesta pesquisa, à medida que os caminhos foram sendo trilhados, mais surgiam bifurcações, o que implica dizer que constantemente precisamos optar por seguir nosso caminho por um ou por outro lado, assumindo posicionamentos teóricos e metodológicos que julgávamos pertinentes ao destino onde almejávamos chegar.

Nosso ponto inicial, nosso lugar de partida, como dissemos na introdução deste trabalho, foi o texto. O texto enquanto objeto de estudo comum entre a Filologia Textual e a Linguística Textual, razão pela qual nos firmamos na interface entre essas duas áreas da ciência da linguagem. Nosso esforço girou em torno do nosso objetivo central: resgatar um episódio da história cearense a partir da leitura de documentos setecentistas, tendo em vista os processos referenciais, com ênfase na Teoria da Acessibilidade (ARIEL, 1996; 2002), implicados na compreensão desses textos. Entendemos, no entanto, que o caminho que trilhamos não é o único possível. Para nós ele foi pertinente por considerarmos que nossas escolhas teóricas dialogavam muito bem com o tratamento que pretendíamos dar ao *corpus* desta pesquisa.

Na tentativa de melhor cumprirmos nosso propósito, deixamo-nos orientar pelas seguintes questões: 1) Como um estudo dos processos referenciais, com ênfase na Teoria da Acessibilidade (ARIEL, 1996; 2002), pode contribuir para a leitura e compreensão de documentos setecentistas com vistas ao resgate de um episódio da história cearense? 2) Como as informações contextuais contribuem para o estreitamento de lacunas informacionais que prejudicam a acessibilidade de determinadas formas referenciais? 3) Em que medida a abordagem sociocognitivista dos fenômenos textuais contribui para se repensar os estudos filológicos na contemporaneidade?

Um primeiro aspecto que podemos ressaltar nestas conclusões diz respeito à relevância dos elementos referenciais na compreensão dos textos antigos. Em um primeiro momento, as leituras pareciam-nos confusas e, por vezes, sem nexos. Entendemos, portanto, que tal impressão devia-se ao fato de que muitos referentes apresentavam-se opacos para o leitor hodierno. Assim, recorrendo aos fatores de acessibilidade propostos por Ariel (1996; 2001), pudemos elucidar essas formas referenciais através das investigações em torno das formas menos acessíveis para nós, como em (9), em que o uso de uma forma mais informativa deveria implicar um maior grau de acessibilidade, mas foi necessário que investigássemos elementos fora do cotexto a respeito da categoria utilizada. Isso corrobora os pressupostos de Ariel (2001) que sugere justamente esse não empacotamento das expressões referenciais em contextos de uso determinados, pois elas carecem muito mais da negociação de sentidos entre os sujeitos co-enunciadores. Logo, podemos constatar que a Teoria da Acessibilidade oferece caminhos importantes para o exercício de leitura e compreensão dos textos, pois a progressão textual e a coerência do texto estão intrinsecamente relacionadas, como vimos, a esses aspectos referenciais.

Outro resultado importante constatado neste estudo diz respeito à importância das informações contextuais para a recuperação das formas referenciais, colaborando com a atualização do sentido dos textos que lemos. Precisamos considerar o contexto social do Ceará no século XVIII e entender, a partir de Carvalho (2015), o conflituoso contexto em que se situavam nossos documentos. Essas informações foram relevantes para realizarmos inúmeras inferências que nos auxiliaram a reduzir determinadas lacunas informacionais, como em (11), por exemplo.

Nesse ponto, precisamos endossar a discussão a respeito da problemática de se trabalhar com o texto antigo. Tal dificuldade decorre da distância temporal em que estamos com relação à época em que os documentos foram escritos. Essa distância implica também uma mudança social e linguística, o que provoca a não compreensão de determinadas formas referenciais mesmo com uma investigação contextual, como vimos ocorrer em (15). Tal fato nos motiva a pensarmos que a escassez das informações do contexto talvez se deva ao fato de que quando escrevemos não estamos muito preocupados com a transposição desse texto através dos tempos. Estamos sempre preocupados com o nosso co-enunciador, mas não somos capazes de imaginar, mesmo se tivermos a pretensão de fazer com que esses textos resistam ao tempo, o que pessoas daqui a muitos anos entenderão a respeito do texto que produzimos. Então, como a comunicação nesse período gira em torno de setores administrativos que tinham determinados níveis de conhecimentos compartilhados não nos foi possível acessar determinadas formas

referenciais, por mais que nos esforçássemos em tentar recuperá-las. Um aspecto interessante, é justamente o uso do demonstrativo em (15) que não nos permite entender a que se refere, uma vez que, julgamos, essa informação está intrinsecamente ligada ao contexto imediato da produção desse texto, em que os co-enunciadores imediatos tinham essas informações salientes.

Este estudo também leva-nos a entender que, na sua atividade de realizar uma “leitura ativa”, como denomina Auerbach (1997), além da investigação linguística, o filólogo exerce um profundo trabalho de investigação contextual, histórica e política. Isso porque a língua é o reflexo das experiências de um povo, de suas relações sociais e de suas crenças, costumes etc. Desse modo, ao mergulhar nesse complexo universo da leitura, considerando todos os elementos que asseguram a complexidade desse processo, como vimos em Franco (2011), o filólogo afasta-se da imagem de leitor passivo, como tido na metáfora dos vermes, que discutimos no início do capítulo 1. Uma vez que, situando o texto e tomando-o com base em abordagens mais condizentes com a dinamicidade desse objeto, o filólogo é capaz de fazer inferências, levantar informações e interpretar marcas deixadas por nossos antepassados, preservando essas fontes de informações materiais e culturais de um determinado povo em dada época e lugar.

Outra conclusão importante a que chegamos diz respeito a relevância de considerarmos o processamento dentro das análises dos estudos da Filologia textual sob uma ótica mais dinâmica, o que nos leva a entender, parafraseando as ideias de Bakhtin/ Voloshínov (2012), que mesmo estando diante do texto antigo, não estamos trabalhando com monólogos mortos, isolados, mas com a língua “em sua totalidade concreta e viva”, situada em um determinado momento histórico-social que precisa ser recuperado a fim de que o sentido condensado nesses textos possa emergir, atualizando-se em função de novos contextos enunciativos, isso porque cada leitura é, na verdade, uma textualização.

A perspectiva de abordagem da Filologia Textual, a nosso ver, está diretamente relacionada com essa forma de pensar o processo de leitura e interação, por ser entendida por Telles e Gama (2006) como ramificação que dá conta da língua como um sistema complexo de estruturas profundas. Desse modo, defendemos aqui, talvez pretensiosamente, que a abordagem teórica do fenômeno textual como é tomado no campo da Linguística de Texto tem muito a contribuir com as pesquisas que tratam do texto como seu objeto. De modo especial no que toca à Filologia Textual, entendemos que essa interface representa um sopro de ânimo para as pesquisas na área, apontando para a filologia uma perspectiva mais condizente com o *status* sociocognitivo do seu objeto de estudo.

A respeito do que propomos, de modo geral nesta pesquisa, acreditamos que ela demonstrou como os processos referenciais contribuíram para remontar um período interessante da história cearense com base nas pistas textuais presentes nos documentos setecentistas. Acreditamos que este estudo pode vir contribuir com as pesquisas na área da Filologia Textual uma vez que aborda o fenômeno do texto e a atividade de leitura do texto antigo – atividade diante da qual o filólogo sempre está – sob uma perspectiva complexa, considerando os múltiplos agentes desse fenômeno comunicativo, como assevera Beaugrande (1997). Acreditamos também que esta pesquisa pode demonstrar como a Teoria da Acessibilidade proposta por Ariel (1996; 2001) contribui para o processo de leitura do texto antigo, ajudando no ajustamento das informações importantes para preencher lacunas que impedem a compreensão desses textos.

No que tange à Linguística Textual, acreditamos também que esse trabalho pode vir a se somar a outros que abordam a Teoria da Acessibilidade, mas também julgamos ser relevante a oportunidade que temos de perceber como, no processo de leitura, demandamos um imenso esforço e precisamos articular diversos elementos com vistas à efetivação da leitura. Dentro dos estudos linguísticos isso nos ajuda a pensar na não-linearidade desse processo e na dependência dos sistemas imbricados no exercício de ler e compreender textos.

Trabalhos futuros, talvez inspirados na singela discussão que aqui encetamos, poderão defender uma abordagem mais atualizada para os estudos filológicos, aplicando teorias linguísticas à atividade de editar e ler manuscritos. Dessa forma, acreditamos, a Filologia Textual tende a cada vez mais atualizar-se, reassumindo seu importante posto dentro dos estudos da linguagem.

Finalizando nossas palavras, cabe-nos, ainda, ressaltar um aspecto mais social do estudo que ora apresentamos: a oportunidade de conhecermos um pouco sobre como funcionavam os conflitos de poder dentro dos setores administrativos coloniais brasileiros. Atualmente, o contexto político-administrativo brasileiro apresenta-se muito semelhante ao de séculos atrás. Guardadas as proporções, encontramos situações muito parecidas de conflitos entre determinados setores do poder, em que os interesses de uns se sobrepõem aos dos outros. Desse modo, pode ser também um dos saldos desta pesquisa a oportunidade de lançarmos um olhar para o passado e refletirmos a respeito do que fomos e do que somos. A esse respeito, nos disse o Padre Antônio Vieira em seu sermão da quarta-feira de cinzas, cujas palavras tomamos de empréstimo por julgarmos não haver forma melhor de terminarmos este trabalho: “Se quereis ver o futuro, lede as histórias e olhai para o passado; se quereis ver o passado, lede as profecias e olhai para o futuro. E quem quiser ver o presente, para onde há de olhar? Não o disse Salomão,

mas eu o direi: digo que olhe juntamente para um e para outro espelho. Olhai para o passado e para o futuro, e vereis o presente. [...]. Vê-te bem nestes dois espelhos do tempo, e conhecer-te-ás.”

REFERÊNCIAS

- ALVES, L. E. P.; XIMENES E. E.; SANTOS, H. L. G. Para além das traças: desdobramentos contemporâneos das pesquisas filológicas. **Revista Philologus**, Ano 22, N° 65. Rio de Janeiro: CiFEFiL, maio/ago. 2016, p. 121-132. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/revista/>>. Acesso em: 25 out. 2016.
- ARAGÃO, R. B. **História do Ceará** – Vol. I. 3. ed. Revista e ampliada. Fortaleza: Editado pelo autor, 1990.
- ARIEL, M. Accessibility theory: an overview. In: SANDERS T; SCHILPEROORD, J. e SPOOREN, W. **Text representation: linguistics and psycholinguistics aspects**. Amsterdam/Philladelphia:Benjamins, 2001, p. 29-89.
- AUERBACH, E. **Introdução aos estudos literários**. Tradução de: PAES, J. P. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 1972.
- BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- _____. (V. N. Volochínov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2012
- BASSETTO, B. F. **Elementos de Filologia Românica: história externa das línguas**. São Paulo: Edusp, 2001.
- BEAUGRANDE, R.D. **New foundations for a science of text and discourse.Freedom of access toknowledge and society through Discourse**. Norwood: Ablex, 1997.
- BELLOTTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- BENTES, A. C. Linguística Textual. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 261-301.
- _____.; REZENDE, R. C. Texto: conceitos, questões e fronteiras [con]textuais. In: SIGNORINI, I. (Org.). **[Re]discutir texto, gênero e discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p. 19-46.
- BRASIL, Ministério da Cultura. **Catálogo de manuscritos avulsos da Capitania do Ceará: 1618-1832**. MOTA JUCÁ, G. N. Org. Fortaleza: UFC, Fundação Demócrito Rocha, 1999.
- BRÍGIDO, J. **Ceará: homens e fatos**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.
- CÂMARA JR, J. M. **História da Linguística**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.
- CAMBRAIA, C. N. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CARVALHO, L. **Humanismo renascentista**. In: Brasil Escola. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/historiag/humanismo-renascentista.htm>> . Acesso em: 27 nov. 2016.

CARVALHO, R. F. **Governanças das terras: poder local e administração da justiça na Capitania do Ceará (1699-1748)**. Recife, 2015. 200p. Tese (Doutorado em História) - Programa de pós-graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

CASTRO, J. L. Prefácio. In: BRASIL, Ministério da Cultura. **Catálogo de manuscritos avulsos da Capitania do Ceará: 1618-1832**. MOTA JUCÁ, G. N. (Org). Fortaleza: UFC. Fundação Demócrito Rocha, 1999.

CAVALCANTE, M. M. **Referenciação: sobre coisas ditas e não ditas**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

CEZARIO, L. F. A estrutura Jurídica no Brasil Colonial: Criação, Ordenação e Implementação. **Âmbito Jurídico**, v. 72, *online*, 2010. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7088>. Acesso em: 20 nov. 2016.

CIULLA, A. **Os processos de referência e suas funções discursivas: o universo literário dos contos**. 2008. 205p. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

COSTA, M. H. A. **Acessibilidade de referentes: um convite à reflexão**. Fortaleza, 2007. 176p. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-graduação em Linguística, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007a.

_____. Ariel e a noção de acessibilidade referencial: ampliando os limites do discurso. In: CAVALCANTE, M. M. et. al. **Texto e discurso sob múltiplos olhares: referenciação e outros domínios discursivos – Vol 2-** Rio de Janeiro: Lucerna, 2007b. p. 40-73.

COULMAS, F. **Escrita e sociedade**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

DUBOIS, J. et al. **Dicionário de linguística**. 17. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

ELIA, S. **Preparação à linguística românica**. Rio de Janeiro: Ao Livro técnico, 1979.

FARIAS, A. **História do Ceará: dos índios à geração cambéba**. Fortaleza: Tropical, 1997

FEITOSA, L. Para a história do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, 1929, p. 281-291. Disponível em: <<http://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1930/1929-1930-ParaaHistoriadoCeara.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2016.

FERREIRA, J. V. **Conflitos jurisdicionais no sertão do Ceará (1650-1750)**. Recife, 2013. 136p. Dissertação (Mestrado) - Programa de pós-graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

FRANCO, C. de P. Por uma abordagem complexa de leitura. In: TAVARES, K.; BECHER, S.; FRANCO, C. (Orgs.). **Ensino de Leitura: fundamentos, práticas e reflexões para**

professores da era digital. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ, 2011. p. 26-48.
Disponível em: <http://www.claudiofranco.com.br/textos/franco_ebook_leitura.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2016.

GAMA, A. R.; TELLES, C. M. Perspectivas da filologia textual. **Revista do GELNE** (UFC), Fortaleza, v. 4, n.1-2, p. 172-175, 2006.

GARBAS JR., N. **Linguística histórica**. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 85- 112.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIRÃO, R. **Pequena história do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1984.

HANKS, W. F. **Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin**. São Paulo: Cortez, 2008.

KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **As tramas do texto**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2008.

_____. **Introdução à Linguística Textual**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

LAMAS, O. L. Bolonia, la filologia y venus ante el espejo. **Revista electrónica de estudios filológicos**, 2009. p. *On-line*. Disponível em:
<<https://www.um.es/tonosdigital/znum17/portada/monotonos/monotonos.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

MALBERG, B. **Los nuevos caminos de la linguística**. 22. ed. Buenos Aires: Siglo veintiuno editores, 2003.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Â. P. et al. **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

_____. **Cognição, linguagem e práticas interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

_____. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARQUILHAS, M. R. B. Filologia. In: CEIA, Carlos (Org.). **E-Dicionário de termos literários**. 2008. Disponível em: <<http://www.edtl.com.pt/business-directory/6284/filologia/>>. Acesso em: 18 jul. 2015.

MATTOS E SILVA, R. V. **Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível**. São Paulo: Parábola Editoria, 2008.

MATURANA, H.; VARELA, F. **A Árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano**. Campinas: Psy II, 1995.

MEGALE, H.; CAMBRAIA, C. N. **Filologia portuguesa no Brasil**. Revista de Documentos de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, São Paulo, v. 15, n. especial, p. 1-22, 1999.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. (Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante). In: CAVALCANTE, M. C., RODRIGUES, B. B. e CIULLA, A. (orgas.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto. p. 17-52, 2003.

MOTA-JUCÁ, G.N. **Catálogo de documentos manuscritos avulsos da Capitania do Ceará: 1618-1832**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Fundação Demócrito Rocha, 1999.

NASCIMENTO, D. M do. **Metodologia do trabalho científico: teoria e prática**. Fichamento de: CERQUEIRA, A.; SOUZA, P.C. Ilhéus: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2010.

NUNES, T. R. **Glossário de termos do campo lexical violência nos autos de querela do século XIX**. 2014. 117p. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Programa de pós-graduação em Linguística Aplicada, Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

PARENTE, I. C. **Teoria da Acessibilidade e processos referenciais: a construção conjunta de objetos de discurso por alunos de ensino fundamental na produção de textos para o jornal escolar**. Fortaleza, 2016. 193p. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada, Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, 2016.

PINKER, S. **Do que é feito o pensamento: a língua como janela para a natureza humana**. - Tradução de Fernanda Ravagnani. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

PRADO JR, C. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

QUEIROZ, A. A. **Referenciação e polidez em cartas de amor: o resgate da história de Jayme e Maria por meio da (re)construção do *self* e do outro**. Fortaleza, 2015. 230p. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada, Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

RIGHI, G. **História de la filologia clásica**. Barcelona: Editorial Labor, 1967.

SAID-ALI, M. **Investigações Filológicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

SALOMÃO, M. M. M. A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. **Veredas: revista de estudos linguísticos**, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 61-79, 1999.

_____. Realismo e verdade: o que nos ensina o estudo sociognitivo da referência. **Caderno de Estudos Linguísticos. Campinas**, (44):71-84, Jan./Jun. 2003.

SANTIAGO-ALMEIDA, M. M. Para que Filologia/Crítica textual?. **Revista Acta**. Assis, v.1, 2011. p. 1-12.

SANTOS, R. B.; QUEIROZ, R. C. R. ; TEIXEIRA, M. C. R. . **Diferentes perspectivas dos estudos filológicos - Apresentação do livro**. Salvador: Quarteto, 2006

SANTOS, R.; SOUZA, A. S. Filologia e edição de texto. In: BORGES, R.; SOUZA, A. S.; MATOS, E. S. D.; ALMEIDA, I. S. (Orgs.). **Edição de texto e crítica filológica**. Salvador: Quarteto, 2012, p. 15-59.

SILVA, J. P; XIMENES, E. E. Memória Colonial Do Ceará, um projeto ambicioso de ecdótica. **Cadernos do CNLF**, Vol. XV, Nº 5, t. 1. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011. p. 665-699.

SOARES, J. P. M.; FERRÃO. A. C. (Org.). **Memória Colonial do Ceará**. vol. 5 (1744-1746): tomo 1 (1744-1746) e tomo 2 (1746). Introdução metodológica, coordenação técnica, estabelecimento do texto, comentários e notas de José Pereira da Silva. [Teresópolis – RJ]: Kapa Editorial, 2011-2012.

SOUSA, M. C. M. **Cartas administrativas do século XVIII da capitania do Ceará: um estudo filológico e sociorretórico**. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Fortaleza, 2016.

SPINA, S. **Introdução à edótica: crítica textual**. São Paulo: Cutrix, Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

TEIXEIRA, M. C. R. **A filologia textual: o revelar dos aspectos da história**. (apresentação de trabalho, congresso) 2008.

_____; QUEIROZ, R. C. R.; SANTOS, R. B. (Org.). **Diferentes perspectivas dos estudos filológicos**. Salvador: Quarteto, 2006.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. São Paulo: Cortez, 1997.

XIMENES, E. E. **Estudo filológico e linguístico das unidades fraseológicas jurídico-criminal da Capitania do Ceará nos séculos XVIII e XIX**. 2009. 414p. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

_____. **Fraseologias jurídicas: estudos filológico e linguístico do período colonial**. Curitiba: Appris, 2013.

_____. **Os clíticos nos autos de querrela do século XIX, no Ceará: edição filológica e análise linguística**. 2004. 496p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de pós-graduação em Linguística, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A – DOCUMENTOS PRIMÁRIOS

Registo de Cumprimento Real
por que o Reg.º da por bem confirmada
a qual que a etimologia da dect. a qual
o Sr. Manoel João de Sousa e cidade
de visoria e mais juridico que ad.
P.º de laudo de vido. Inca.º de la.º

Luiz

DOC -PRIM. 1**Data do documento:** 23/03/1739**Remetente:** D. João V**Destinatário:** Administradores da Capitania do Ceará**Assunto:** Cópia da provisão concedendo a Antônio Gonçalves de Araújo o direito de explorar as minas de prata na Serra da Ibiapaba**Localização:** V5T1-p.341-346

Registro de uma provisão real
por que Sua Majestade há por bem confirmar
a seção que a Antônio Gonçalves de Araújo
fez Manuel Francisco dos Santos Soledade
das sesmarias e mais jurisdições que o dito
senhor tinha sido servido conceder-lhe etc. Eu

Eu, El-rei, faço saber aos que esta minha provisão virem que tendo consideração a me representar Antônio Gonçalves de Araújo que ele tinha descoberto na Serra dos Cocos e Ibiapaba da capitania do Ceará, distrito de Pernambuco e em outros lugares do Sertão do Brasil entrando naquela diligência e especulação e seus progressos em ordem do vice-rei do estado do governador de Pernambuco, capitão-mor do Rio Grande e Ouvidor do Ceará, rogado também e com recomendação do superintendente-geral das minas daquele estado, Manoel Francisco dos Santos da Soledade o qual lhe havia cedido e doado as terças partes das terras e mais pertenças de que eu lhe havia feito mercê por uma provisão. E porque ao presente se achava o mesmo suplicante e o dito superintendente nesta corte com requerimento sobre abertura e continuação das ditas minas, e das que demarcara o dito superintendente por conta de poderem dar umas e outras os interesses que prometiam, e da escritura que apresentava constava fazer o dito superintendente aquela doação mais vigorosa, e evidentemente provável, com as mesmas cláusulas e condições em que por mim lhe foram concedidas aquela mercê para assim e pelos motivos insertos na própria escritura melhor poder o suplicante cobrir-se da despesa que tinha feito nos tais descobrimentos e concluir a fim de pôr em execução como convém abertura de umas e outras minas descobertas e demarcadas, e se reduzir a cultura as terras que eram doadas para benefício das próprias minas. E era necessário para mais utilidade da dita seção e trespasso, que eu fosse servido havê-lo assim por bem, aprovando na pessoa dele suplicante a nomeação que lhe fizera o dito superintendente para o dito feito, fazendo efetiva na mesma mercê de modo que fora concedida ao próprio superintendente, e por esta cedida ao suplicante para que na forma da dita escritura poder entrar nas mais diligências necessárias com as mesmas cláusulas e condições declaradas na sobredita provisão. E atendendo às suas razões: Hei por bem confirmar ao suplicante a seção que por escritura de dezessete de junho de mil setecentos e trinta e oito em a nota do tabelião Manoel de Oliveira, fez nele Manoel Francisco dos Santos da Soledade.

Soledade da sesmaria, e mais jurisdições que foi servido conceder-lhe por provisão minha de oito de janeiro de mil setecentos e trinta e com as mesmas cláusulas e condições que na dita provisão se contém com declaração que sendo os cedentes pela não cumprir removido, ou por abusar das ditas jurisdições, se ficará desvanecendo também a parte e administração cedida e pela mesma forma será o cedente obrigado pelo fato do suplicante e pela inobservância das mesmas condições ou abuso referido ainda que para isso não concorra, e a divisão da terça parte cedida não terá efeito antes de se findarem os anos concedidos e se de marcar as sesmarias de que fiz mercê ao dito Manoel Francisco dos Santos Soledade pelo que mando ao meu vice-rei e capitão-general de mar e terra do estado do Brasil governadores e Capitães-mores, e mais ministros e pessoas a que tocar cumpram e guardem esta provisão e a façam inteiramente cumprir e guardar como nela se contém sem dúvida alguma, a qual valerá como carta sem embargo da ordenação do livro 2º título 40, em contrário e se passou por duas vias e deu fiança à folha 193 verso do livro primeiro a elas a pagar os novos direitos que dever como constou por certidão dos oficiais da chancelaria. Lisboa Ocidental, 13 de novembro de 1739. Rei. Provisão porque Vossa Majestade há por bem confirmar a Antônio Gonçalves de Araújo a seção que por escritura de 17 de junho de 1738 em a nota do tabelião Manoel de Oliveira fez nele Manoel Francisco dos Santos Soledade da sesmaria e mais jurisdições que Vossa Majestade foi servido conceder-lhe por provisão de oito de janeiro de 1730 com as mesmas cláusulas e condições que na dita provisão se contém com declaração que sendo o cedente pelas não cumprir removido, ou por abusar das ditas jurisdições se ficará desvanecendo também a parte e administração cedida e pela mesma forma será o cedente obrigado pelo fato do suplicante e pela inobservância das mesmas condições, ou abuso referido ainda que para isso não incorra, e a divisão da terça parte cedida não terá efeito antes de se findarem os anos concedidos e se demarcar a sesmaria de que vossa Majestade fez mercê ao dito Manoel Francisco dos Santos Soledade como nela se declara que vai por duas vias. Para Vossa Majestade ver. Por decreto de Sua Majestade de 23 de Março de 1739. José Carvalho de Abreu. José Inácio de Aroche. Fica assentada esta

esta provisão no livro das mercês, e não pagou por ser via. Paulo Nogueira de Andrade. O secretário Manoel Caetano Lopes de lavre a fez escrever registrada à folha 41 verso no livro nono das provisões da secretaria do Conselho Ultramarino. Lisboa Ocidental, 17 e 16 de dezembro de 1739. Manoel Caetano Lopes de lavre José Vaz de Carvalho pagou 9 réis por ser via. Lisboa Ocidental, 14 de janeiro de 1740. como vedor Rodrigo Xavier Álvares de Moura. À folha 65 verso do livro das finanças dos direitos da chancelaria mor da corte e reino fica dada uma os que se deverem da mercê conti-/contenda/ûda desta provisão, tanto que se verificar Lisboa Ocidental, 14 de janeiro de 1740. Rodrigo Xavier Álvares de Moura. Registrada na chancelaria mor da corte e reino no livro dos ofícios e mercês à folha 42. Lisboa Ocidental, 17 de Janeiro de 1740. Joaquim Guilherme. Teodoro de Abreu Bernardes a fez. E não se continha mais em a dita provisão.

Divizeal proque sua Mag. Rouwe
prohem fozer m. aet. Antonii Goncalves
de c. b. opera pder pcepit d. dy. c. h. m.
ta. d. m. de p. l. a. C. e. r. o. r. o. m. p. o. r. t. a. i. n. a.
Capitania de Sierra g. de Cejorado de
C. e. y. e. l. b. i. a. p. u. b. a. M. O.

 O. P. D. E. J. S. A. C. S. A. B. O. R. A. S. Q. U. E. E. T. L. E. M. I. N. T. A.
Divizeal virum que Sindome de rante que na Capita-
nia de Sierra g. de Cejorado de C. e. y. e. l. b. i. a. p. u. b. a. C. e. r. o. r. o.
m. a. s. C. e. i. n. y. d. e. r. i. n. e. l. y. r. e. i. n. e. l. y. d. e. c. u. b. e. r. a. C. e. i. n. a. y. d. e. g. l. a.
f. a. e. d. e. d. i. t. a. s. p. o. r. t. a. y. q. u. e. p. o. d. i. r. i. p. p. a. d. u. r. i. s. m. u. n. t. a. y. e. r. a.
t. a. y. e. y. a. m. i. n. t. a. R. e. a. l. F. u. z. o. n. d. a. e. q. u. e. d. e. C. e. i. n. a. m. e. i. d. e.
algunas d. u. r. i. d. a. y. e. n. t. r. e. A. n. t. o. n. i. o. G. o. n. c. a. l. v. e. s. k. e. t. r. a. c. u.
j. C. e. l. t. o. r. r. i. s. d. e. C. e. t. e. a. l. y. b. e. a. e. l. p. e. d. r. o. M. a. r. t. i. n. y. d. e. R. e.
c. a. s. P. r. a. n. c. e. s. e. s. o. b. r. e. q. u. e. l. d. e. l. y. C. e. i. n. a. s. i. d. e. d. e. c. u. b. e. r. i. d. o.
E. s. t. u. e. p. r. o. h. e. m. O. r. d. e. n. a. s. p. o. r. l. e. r. o. l. u. e. p. l. t. m. i. n. t. a. d. e. s. p. o. n. e. y.
E. s. d. e. D. i. z. e. m. b. r. o. d. e. l. 1736. C. o. n. s. i. l. i. o. d. e. C. e. r. t. a. e. l. l. l. t. o.
q. u. e. n. a. s. s. e. c. u. n. d. o. s. o. b. r. a. v. e. l. l. e. d. e. p. t. i. n. y. d. e. i. n. a. y. p. r. o. v. i. n. i. a. s. e. t.
i. n. s. o. b. r. e. i. t. a. y. e. n. d. e. m. a. r. e. m. d. e. l. y. d. e. p. r. i. d. i. n. y. v. o. l. e. t. a. p. e. n. a. o. r. i.
i. n. C. o. n. q. u. e. u. l. t. i. m. a. m. e. C. a. d. e. l. u. m. d. e. a. c. t. u. e. s. p. e. r. a. s. i. d. e. y.
d. e. m. a. r. e. m. e. q. u. e. n. a. s. i. d. e. y. f. u. z. o. n. d. a. d. e. t. a. i. n. d. i. v. i. d. u. a.
a. d. e. r. r. o. i. s. e. s. c. o. m. o. s. u. y. p. e. d. i. y. a. n. d. u. r. i. a. d. e. C. e. r. o. r. o. p. o. r. t. a. y.
6

DOC – PRIM. 2**Data do documento:** 23/03/1739**Remetente:** D. João V**Destinatário:** Administradores da Capitania do Ceará**Assunto:** Cópia da provisão concedendo a Antônio Gonçalves de Araújo o direito de continuar a explorar as minas de prata na Serra da Ibiapaba**Localização:** V5T1-p.346-350

Provisão porque Sua Majestade houve por bem fazer mercê a Antônio Gonçalves de Araújo para poder prosseguir os descobrimentos das minas de prata de outros metais na capitania do Ceará Grande e Serra dos Cocos e Ibiapaba etc.

Eu, El-Rei faço saber aos que esta minha provisão virem que sendo-me presente que na capitania do Ceará Grande e serra dos Cocos e Ibiapaba e em outros sítios vizinhos se tinham descoberto minas de prata e de outros metais que poderiam produzir muitas vantagens a minha real fazenda e que se havia movido algumas dúvidas entre Antônio Gonçalves de Araújo e Antônio da Costa Silva e Pedro Martins de nação francesa sobre qual deles havia sido o descobridor houve por bem ordenar, por resolução minha do primeiro de dezembro de 1639, em consulta do Conselho Ultramarino que não cessando o trabalho das ditas minas poderiam os sobreditos voltar para os sítios em que ultimamente cada um se achavam para neles continuarem e que não se satisfazendo desta insinuação recorreriam com os papéis ao juízo da coroa para

para neste se determinar judicialmente a sua contenda e por serem informados de que não se usando por eles de um ou outro meio, se tem inteiramente suspenso o descobrimento das ditas minas com dano e prejuízo público a que devo acorrer: Hei por bem depois de mandar sobre esta matéria fazer novas averiguações e se considerar o que delas resultou conceder a Antônio Gonçalves de Araújo faculdade para prosseguir os seus cumprimentos no distrito referido, e adiantar o serviço das minas já descobertas sem que outra alguma pessoa o possa fazer nem inquietá-lo e havendo quem entenda tem os ditos descobrimentos direito poderá usar deles pelos meios ordinários e sem suspensão desta minha provisão real, e averiguada a utilidade que das ditas minas resulta farei ao dito Antônio Gonçalves de Araújo as mercês de que se fizer digno e couberem em sua pessoa, pelo que mando o meu governador e capitão-general da capitania de Pernambuco, capitães-mores, ministros e mais pessoas a quem o conhecimento desta minha provisão pertencer a cumpram, e guardem e a façam cumprir e guardar inteiramente como nela se contém sem dúvida alguma a qual valerá como carta sem embargo da ordenação do livro segundo, título 40, em contrário, e pagou de novos direitos cinco mil e seiscentos réis que se carregaram ao tesoureiro Manoel Antônio Botelho de Ferreira à folha 186 do livro segundo de sua receita, como constou de seu conhecimento em forma registrado no livro segundo do registro geral à folha 114. Lisboa Ocidental, 20 de abril de 1739. Rei. Provisão porque Vossa Majestade há por bem fazer mercê a Antônio Gonçalves de Araújo de que possa prosseguir os descobrimentos das minas da prata e de outro metais na capitania do Ceará Grande e serra dos Cocos e Ibiapaba e em outros sítios vizinhos e adiantar o serviço das minas já descobertas sem que outra alguma pessoa o possa fazer nem inquietá-lo como nela se declara. Para Vossa Majestade ver. Por decreto de Sua Majestade de 23 de março de 1739. José de Carvalho de Abreu. Tomé Gomes Moreira. Fica assentado este alvará no livro das mercês e pagou cem réis. Paulo Nogueira de Andrade. O secretário Manoel Caetano Lopes de lavre a fez escrever. Registrada à folha 329 do livro 8º de provisões da secretaria do Conselho Ultramarino.

Y^o Acidental 22 de abril de 1739 // Fernando
Cabrero Lopez de la Cruz // D^o Juan de Cervantes // por
you sine fin // con sus señas // con officio 528 // L^o
Acidental 24 de abril de 1739 // D. Miguel Mal
donado // Regente de la Cancilleria // por la Corte
Reyno de Officio // con sus señas // L^o de Aciden-
tal 19 de jan. de 1740 // Antonio de la Cruz // de la Cruz
Bernardo // de la Cruz // con sus señas // con
madita // por sus señas

Lisboa Ocidental, 22 de abril de 1739. Manuel Caetano Lopes de Lavre. José Vaz de Carvalho. Pagou cinco mil e seiscentos e os oficiais 528 réis. Lisboa Ocidental, 28 de abril de 1739. Dom Miguel Maldonado. Registrado na chancelaria-mor da corte e reino no livro de ofícios e Mercês à folha 271 verso. Lisboa Ocidental, 19 de janeiro de 1740. Ambrósio Soares da Silva. Bernardo Félix da Silva à fez. E se não se continha mais em dita provisão.

DOC – PRIM. 3**Data do documento:** 23/03/1739**Remetente:** D. João V**Destinatário:** Administradores da Capitania do Ceará**Assunto:** Cópia da provisão concedendo a Antônio Gonçalves de Araújo os privilégios nela declarados.**Localização:** V5T1-p.350-354

Registro da provisão real porque Sua Majestade foi servido conceder a Antônio Gonçalves de Araújo os privilégios nela declarados.

Eu, El-Rei, faço saber os que esta minha provisão virem, que tendo consideração a me representar Antônio Gonçalves de Araújo que eu fora servido conceder-lhe a faculdade de poder continuar o descobrimento das minas de prata e mais metais que tinha feito no estado do Brasil, o qual projeto pelas vantajosas conveniências, interesses que dele podiam resultar a minha fazenda, e bem comum dos meus vassallos, era digno de que e concorresse para ele com a minha real proteção, facultando-lhe as condições e privilégios que apontava: Hei por bem conceder ao suplicante as condições seguintes:

1

Que lhe será concedido privilégio privativo para minerar nas minas da prata que descobrir, sem que outra alguma pessoa possa minerar prata nos sítios minerais que tem descoberto, ou descobrir em dez léguas ao redor das minas, ou veias descobertas, e isto por tempo de 20 anos.

2

Que depois de constar com toda a certeza que Estão descobertas as minas de prata e o número

De escravos e pessoas que nela trabalham, se lhe dará a ele descobridor livre de todos os direitos assim do consulado, como de alfândega e dízimo, todo o ferro, aço azougue e mais materiais necessários para minerar prata nas ditas minas.

3

Que se lhe darão para o uso da dita fábrica de minerar prata, e para as pessoas que nela assistirem os mantimentos e gêneros necessários, pagando-os pelo preço comum, e estado da terra ao tempo que se fizer a compra dos ditos mantimentos e gêneros.

4

Que lhe será prometido deste reino conduzir as pessoas e casais necessários, e alguns estrangeiros peritos no uso de minerar e fundir, os quais serão examinados para se saber se com efeitos são professores para se evitar que com este motivo se estabeleçam estrangeiros que não sejam necessários.

5

Que as barras de prata depois de pagarem o quinto serão marcadas, e não correrão sem guia, e ele descobridor não poderá em tempo algum embarçar que eu deixe de tomar todos os árbitros justos, e necessários para evitar a falsidade de cunhos ou marcas e roubo ou falsidade e os reais quintos que pela lei me são concedidos.

6

Que enquanto as ditas minas se não frequentarem, e tiverem ministros de Justiça poderá nomear um conservador ministro atual que conheça privativamente de suas causas que se moverem por razão do descobrimento, ou que tocarem as ditas minas como se não obrigue ninguém a vir responder, fora do seu do-

domicílio distando este mais de quarenta léguas mas nas causas em que forem réus terá toda a jurisdição, e não serão constrangidos a responder em outro algum juízo.

7

Que se lhe permitirá carregar nas Naus de guerra aquela quantidade de aço, ferro ou azougue que comodamente e sem causar empacho ou embaraço se puder carregar a arbítrio dos oficiais dos armazéns e mais pessoas a que tocar a expedição das ditas naus.

8

Que se expediram as ordens ao vice-rei do estado do Brasil, governadores e ministros dele para lhe darem todo o favor e ajuda para este descobrimento.

E na forma referida mando ao meu vice-rei e capitão-general de mar e terra do estado do Brasil, governadores e capitães-mores e mais ministros e pessoas a que tocar, cumpram e guardem esta provisão e a façam inteiramente cumprir e guardar como nela se contém sem dúvida alguma, a qual valerá como carta sem embargo da ordenação do livro 2º título 40 em contrário, e se passou por duas vias e pagou de novos direitos dezessete mil cento e quarenta réis que se carregaram ao tesoureiro Manoel Antônio Botelho de Ferreira, à folha 139 do livro quinto de sua receita, e deu fiança outra tanta quantia no livro segundo delas à folha 89. Lisboa Ocidental, 3 de dezembro de 1740. Rei. Provisão porque Vossa Majestade há por bem fazer mercê a Natônio Gonçalves de Araújo descobrir das minas de prata e mais metais do estado do Brasil de lhe conceder as condições e privilégios nela declarados o qual vai por duas vias. Para Vossa Majestade ver.

Por decreto de Sua Majestade de 14 de novembro de 1740. José de Carvalho de Abreu. Alexandre de Metelo de Sousa e Meneses. O secretário Manuel Caetano Lopes de Lavre a fez escrever. Registrada à folha 72 verso do livro 9º das provisões da secretaria do Conselho Ultramarino. Lisboa Ocidental, 5 de dezembro de 1740. Manuel Caetano Lopes de Lavre. José Vaz de Carvalho. À folha 82 do livro da fiança dos direitos da chancelaria-mor da corte e reino fica dada uma a pagar-se trinta e três mil e seiscientos réis pelo privilégio da isenção dos direitos. Lisboa Ocidental, 7 de dezembro de 1740. Rodrigo Xavier Álvares de Moura. Pagou dez réis por Ser via. Lisboa Ocidental, 6 dezembro de 1740. Com o vedor Rodrigo Xavier Álvares de Moura. Registrada na chancelaria-mor da corte e reino no livro de ofícios e mercês à folha número 200 verso. Lisboa Ocidental, 7 de dezembro de 1740. Joaquim Guilherme. Pedro Alexandrino de Abreu Bernardes a fez. E não se continha mais e nem menos em a dita provisão e mais provisões e privilégios que eu Veríssimo Tomás Pereira aqui trasladei bem e fielmente do livro onde se acham registados e está tudo escrito sem coisa que dúvida faça em fé de que passei a presente nesta vila de Aquirás aos 22 de fevereiro de 1746.

O escrivão da ouvidoria
Veríssimo Tomás Pereira

DOC – PRIM. 4**Data do documento:** 01/03/1744**Remetente:** José Araújo Chaves**Destinatário:** Ouvidor do Ceará**Assunto:** A respeito das ações de Antônio Gonçalves de Araújo e seu irmão Manuel Gonçalves de Araújo na Serra dos Cocos**Localização:** V5T1-p.162

Senhor doutor ouvidor-geral:

Dou a vossa mercê parte do que anda Antônio Gonçalves Araújo e seu irmão Manuel Gonçalves de Araújo ignorando e fazendo, tem se apossado das minhas terras em cima da serra dos Cocos, as quais estou possuindo a dezessete anos por datas que tenho do Ceará, e os ditos publicam as tem pedido pelo Maranhão, não se contentando com as que estavam plantando no arraial velho, sendo apossando-se com currais e roças por várias partes e publicando que são suas e tem podido, e se lhe tem o que dizer delas o faça perante o seu juiz conservador que é o doutor ouvidor da Mocha, pelo que eles mesmo publicam como vossa mercê verá dessa carta que me escreveu Manuel Gonçalves a fim de me ser feito o direito e tirem a vossa mercê a sua jurisdição que tem. Mande derrubar-lhe as posses que tinham feito nas ditas terras deixando-lhe só aonde sempre plantaram no arraial velho que fica mais de trinta léguas do lugar aonde está assistindo o dito Antônio Gonçalves nas suas chamadas [várzeas] da Ubajara. E como em tudo desejo acertar desejava que vossa mercê me desse algum lume e como me poderei haver e não sair eu fora da justiça e jurisdição de vossa mercê. E não se me fizesse mais que ficar sempre muito obediente às ordens de vossa mercê a cuja pessoa Deus a vossa mercê guarde como deseja hoje o primeiro de março de 1744 anos.

De vossa mercê
servo e muito obediente criado
José de Araújo Chaves

DOC – PRIM. 5**Data do documento:** 08/01/1745**Remetente:** José Araújo Chaves**Destinatário:** Ouvidor do Ceará**Assunto:** A respeito das terras que o remetente possui na Serra dos Cocos.**Localização:** V5T1-p.164-165

Assim como Deus Nosso Senhor deita neste mundo uns homens para servir Deus²⁵ principalmente para castigo de outros também deita alguns para servirem de asilo e amparo dos pobres e perseguidos, para que todo o mal tivesse seu remédio. Destes segundos é vossa mercê um sem segundo, o dos primeiros é Antônio Gonçalves com vantagem a todos os que neste mundo não servem se não de inquietar, porém era preciso que assim fosse para que a generosidade do seu ânimo tivesse mais motivos de mostrar com cioso desejo que tem de amparar a todos,

Na certeza que tenho de que vossa mercê há de favorecer a minha justiça dou conta a vossa mercê do que agora me sucedeu a requerimento de Antônio Gonçalves vinham três fâmulos de sua casa fazer-me uma citação em virtude do mandado incluso que verá vossa mercê e como o mandado não trazia cumpra-se de vossa mercê nem quem vinha a diligência era oficial de justiça não quis estar por ela, mandei pegar o que trazia o mandado para o remeter a vossa mercê a essa vila do forte para que vossa mercê fizesse dele o que fosse servido, porém como não tenho prisões seguras, o entregarei ao capitão deste lugar o qual logo fugiu, o que senti bem. Agora acho-me confuso no que devo obrar neste caso o despacho é de junho do ano passado e é sorte que o ministro já não está no lugar que já chegou o sucessor e eu neste não conheço outro a quem deva obedecer se não a vossa mercê e a suas ordens, por eles fico esperando que só com eles posso obrar seguro, assim peço a vossa mercê muito de favor me queira favorecer mandando-me dizer o que devo fazer para me livrar de moléstias e obrar em tudo o que de seu agrado for enquanto me não chegam as suas ordens de vossa mercê o que darei logo toda a execução possível. E sem o que eu tenho obrado pode haver, hajam, que a vossa mercê escandalize, desde logo me presto aos seus pés e peço perdão a pessoa de vossa mercê que o céu guarde como desejo Acaraú²⁶ sítio da Ipueira²⁷, 8 de janeiro de 1745 anos.

De vossa mercê
menor súdito e mais pronto criado
José de Araújo Chaves

²⁵ Nota marginal superior: “o doutor ouvidor-geral / Piauí, / 8 – 1- 1745”

²⁶ No Rio Grande do Norte há uma cidade com este nome, mas, a cidade parônima do Ceará é Ipueiras. Seria esta a origem do município atual de Ipueiras?

²⁷ É possível que se trate de “juízo privativo”, cargo ou função do serviço público judiciário da época.

DOC – PRIM. 6**Data do documento:** 15/11/1745**Remetente:** Dom João V**Destinatário:** Ouvidor do Ceará**Assunto:** Cópia da provisão real ao ouvidor do Ceará Grande sobre as desordens em que se tem envolvido Antônio Gonçalves de Araújo.**Localização:** V5T1-p.281-285

Dom João por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves, daquém e dalém-mar em África, senhor de guiné etc. Faço saber a vós ouvidor-geral da capitania do Ceará Grande que se viram as vossas cartas de vinte e cinco de julho do ano passado e vinte e oito de janeiro do presente ano sobre as desordens com que se tem havido nessa capitania Antônio Gonçalves de Araújo superintendente das minas de prata que nesse continente prometeu descobrir de que não tem resultado efeito algum representando-me achar-se compreendido em vários delitos e que seja servido declarar-vos os pontos seguintes. Se no caso de que tinham ou não prata as ditas minas podeis proceder contra o dito superintendente pelas culpas que tem nessa provedoria, se pode e ele nomear para seu conservador em virtude do capítulo 6º de suas condições ao ouvidor da Mocha como tem nomeado ficando aquele ministro distante cento e quarenta léguas; se este privilégio é para o cível e crime juntamente se pode prender como fizera aos pronunciados na chamada devassa que tirara da assuada do arraial da Bajara, tendo-os antes de formal essa tal culpa vinte e tantos dias presos em sua casa em grilhões os quais foram remetidos às cadeias da fortaleza onde os mandastes logo soltar e anulastes a devassa em correição, se pode tomar terras aos moradores não sendo para minerar e se querendo plantar as roças deve pagar e arrendamentos, e aos índios que vão das aldeias servir deve pagar como se lhe paga no meu serviço, ou como satisfazem os particulares. E se pode ou tem domínio nos índios domésticos que nem ele nem Manuel Francisco dos Santos Soledade conquistou e sendo visto o referido e o que sobre esta matéria responderam os procuradores de minha fazenda e coroa sou servido ordenar-vos por resolução de cinco do presente mês e ano em consulta de meu Conselho Ultramarino façais as mais rígidas averiguações para se saber se com efeito tem ou não prata estas das minas para se cuidar mais seriamente na sua extração, e quanto a primeira pergunta que fazeis se vos ordena torneis a informar sobre este ponto declarando com individuação as culpas que tendes do dito superintendente e as suas provas mas nem por elas nem pelas que ao diante comitê deveis proceder contra o mesmo superintendente sem dares conta sal-

salvo se a necessidade e gravidade do caso não puder sofrer esta demora pelo que respeita à segunda pergunta na condição 6^o que se concedeu na provisão de três de dezembro de mil e duzentos e quarenta se não dá mais faculdade do que a de nomear um conservador para as causas tocantes ao descumprimento e que fora delas e nos crimes que a ele não respeitaram não têm jurisdição o dito conservador nem o pode ser o ouvidor da Mocha porque declarando-se na dita condição que as partes que assistirem em distância de mais de quarenta léguas não sejam obrigados a responder fora de seu domicílio não deve ser conservador o dito ministro que mora mais de cento e quarenta léguas distante das minas e onde se hão de tratar os negócios tocantes a conservatória nem também pode entrar em dúvida que o dito superintendente não tem jurisdição de prender por autoridade própria, pois aliás o era escusado de ser juiz conservador emuito menos podia prender os denunciados na devassa que enviastes e ele tirou no arraial da Bajara, o qual justamente anulastes porque nenhum dos casos que se expressam nos itens da petição nela inclusa é devassa, porém, se vos ordena, façais toda a diligência para examinar se os réus da dita devassa os são das perturbações de que foram arguidos dando conta do que achares, pois sendo certo o que deles de si sempre merecem algum castigo, [...] e quanto ao mais que pede se vos declara necessita de maior averiguação a qual nesta ocasião mando fazer, e porquanto com a vossa carta de vinte e cinco de julho de mil setecentos quarenta e quatro remetestes quatro pedras minerais que dizeis serem das minas em que anda o dito Antônio Gonçalves de Araújo em as quais se fizeram os exames que constam dos papéis que com esta se vos enviam por cópia assinados pelo secretário do meu Conselho Ultramarino, se vos declara que o governador de Pernambuco ordena que no caso de lhe constar das informações e diligências a ele e a vós se encarregam serem supostas estas minas quanto a prata e não poderem tirar-se delas com conta os mais metais que se observaram nas amostras que ele governador manda se não continue nesta superintendência havendo-a por desfeita com todos

com todos os seus privilégios concedidos porque a todo o tempo que Se descubram minas de prata se estabelecerá a superintendência. El-Rei nosso senhor o mandou por Alexandre de Gusmão e Tomé Joaquim da Costa Corte Real conselheiros de seu Conselho Ultramarino e se passou por duas vias. Pedro José Correia a fez em Lisboa a quinze de novembro de mil e setecentos e quarenta e cinco. O secretário Manuel Caetano Lopes de Lavre a fiz escrever. Alexandre de Gusmão. Tomé Joaquim da Costa Corte Real.

21. Fev. 1746

Alm. e Cam. Sec.

U

Temporaria, q' não ouço fallar em precedim.^{to} di. p'p'ri-
cos de Alm. e Cam. e só sim em capitulos, q' contra
n'm formou juncto com duas Ecclesiasticos da
mesma natureza, figurando virila com Syndica
de a tomar conduci.^{to} d'elles, e junctam. novos ca-
pitulos p' estabelecer as suas fabricas, em
ordem adusa torbe. e consecrando os povos / Eo-
je quasi derengados / nas antigas expec-
cas das Louças prometidos.

Quero como as q' constad. deitas Cartas
são m.^{to} semelhantes aos de q' ja deo conta a Estu-
do, deo p'por na p'rezencia de V. E. ca. p'ca q'
seja esse Comem por elle aduvertido; pois se
não houver algua demonstração de vicia, po-
derá facilmente presumir em outros melhores.

Não faça a V. E. ca. duvida ou ad. deem a
das Cartas instrumentos p'vidicos para feller
dar intereo Ciudad.^{to}, p' q' as q' se referem a Eisto-
ria. das terras, omerecem em virtude da pe-
ficad, e despaço sobre a mesma materia; e
ade Mat'rias Pr.^{ta} de Cav.^{to} não me nos por
se Comem de conduci da vicia, e q' de vicia
a sua quietad; e por q' o Superintend.^{te} o p'ce-
ceguia por motivos particulares, e a com-
sellava em ordem ao seu successo na forma
q' da mesma Carta se collige, pois indico a

DOC – PRIM. 7**Data do documento:** 21/02/1746**Remetente:** Ouvidor do Ceará, Manoel José de Faria**Destinatário:** D. João V**Assunto:** Carta do ouvidor-geral do Ceará a respeito dos mal feitos da parte de Antônio Gonçalves de Araújo.**Localização:** V5T1-p. 355 – 359

Ilustríssimo e excelentíssimo senhor:

Tempos há que não ouço falar em procedimentos despóticos de Antônio Gonçalves, e só sim em capítulos, que contra mim formou junto com dois eclesiásticos da mesma natureza. Segurando vinha um sindicante a tomar conhecimento deles, e juntamente novos e atraitores para estabelecer as suas fábricas, em ordem e desta sorte ir conservando os povos (hoje quase desenganados) nas antigas esperanças dos haveres prometidos.

Porém como as que constam dessas cartas são muito semelhantes aos de que já dei conta a vossa Magestade, devo pô-los na presença de vossa excelência para que seja este homem por eles advertido, pois se não houver alguma demonstração severa, poderá facilmente prorromper em outros maiores.

Não faça a vossa excelência dúvida o não serem as ditas cartas instrumentos jurídicos para se lhe dar inteiro crédito, porquanto as que contém a história das terras, o merecem em virtude da petição e despacho sobre a mesma matéria, e a de Matias Pereira de Carvalho não menos por ser homem de conhecida verdade e que deseja a sua quietação, e porque o superintendente o perseguia por motivos particulares, eu o aconselhava em ordem ao seu sossego na forma que da mesma carta se colige, pois conheço os

os seus pareceres em Portugal, q' sah da m.^a ca.
za, e m.^o bem procedidos.

Aprovizad q' v. Sa.^a por copia me remette
deferre. E em pondo, q' eu pedira a s. Mage.^d se me
decedissem; e como v. Sa.^a me pede informac.^o
a respeito de lles. direy aq' entendendo na materia.

He op.^o se o Superintend.^o tem jurisdic.
caõ mais q' a material nas minas caso se
estabelecaõ: nao se responde, q' visitas as Condi.
coens, e privilegios. So tem esta mesma jurisdic.
caõ material, porq' afor outras de m.^o ex.
ter Juriz Conservador. Por jurisdic.^o mate-
rial se deve entender aquella, q' tem v. g. Eu
Pai de familias a resp.^o da tua casa, de seus fillos,
de seus criados, e das duas localidades onde me-
ntum dos seus subordinados, pode obrar, fazer,
por, ou dispor alguma cousa sem tua auctoridade,
e porq' a resp.^o dos fillos, e ainda dos criados
venda aliquid amplius, sempre se materia-
li modo, porq' se o fillo ou o famulo furtoe
mãtoe, ou ferre, podera' castigalos, como porq;
mas nao como Juiz.

Segue; se pode tomar beccas aos heredei-
ros nao sendo para mineras: digo q' nao;
porq' regularm.^{te} conforme a direyto ninguem deve
ser privado da sua cousa contra a sua vontade; e

os seus parentes em Portugal, que são da minha casa e muito bem procedidos.

A provisão que vossa excelência por cópia me remete refere uns pontos, que eu pedia a Sua Majestade se me decidissem, e como vossa excelência me pede informação a respeito de lhes dizer o que ele entendo na matéria.

É o primeiro se o superintendente tem jurisdição mais que o material nas minas caso se estabeleçam, ao que respondo, que vistas as condições e privilégios só tem essa mesma jurisdição material, porque a ter outra desnecessário era ter juiz conservador. Por jurisdição material se deve entender aquela, que tem *verba gratia* um pai de famílias a respeito da sua casa, de seus filhos, de seus criados e das suas herdades onde nenhum dos seus subordinados, pode obrar, fazer, pôr ou dispor alguma coisa sem sua autoridade e posto que a respeito dos filhos e ainda dos criados tenha aliquid, ampliar sempre é matéria, é modo, pois se o filho ou fâmulos furtar, matar ou ferir, poderá castiga-los, como pai mas não como juiz.

Segundo: se pode tomar terras aos moradores não sendo para minerar: digo que não, porque regularmente conforme direito ninguém deve ser privado da sua coisa contra a sua vontade, e

e como o laro presente não. Se dar excepção da 2.
 gra, por isto fica esta tendo lugar, e deccido o
 ponto segundo ant. intellig. a: de mais, q'inda q'
 sejad para mineras, me presuado, q' do thugas
 da mina he deve ser prometido ficando o
 Cen. da mesma terra sempre com o dominio u-
 til, e civil q' dantes tinha para poder usar della
 segundo he parecer, com tanto, q' não embarace
 o trabalho das d. minas; e sendo q' Carreira
 Superintend. de p. de ja terra para plantar
 locorem ordem. aber mais pronto o sustento
 q' os trabalhadores, tendo para emim he deve
 pagar arrendam. por aquella porção de terra,
 q' occupo respectivamente; por q' de outra parte
 podera com o pretexto de sem-lucro, utilizar
 se de m. leguas de terra, ja para plantar, e
 ja para criar gados vaccos, e cavallos a fim
 deq' tad precizo q' as suas fabricas, aq' por-
 ce se collige da facult. de S. Magd. he permitto
 na condicãõ p. de seus privilegios, pois leg. de
 esta d. he he concedido a ninguem poder mi-
 neras sem sua authorid. no lugar onde tiver
 minas, e de leguas em circunferencia, e desta
 parte fica tambem leigandido, e interpretado
 a favor. p.

Quarto, se as Indias q' o rão serviz as

e como o caso presente não é das exceções da regra, por isso fica esta tendo lugar, e decidido o ponto segundo a minha inteligência, demais, que ainda que sejam para minerar, me persuado, que só o lugar da mina lhe deve ser permitido, ficando o senhor da mesma terra sempre com domínio útil e civil que d'antes tinha para poder usar dela segundo lhe parecer, contando que não embarace o trabalho das ditas minas, e sendo que careça o superintendente de parte dessa terra para plantar roças em ordem a ter mais pronto o sustento para os trabalhadores, tenho para mim lhe devo pagar arrendamento por aquela porção de terra que ocupar nesse mistério, porque de outra sorte poderá com o pretexto de um buraco, utilizar-se de muitas léguas de terra, já para plantar, e já para criar gados vacuns e cavalares assim de que são precisos para as suas fábricas, o que parece se colige da faculdade que Sua Majestade lhe permitiu, na condição primeira de seus privilégios, pois segundo estes só lhe é concedido ninguém poder minar sem sua autoridade no lugar onde tiver minas e dez léguas em circunferência, e desta sorte fica também respondido e interpretado o terceiro ponto.

Quarto: se os índios que o vão servir as

as minas deve pagar como se lles paga no real
 Serviço ou como os particulares; e responde:
 q) deve pagar aos Indios pelo seu trabalho, como
 pagam os particulares, em razão de q) o serviço
 q) não fazem tambem de particular, e de não
 acharem nenhuma privilegio algum p. o contra-
 rio, antes segundo a loidica successiva dos Reis
 seus privilegios, se lles manda dar q) lles for n.
 pelo preço commum, e estado da obra; e po-
 sto q) não a loidica se não faz a expecta mên-
 ca de Indios, com tudo por argumentos se lles
 deve applicar o deditado nella; e não se de-
 ve pagar as dias de serviços affectivos na forma
 loidica, mas tambem as dias, q) gastarem das
 suas aldeyas e lugares das minas, e ainda as de
 fora voltar, q) o tal superintend. não prati-
 ca.

Quinto, e ultimo; se tem dominio em
 os Indios domesticos q) não elle nem Sr.
 D. das Sanctor Soledade Conquistador; e como
 este ponto se não decidiu por dependia de
 se vissem os privilegios aos Sr. D. das
 Sanctor concedidos. Lembe não se esse, mas
 tambem as q) se outorgaram a Sr. Gon.^{ces}, por q)
 ar.^{tes} deves nã se viciava, q) não poder ter
 dominio em Indios, q) nem lles nem outros con-

as minas deve pagar como se lhe paga no real serviço ou como os particulares, ao que respondo: que deve pagar aos índios pelo seu trabalho, como pagam os particulares, em razão de que o serviço que vão fazer também é de particular, e se não acha nem mostra privilégio algum para o contrário, antes segundo a condição terceira dos ditos seus privilégios, se lhes manda dar o que lhe for necessário pelo preço comum e estado da terra, e posto que na dita condição se não faça expressa menção de índios, contudo por argumentos se lhes deve aplicar o declarado nela, e não só deve pagar os dias de serviço efetivos na forma sobredita, mas também os dias, que gastarem das suas aldeias ao lugar das minas, e ainda as de torna volta, o que o tal superintendente não pratica.

Quinto e último: se tem domínio em os índios domésticos que nem ele nem Manuel Francisco dos Santos Soledade conquistou, e como este ponto se não decidiu por depender de se verem os privilégios ao dito Manuel Francisco dos Santos concedidos, remeto não só estes, mas também os que se outorgaram a Antônio Gonçalves, porque à vista destes não só se verifica, que não pode ter domínio em índios, que nenhum nem outro con-

Conguitow, mas tambem se manifesta o d'algum.
 Dos autem pontos fica ponderado.

Ed aqui, Sen.^o, ad tanto na materia, e o d'
 posse informar a V. Ex.^{ca} sobre o d'contem a costa, e
 se declara na brevidad; e de algum fora de Cont.^o
 porcu, ou informar o Cont.^o; ou se falta a nob.^o
 ou se abra o empenho de proteger os embreos
 Feite Comem, q' nunca faltou patrocinio a sug.^o
 fimilhantes; e assim podera V. Ex.^{ca} avista do pon-
 derado, e referido com toda averid.^o informar
 a S. Mag.^o o d'for devido: D. q. d. av. Ex.^{ca} Como
 Governos n'itex ar disse: Curitiba V.^o do Aguirar
 e de Br.^o 21. de 1796

M. J. de C. de C. de C.

M. J. de C. de C.

conquistou, mas também se manifesta o que a respeito dos outros pontos fica ponderado.

Eis aqui, senhor, o que sinto na matéria, e o que posso informar a vossa excelência sobre o que contém a carta, e se declara na provisão, e se alguém for de contrário parecer, ou informar o contrário, ou lhe falta a notícia ou lhe sobra o empenho de proteger os embustes deste homem, que nunca faltou patrocínio a sujeitos semelhantes, e assim poderá vossa excelência à vista do ponderado, e referido com toda a verdade informar a Sua Majestade o que foi servido. Deus guarde a vossa excelência como havemos mister os destes sertões. Vila do Aquirás e de Fevereiro 21 de 1746.

Ouvidor-geral do Ceará,

Manoel José de Faria

DOC – PRIM. 8**Data do documento:** 22/02/1746**Remetente:** João de Teive Barreto Menezes**Destinatário:** Governador do Ceará**Assunto:** Declaração a respeito do procedimento de Antônio Gonçalves de Araújo**Localização:** V5T1-p. 360 – 361

Ilustríssimo e excelentíssimo senhor governador e capitão-general:

Vossa senhoria me ordena lhe informe com toda a verdade do procedimento de Antônio Gonçalves de Araújo superintendente das minas de prata, e vendo a ordem inclusa de Sua Majestade, não acho nem me consta no decurso de três anos que estou neste governo, proceda o dito com absolutas e menos desobediência às justiças de Sua Majestade, nem tampouco tenha tomado terras a morador algum desta capitania, sendo seu arraial em um recôncavo ao pé da serra da Ibiapaba, que me dizem ter sido inabitável e sem dono o qual se chama a Ubajara donde o dito tem com muito trabalho e despesa cultivado com lavoura de mantimento para sustento de sua gente e índios que pede aos missionários das aldeias tão somente para as ditas lavouras fábrica de farinhas de que se utilizam os mesmos índios pela fatura com que os trata e pronto o pagamento de três varas de pano cada mês. ajuste que fez com seus missionários o que tudo me consta pelo presenciado em duas vezes que tenho passado pelo dito arraial e não achar nele acoutados criminosos nem régulos as justiças de Sua Majestade, nem me consta que use o dito Antônio Gonçalves de mais privilégios que os concedidos por Sua Majestade que com esta remeto a vossa senhoria, e só acho que por Antônio Gonçalves achar o notório desagrado e oposição no doutor ouvidor desta Capitania, fez eleição e nomeou por seu juiz privativo ao ouvidor da vila da Mocha capitania do Piauí, distrito do Maranhão o que me parece não devia ter lugar pela grande distância em que fica fora da jurisdição desta capitania, o que fez em virtude da proteção de Sua Majestade

225 Fev 1460

In cluzo No Cap. 6.º Tam bem melancia que indo adoy Anno 1761
300 J. de S.º Antonio. Em arrecado do Maranhão, ora com seu Officio de
Justiça Rodolfo Vazquez Filho, e d.ºs M.ºs de Pratta e P.ºs de
tam adbu cozinhos aqua do Sim. Cetinar. e Antonio (J.ºs por ©
Vida Aquel' rezoni que com se sodaria for adito de Pratta. Isto
é o que me dáta de S.º Antonio de 1761 que
Seos J.ºs muitos anos e de S.º Antonio de 1761

1
1
nao se que remto de S.º Antonio

Inclusa no capítulo 6º, também me consta que indo há dois anos o doutor ouvidor desta câmara em correição ao Acaraú, fora com seus oficiais de justiça ao dito arraial a ver as ditas minas de prata e cobre, em que não achou oposição alguma, só [as]sim retirar-se Antônio Gonçalves por evitar algumas razões que com ele poderia ter dito doutor ouvidor, isto é o que me consta na realidade de que posso informar a vossa senhoria que Deus guarde muitos anos. Vida de Fortaleza, 22 de fevereiro de 1746.

João de Teive Barreto Menezes

DOC – PRIM. 9**Data do documento:** ?**Remetente:** Doutor Custódio Correia Mattos**Destinatário:** Ouvidor do Ceará**Assunto:** Relatando as violências sofridas por Antônio Gonçalves de Araújo**Localização:** V5T1-p.168

Senhor doutor ouvidor-geral e juiz privado e conservador

Diz Antônio Gonçalves de Araújo superintendente geral das minas da prata e mais metais do estado do Brasil, que estando ele suplicante mansa e pacificamente na posse de um sítio, onde chamam as Lages Grandes, em que trazia as fábricas das minas, tanto de cavalgaduras, como de bois mansos e também de uma roça onde chamam de Lajinhas, e outro chamado a Cana Braba, onde tinham suas plantas e delas foi esbulhado e estorvado da continuação dos seus mantimentos pelo capitão-maior José de Araújo Chaves, metendo-se violentamente nos ditos territórios, sem reparar aos prejuízos que causava ao suplicante, tanto nas suas lavouras, como no descômodo das ditas fábricas, apossando-se de uma e outra coisa, no fim do mês de fevereiro próximo passado, de mil e setecentos e quarenta e quatro, apossando-se dos ditos sítios, no que lhe tem cometido força, violência e esbulho e porque quer ser restituído a sua antiga posse por ser esta dentro de ano e dia.

Pede a vossa mercê ser servido admiti-lo a justificar o sobredito, mandando passar mandado para o suplicado ser citado, e constando-se oculta algum fâmulos de sua casa, ou vizinho mais chegado para vir jurar testemunhas, e justificado que seja haver vossa mercê por esbulhado, mandando-se-lhes restitua a sua antiga posse, com todas as perdas e danos que lhe tiverem causado, cuja na execução da sesmaria se liquidaram e que pelos longes, e falta de oficiais possa fazer a dita citação qualquer pessoa que souber ler e escrever, presentes duas testemunhas, que também se assinaram na certidão

Espera receber Mercê

Cm.^{do}

Doutor Custódio Correia Mattos

DOC – PRIM. 10**Data do documento:** 23/02/1746**Remetente:** Custódio Correia de Mattos**Destinatário:** Oficiais de justiça.**Assunto:** Mandando-se cumprir o que suplica Antônio Gonçalves Araújo.**Localização:** V5T1-p.169-170

doutor Custódio Correia de Matos do desembargo de Sua Majestade que Deus guarde, seu ouvidor-geral e chanceler juiz das justificações, e juiz privativo e conservador das causas e dependências das minas de prata do estado do Brasil e dos feitos da coroa, provedor da fazenda real e da dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos corregedor e provedor da comarca com alçada no civil e crime, tudo pelo dito senhor nesta vila da Mocha e sua comarca da capitania do Piauí etc. Pelo presente meu mandado vindo ele primeiro por mim assinado mando a quaisquer oficiais de justiça desta vila e comarca, ou em sua falta qualquer pessoa que saiba ler e escrever perante duas testemunhas que assinaram também na certidão, que sendo-lhe este meu mandado apresentado e em seu cumprimento e a requerimento do suplicante Antônio Gonçalves de Araújo superintendente-geral das minas de prata e mais metais do estado do Brasil citar ao suplicado o capitão-mor José de Araújo Chaves por todo, e para tudo o que dito é na petição retro cumpram-no assim e al não façam. E dado, e passado nesta vila da Mocha aos dois dias do mês de julho de mil e setecentos e quarenta e quatro anos, pagou deste oitenta réis e de assinar pagará quarenta réis, e eu Caetano Francisco Gomes escrivão que o escrevi e constando se oculta o significado farão a diligência com qualquer familiar de sua casa ou vizinho mais chegado. Sobredito escrivão o escrevi.

Doutor Custódio Correia de Matos

Reconheço a rubrica ao pé do mandado por ser do doutor e ouvidor que foi da vila da Mocha Custódio Correia de Matos por ter visto várias letras e sinais seus semelhantes passa o referido na verdade em fé de que passei o presente reconhecimento. Vila do Aquirás, 23 de fevereiro de 1746 anos.

O tabelião público
Crispim Gomes de Oliveira

DOC – PRIM. 11**Data do documento:** 02/04/1746**Remetente:** Antônio Gonçalves de Araújo**Destinatário:** Governador da Capitania de Pernambuco, D. Marcos José de Noronha e Brito.**Assunto:** Ofício informando sobre a queixa que o ouvidor do Ceará, Manoel José de Faria, fez de Antônio Gonçalves de Araújo.**Localização:** V5T2-p. 96 – 102

Ilustríssimo e excelentíssimo senhor:

Obedecendo ao que me ordena, pela sua carta de vinte e oito, e vinte e nove de janeiro, do presente ano, me vejo precisado a representar a vossa excelência, que a conta que o ouvidor do Ceará Manuel José de Faria deu contra mim a Sua Majestade que Deus guarde, foi fabricada contra toda a razão, faltando a justiça, e fazendo abuso da verdade. Só a fim de cobrir-se do desacerto, com que se postou no prejuízo, que por culpa sua e de outros mais aliados seus tem causado aos descobrimentos das minas de prata, cobre, chumbo e ferro, as quais todas estão patentes e manifestas nestes lugares, o que vossa excelência pode mandar examinar, não sendo por nenhum ministro do Ceará, o que tudo se pode fazer por inteligência de alguns curiosos, que por muitas, e repetidas vezes o tem feito nessa praça.

Em nove de abril de mil setecentos quarenta e três, pelas nove horas da noite, a este sítio chegaram seis estrangeiros, remetidos por Vasco Lourenço Veloso, e com concepção real, e passados mais de dois meses e tendo reconhecido neles uma cavilosa solapação dei conta dela, ao antecessor de vossa excelência por carta de vinte e nove de julho do dito ano, e o repeti por outro de vinte e nove de agosto do mesmo, e ao depois, continuei outras, e também o fiz vendo-me neste desamparo ao senhor vice-rei da Bahia, em onze de outubro do dito ano, nem de uma parte, e nem de outra, tive resposta, e menos recurso, ao mesmo tempo me foi em tal extremo, que deliberei a prender tais homens portugueses, e o não fiz a outro, por se ausentar, por reconhecida-mente serem revoltosos e inquietadores, e ao mesmo ínterim, fiz um requerimento ao juiz ordinário desta ribeira, da parte de sua majestade, o comissário-geral Domingos Alves Ribeiro, para que tirasse uma devassa das inquietações que se me tinham feito, sem atenção às reais ordens do soberano, e fazendo abuso delas, e como de fato tirou-se dita devassa, em com ela fez apreensão dito juiz, nos tais homens presos, por saírem compreendidos na mesma devassa, e fazendo ato de prisão, os remeteu para a cadeia do Ceará para de lá serem remetidos para essa praça, para passarem à de Lisboa, para serem castigados, conforme merecessem os seus delitos, e o dito ouvi-

e o dito ouvidor, sem reparar no grave prejuízo, que tem causado à fazenda real e ao bem público, e a ruína que tem feito à companhia deste emprego, e os pôs logo em liberdade e começou a fornicar contra mim, coisas inauditas, as quais todas são públicas e notórias, e com o tempo constam a vossa excelência que o não ser a eu valer-me de uma submissão mais foi inspiração divina, do que inteligência minha, haveria neste tempo lamentáveis perdições, e de uma vez submergiram os mais perduráveis e estimáveis tesouros que se tem visto em todo o mundo, e começou este homem a fomentar aos ditos estrangeiros de sorte, que com ordens suas, e outras do antecessor de vossa excelência os puseram em Portugal, estando-os eu frequentemente pedindo, tanto ao antecessor de vossa excelência, como ao capitão-maior do Ceará, que de presente serve, o qual estava na vila de Icó, distante daquela fortaleza?, mais de cinquenta léguas, por cuja causa, os não teve mão por não ser sabedor.

achando-me nesta consternação deixando de parte muitas melhorias, que não relato, por serem enfadonhas, dei comigo pessoalmente na vila da Mocha, e fiz nomeação de juiz privativo, conservador, atual daquela comarca que naquele tempo era o doutor Custodio Correia de Matos, e hoje Matias Pinheiro da Silveira Botelho, em virtude da real provisão de três de dezembro de mil setecentos e quarenta, que remete a vossa excelência uma cópia de letra de forma, por o não poder fazer em outra forma, por a altura em que me acho e original, se registou na secretaria desse governo, por despacho de vinte e cinco de maio de mil setecentos e quarenta e um.

Quem fez estas diligências, e passa estes tormentos, não sei que mais submisso, e obediente possa mostrar, o que tudo é tão público e notório.

Ao depois de tudo isto, dei conta a sua majestade, por carta de seis de maio de mil setecentos e quarenta e quatro, para lhe ser entregue na sua real mão, a qual foi remetida pela frota do Maranhão, pelo Agostinho Alves morador os pedras negros, e também foram outras por a mesma

a mesma via, ao reverendo padre mestre João Batista Carbone, e o recebeu por outras de oito de junho de mil setecentos e quarenta e cinco, e também foi remetido uma via a Vasco Lourenço Veloso e também fiz por outras de vinte e dois de dezembro do dito ano, e fora disto, pela Bahia mandei pessoa de boa inteligência e cuidado a tratar deste negócio à corte, e a representar ao soberano, o que por mim tem passado, está passando, e propondo-lhe que esta matéria está padecendo as mãos da miséria, por falta de cientes mestres, que saibam extrair, purificar e aparar os metais, uns de outros, e conhecerem as malignidades, que os acompanha, nisso está tudo, os quais só os há nas minas das Índias de Espanha, na Rússia, a [Novel] Suécia, Dinamarca, Hungria, e sendo estes pretendidos por via mercantil não estará este emprego livre de que lhe suceda outra desventura, como tem experimentado, e mantendo-se buscar no nome real, não há nada de haver quem se atreva a cometê-los, por causa injusta, que deixem de fazer o seu dever, de sorte, que a fazenda real, não receba o prejuízo que tem tido, disso passa mais de trinta milhões, os que se lhe tem dado de perca, por esta desventurada inquietação, e quando caso, que estes operários façam despesa à fazenda real, esta, se pode satisfazer dos produtos das mesmas minas, pago primeiro de tudo, o real quinto.

Nessa praça, foram feitas muitas e repetidas experiências por ordem do antecessor de vossa excelência e em sua própria presença algumas e de ouvidores, desse Recife e da Paraíba, e Juiz de Fora e outras muitas pessoas, de distinção, conforme a inteligência de alguns curiosos, e é o que bem basta. para não haver dúvida na soma acima mencionada, e por isso, quando parecia limitação, calculado por a pequenez da pedra, a quintais e regulado pelo que cada um for no pode fazer por dia, segundo os autores, que dilatadamente escreveram, como o afirma o grande insigne mestre que foi Álvaro Alonso Borba, cura que esteve por espaço mais de quarenta anos nas minas do Potosí, e outros, tratando

tratando de profissão só nesta matéria, havendo a providência, que represento a vossa excelência, que a tudo é o mais preciso, e vencida essa dificuldade se pode carregar anualmente uma frota de cabedal, pois a qualidade das minas, e [caulosidade] de suas [botas], e extensão que correm, nada fazem em produzirem, o que asseguro a vossa excelência.

Neste lugar, se tem espremido a matéria de sorte que não há mínima dúvida, que se lhe o ponha com verdade. Na vila do forte do Ceará se fizeram algumas experiências, por ordem do capitão-maior daquela fortaleza, e de todos estes metais tem ido amostras para Portugal tanto já apuradas, como em bruto, remetidas a Vasco Lourenço, para ele o fazer a Sua Majestade, e se neste particular tem havido alguma omissão não é culpa minha só sim de quem não devia ter o mínimo descuido.

O dito ouvidor entrou neste arraial, e correu como muito quis, sem que ninguém lhe impedisse, e no que toca a tomar terras, não há nenhum queixoso, porque a ninguém se tem molestado, e sendo eu o mais ofendido, que me tem desapossado violenta, e despoticamente de um sítio em que trazia as fábricas de cavalos, bestas e gados, dele me desapossaram o qual sítio se chama Carnaubal, o mesmo me fizeram de três sítios de roças, dos quais estava de posse há muitos anos, mansa e pacificamente, e uma das ditas roças cheia de mantimentos, de que tenho recebido grandes prejuízos, e fora disto me tem furtado muitos cavalos, e os ditos sítios, os estava possuindo e dominando em virtude de uma mercê que foi vinte e oito de janeiro de mil setecentos e trinta, de quarenta léguas de terra, em quadra juntas ou divididas em todo Brasil, e para prova do que remeto em pública forma para vossa excelência ver e mandar examinar, e me foi transferida e confirmada pelo mesmo

Reyno Sobrano, Embry de Noviembre de mill Sete Sientos, honte cruce
de que tan bon temto anima copia Comedia de forma, por nos, pade
Ser de acubrar honte, para a lura, o permuta, e tudo isto, a formentado,
dito ouidor, por ser Concedida mente mes Capitan inimego, e por y tan
na Causa, metem plicado do jurisdicoy, que por descito meho plan
Ley

Por indio, que tem habido nuyte de obramientos, sempre sempre
Ley de monte forto pago, e Sete Sientos, e que podera conformar o Ley
Missionario, e Colocada Mayor de Capitania de Ciará, e que doming
So Sap, e que habido no drcito, laminta occupant, e nuyte de lura
pela, que com verdade seja, que cada dominante indio, e nuyte de lura
por ses imtura, e nuyte de lura de lura, e nuyte de lura de lura
Servido, e nuyte de lura de lura de lura, e nuyte de lura de lura
a Companhia tem recebido com a nuyte de lura, que se lura de lura
parece ser injusta mandante pago conformar de lura, pela
myra fazenda de lura, para com yte piquero e lura, adiantar a nuyte
de lura.

Quem como eu pto larou todo quanto lura de lura de lura, e lura
tar, e nuyte de lura de lura de lura, que de lura de lura de lura, e lura
pizos de lura de lura de lura de lura, e nuyte de lura de lura de lura
Rey de lura de lura de lura de lura, e nuyte de lura de lura de lura
oficio, e nuyte de lura de lura de lura de lura, e nuyte de lura de lura de lura
trudis, e nuyte de lura de lura de lura de lura, e nuyte de lura de lura de lura
Zelam no mayor e lura, e nuyte de lura de lura de lura de lura, e nuyte de lura de lura de lura
mandante conformar por pela de lura de lura de lura de lura, e nuyte de lura de lura de lura de lura
pis no lura de lura de lura de lura de lura, e nuyte de lura de lura de lura de lura de lura
La. e nuyte de lura de lura de lura de lura de lura, e nuyte de lura de lura de lura de lura de lura
e lura de lura de lura de lura de lura de lura, e nuyte de lura de lura de lura de lura de lura
Lura de lura de lura de lura de lura de lura, e nuyte de lura de lura de lura de lura de lura.

mesmo soberano, em três de novembro de mil setecentos trinta e nove de que também remeto a mesma cópia em letra de forma, por não poder ser de outra sorte, por a altura o permitir, e tudo isto há fomentado dito ouvidor por ser conhecidamente meu capital inimigo, e por esta mesma causa, me tem privado das jurisdições, que por direito me são prometidas.

Os índios, que tem trabalhado nestes descobrimentos, sempre pontualmente foram pagos e satisfeitos, o que eu pude informar os seus missionários e o capitão-maior da capitania do Ceará, e os que domino só são os que trabalham no serviço da minha ocupação, e não há de haver pessoa, que com verdade diga, que eu dominasse índios, se não os que me servem por seu interesse, enquanto ao pagamento deles, sendo Sua Majestade servido, atender ao aumento da sua real fazenda, e aos danos que a companhia tem recebido com as perturbações, que se lhe tem feito parece ser de justiça mandar-se-lhe pagar conforme se costuma, pela mesma fazenda real, para com este pequeno esforço, adiantar a matéria.

Quem como eu procuro todos quantos recursos se podiam excogitar, e ordenando Sua Majestade que Deus guarde, na sua real provisão de três de dezembro de mil setecentos e quarenta, ao senhor vice-rei do estado, governadores e capitães-mores, para se me dar todo o favor e ajuda, e procurando-a de todos os caminhos, o auxílio que me deram, foi destruírem-me, dar favor para que me roubassem, e me pusessem no maior extremo, em que eu me vejo, como vossa excelência se pode dignar, mandar-se informar, por pessoa de inteireza, e de toda satisfação, para vir no conhecimento da realidade da verdade, e estando inteirado dela, lhe peço queira ser servido, amparar-me e valer-me, enquanto chega o real recurso que espero da real grandeza do soberano, e isentar-me de justiças pertencentes ao Ceará.

As roças que costumam botar os mineiros, tanto andando nos seus descobrimentos, como estando mineirando em suas minas, Sua real Majestade os tem isentado de pagarem arrendamentos, para sustentos de suas fábricas, ainda tendo por cartas de sesmarias, como se costumam, o que a experiência tem mostrado em todas as minas descobertas, e se tornará muitas para a tal cultura, a dona Isabel e a casa da Torre na Bahia, por disto redundam crescidos aumentos ao erário real nos acréscimos dos dízimos, como nas referidas minas se experimenta, no considerável cabedal em que andam, o que não tem das matas, que se acham em ser e por cultivar em todos os sertões, que disto não há utilidade nenhuma, nem pode servir de conveniência para ninguém, e só sim de grandes prejuízo por acomodação dos povos, para o que se deve atender.

Para cabalmente vossa excelência se tirar de toda a dúvida, e não interpor tempo, que toda a dilação é necessária e por causa dos inconvenientes, requero a vossa excelência seja servido mandar puxar a devassa, que foi tirada no mês de outubro de mil setecentos e quarenta e três de que foi juiz nesse tempo o dito comissário-geral Domingos Alves Ribeiro, escrivão, José Pais Valente, que esta, e informará a vossa excelência de sorte, que é uma conta livre de todo o embaraço, e sendo a mesma devassa, remetida ao mesmo soberano, se deverá a vossa excelência o adiantamento, que este projeto tiver, pelo que lhe aumentará Deus Nosso Senhor os dias de vida e saúde como todos os seus súditos lhe desejamos, minas da prata e arraial de Nossa Senhora de Monte do Carmo e São Francisco, dois de abril de mil setecentos e quarenta e seis etc.

Do superintendente das minas de prata. Antônio Gonçalves Araújo.

APÊNDICE B – DOCUMENTOS SECUNDÁRIOS

Omissis Emar Decreta e rivas da Ovi-
 soria de sua e Correya e nota Casitaria hodierna qd
 por S. Magestade que de S. Magestade Cortes que com o B. G. m.
 Caldo em supra delib. O Livro de Legista que serve na
 de Ovidota delle Comta de rem do G. v. legia que d.
 Mag. de S. Magestade Comador act. m. m. G. de S. Magestade
 de S. Magestade da Ovi. de S. Magestade de S. Magestade de S. Magestade

Registo de Cumadao de S. Magestade porque
 de S. Magestade de S. Magestade de S. Magestade que
 de S. Magestade de S. Magestade de S. Magestade de S. Magestade
 de S. Magestade de S. Magestade de S. Magestade de S. Magestade
 que de S. Magestade de S. Magestade de S. Magestade de S. Magestade
 de S. Magestade de S. Magestade de S. Magestade de S. Magestade
 de S. Magestade de S. Magestade de S. Magestade de S. Magestade
 de S. Magestade de S. Magestade de S. Magestade de S. Magestade

Omissis Emar Decreta e rivas da Ovi-
 soria de sua e Correya e nota Casitaria hodierna qd
 por S. Magestade que de S. Magestade Cortes que com o B. G. m.
 Caldo em supra delib. O Livro de Legista que serve na
 de Ovidota delle Comta de rem do G. v. legia que d.
 Mag. de S. Magestade Comador act. m. m. G. de S. Magestade
 de S. Magestade da Ovi. de S. Magestade de S. Magestade de S. Magestade

DOC – SEC. 1**Data do documento:** 02/02/1730**Remetente:** D. João V**Destinatário:** Capitania do Ceará**Assunto:** Provisão real que há por bem conceder a Manuel Francisco dos Santos Soledade permissão para explorar as minas no território cearense.**Localização:** V5T1-p. 334 – 341

Veríssimo Tomás Pereira escrivão da ouvidoria-geral e correição nesta capitania do Ceará Grande por Sua Majestade, que Deus guarde, certifico que em cumprimento da ordem supra revendo o livro do registro que serve nesta ouvidoria dele consta serem os privilégios que Sua Majestade foi servido conceder a Antônio Gonçalves de Araújo superintendente das minas da prata desta capitania, os seguintes

Registro de uma provisão porque Sua Majestade houve por bem que das terras que Manuel Francisco dos Santos da Soledade descobrir nos sertões do Brasil haja de sesmarias que povoar dentro de dez anos como também em que o dito senhor lhe concede a superintendência do gentil bravo e minas que descobrir no mesmo estado.

Eu, El-rei, faço saber aos que esta minha provisão virem que tendo consideração a Manuel Francisco dos Santos Soledade me representar que ele correrá por espaço de trinta anos a maior parte dos sertões do Brasil nos quais demarcara muitas minas abundantes de ouro e prata

e prata e outros metais e pedras preciosas que mostraria e abriria quando eu fosse servido ordenar-lhe tendo tudo descrito e apontado em um mapa que fizera nos ditos sertões assistidos de muitos gentios bravos a que fizera também no decurso deste mesmo tempo guerra por dez anos na costa do sul da Bahia sujeitando-os e afastando-os dela até ficar limpa e praticável desde as vertentes do rio Pardo da parte do Norte para o Sul até onde está presentemente descoberta ficando tudo a sua custa empregando armas e cavalos próprios procurando não só maior adiantamento do patrimônio real, mas da mesma sorte o bem dos ditos gentios que tinha encaminhado às missões para aprenderem a doutrina cristã, e batizarem-se e que assim descobrira as minas novas que atualmente se cultivam na dita costa do Sul e Tucambira e também as de Jacobina de que fora o primeiro que estabeleceria os quintos levando-os a entregar, e pagar a casa da moeda da Bahia voluntariamente, pedindo-me lhe conceder sesmaria das terras que ele fosse descobrindo e conquistando à sua própria custa, e juntamente a superintendência geral das conquistas e conversão dos gentios bravos que for vencendo com o privilégio de que ninguém os possa cativar ou vender, e nem impedir de qualquer sorte que vão às missões para se instruir nelas a santa fé e batismo e que só fiquem vassallos livres para servirem às operações do meu serviço a quem como todos os mais vassallos sirvam em tudo conforme as leis deste reino, pedindo finalmente lhe conceda a administração e superintendência da cobrança dos quintos em todas e quaisquer minas que ele for descobrindo ou mandar descobrir pelos sertões e terras do estado do Brasil daqui em diante com obrigação de ele encaminhar Nos tempos convenientes em suas cartas de guia os ditos quintos para as casas da moeda a que pertencerem, sem que possa ninguém obrigá-lo a que os mande às casas da fundição das minas, e nem para outras partes, e sendo-me presente o referido e o que sobre este requerimento responderam os meus procuradores da fazenda e coroa a que se deu vista. Hei por bem que das terras do sertão que o suplicante descobrir, haja de sesmaria as que povoar dentro de dez anos, não excedendo de quarenta léguas em quadra, juntas ou divididas nos sítios que escolher e serão demarcadas e que terá em sua vida somente a administração dos índios bravos que se domesticarem e reduzirem a fé católica, e estes serão livres da escravidão

da escravidão de tal modo que não serão constrangidos a serviço algum, sem ordem do dito administrador ou dos seus comissários, e para qualquer que forem mandados vencerão o jornal, que se lhes arbitrarem conforme uso da terra e os fará aldear assinando a cada aldeia terra bastante que produza frutos para p sustento, e aos que se acharem já aldeados sem serem mudados lhes assina- ra terra para nela cultivarem os seus frutos, e em qual- quer tempo que me constar se acusa desta administração lha removerei. E nomeio para superintendente das minas que novamente descobrir também em sua vida somente com a cláusula sobredita de o remover com obrigação de o fa- zer arrecadar os meus quintos de ouro que delas extrair o qual conduzirá às casas da fundição mais vizinha fazen- do a remessa com a devida arrecadação. E quando a espe- riência mostre faltar esta, lhe darei nova forma como me parecer, e terá a dita superintendência das conquistas dos gen- tios bravos que no sertão do Brasil fizer à sua custa, não se lhe embaraçando a referida conquista com a qual superintendência gozará o dito Manuel Francisco dos Santos da Soledade de todas as honras, liberdades e franquezas que lhe pertencerem, pelo que mando ao meu vice-rei e capitão-general de mar e terra do estado do Brasil lhe faça dar posse das ditas superintendências e juramento que cumprirá com as obrigações delas de que se fará assen- to nas costas desta provisão e os mais governadores das conquistas e ministros a que tocar, mando também a façam cumprir e guardar inteiramente como nela se com- têm sem dúvida alguma o qual valerá como carta sem embargo da ordenação do livro 2º título 40, em contrário e se passou por duas vias, e deu fiança no livro 4º delas à folha 65 a pagar os novos direitos que se liquidaram dever da dita mercê, como constou por certidão dos oficiais da chancelaria. Lisboa Ocidental, 28 de janeiro de 1730. Rei. Provisão por que Vossa Majestade há por bem que Das terras que Manuel Francisco dos Santos Soledade descobrir nos sertões do Brasil haja de sesmaria as que povoar dentro de dez anos, não excedendo de quarenta léguas em quadra juntas ou divididas nos sítios que escolher que lhe serão demarcadas, e que tenha em sua vida so- mente administração dos índios bravos que se domesti- carem e reduzirem à fé católica os quais serão

livres da escravidão de tal modo que não serão contrangidos a serviço algum, sem ordem do dito administrador ou dos seus comissários, e para qualquer que forem mandados vencerão o jornal que se lhes arbitrar conforme o uso da terra, e os fará aldear assinando a cada aldeia terra bastante que produza frutos para o seu sustento, e os que se acharem já aldeados sem serem mudados lhes assinará terra para nela cultivarem os seus frutos, e em qualquer tempo que constar à Vossa Majestade se abusa desta administração lhe removerá, e o nomeia para superintendente das minas que novamente descobrir também em sua vida somente, e a cláusula sobredita de o remover com obrigação de o fazer arrecadar os quintos de ouro de Vossa Majestade que delas extrair o qual há de conduzir as casas da fundição mais vizinhas fazendo a remessa com a devida arrecadação, e que quando a experiência mostre faltar este lhe dará Vossa Majestade nova forma como lhe parecer, e que terá a dita superintendência da conquista dos gentios bravos que no sertão do Brasil fizer a sua custa, não se lhe embaraçando a referida conquista, como nesta se declara, que vai por duas vias para Vossa Majestade ver. Por resolução de Sua Majestade de 14 de novembro de 1729 em consulta do Conselho Ultramarino de 29 de outubro do mesmo ano, e decreto do dito senhor de 20 de janeiro de 1730. Antônio de Cobelos Pereira a fez. O secretário André Lopes da Lavre a fez escrever. José de Carvalho de Abreu. Gonçalo Manuel Galvão de Lacerda. Fica assentada esta provisão nos livros das mercês, e pagou 540 réis. Amaro Nogueira de Andrade. José Vaz de Carvalho. Não pagou direitos novos da chancelaria por dar fiança a eles, e aos oficiais quatro mil e quatrocentos réis. Lisboa Ocidental, 2 de fevereiro de 1730. Dom Miguel Maldonado. Registrada na chancelaria-mor da corte e reino no livro de ofícios e mercês a folhas 29. Lisboa Ocidental, 2 de fevereiro de 1730. Inocêncio Inácio de Moura. À folha 89 do livro das finanças dos direitos velhos da chancelaria-mor da corte e reino fica dada uma a pagar o que se liquidar dever da mercê contida nesta provisão. Lisboa Ocidental, 2 de fevereiro de 1730. José Correia de Moura.

Registrada à folha 79 do livro sétimo de provisões da secretaria do Conselho Ultramarino. Lisboa Ocidental, 3 de fevereiro de 1730. André Lopes de Lavre. Despacho do governador da Bahia. Cumpre-se como Sua Majestade, que Deus guarde, manda e registre-se nos livros a que tocar. E o doutor e provedor-mor dê posse e juramento ao provido de uma e outra superintendência. Bahia e de março 28 de 1730. O conde de Sabugosa. Registrada no livro 10 de registros da secretaria do Brasil a que toca a folhas 58. Bahia e de março 29 de 1730. Domingos Luís Moreira. Eu lhe dei juramento e posse. Bahia e de setembro 15 de 1730. Pedro de Freitas Tavares Pinto. Registra-se. Tavares. Registrada no livro 18 dos registros da fazenda real do estado do Brasil a que toca a folhas 15. Bahia, 15 de setembro de 1730. José dos Reis de Oliveira. Cumpra-se e registre-se nos livros do senado da câmara a que tocar. Bahia e de setembro 23 de 1732. Mesquita. Registrado no livro verde à folha 139 a que toca. Bahia em câmara e de outubro 25 de 1732. Antônio Cardoso da Fonseca. E não se continha mais em a dita provisão despachos e registros delas que tudo aqui fiz trasladar bem e fielmente e não leva coisa que dúvida faça e a conferi com a própria a que me reporto que me foi apresentada por João Batista Rodrigues a quem a tornei a entregar em Lisboa Ocidental aos 16 de junho de 1739 anos. E eu, Manuel de Oliveira tabelião público de notas por sua Majestade na cidade de Lisboa, e seu termo o subscrevi e assinei em público declaro vai em duas meias folhas em que entra esta rubrica da por mim tabelião. Manuel de Oliveira. Estava o sinal público.

DOC – SEC. 2**Data do documento:** 20/04/1746**Remetente:** -----**Destinatário:** documento público**Assunto:** Instrumento passado em pública forma sobre as minas de prata e cobre da Ubajara, capitania do Ceará.**Localização:** V5T2-p. 224 – 237

Saibam quantos este público instrumento dado e passado em pública forma *ex officio* de mim Tabelião com o próprio documento virem que sendo no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e setecentos e quarenta e seis aos vinte dias do mês de abril do dito ano nesta vida de São José de Ribamar do Aquirás capitania do Ceará Grande pelo doutor ouvidor-geral e corregedor da comarca Manoel José de Faria me foi dado um documento com as pessoas nele nomeadas e as-sinadas mandando me em virtude da portaria retro tirasse em pública forma pelas vias que lhe fossem necessárias por assim ser conveniente ao serviço de Sua Majestade que Deus guarde e pelo dito documento não ter vício nem entrelinha alguma e estar limpo sem coisa que dúvida faça a aceitei e transladei de *verbo adverbumo* o qual é o seguinte:

Autuamento que mandou fazer o doutor Manoel José de Faria ouvidor-geral e corregedor da comarca do Ceará Grande de uma petição feita a requerimento de João Cristóvão Hesprogel e dos mais estrangeiros fundidores para averiguação das pedras das chamadas minas de prata e cobre da Ubajara // Cristóvão Rodrigues

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e quarenta e quatro aos vinte dias do mês de abril do dito ano neste sítio das Freixeiras, ribeira do Curuaiú onde se acha o doutor Manoel José de Faria ouvidor-geral da comarca do Ceará Grande sendo aí perante ele dito ouvidor-geral e de mim escrivão por parte do João Cristóvão Hesprogel e dos mais mestres fundidores que com o dito João Cristóvão tinham vindo aos sertões desta ca-

desta capitania para efeito de extraírem sem saírem a prata que Antônio Gonçalves de Araújo fez presente a Sua Majestade neles tinha descoberto, requerendo dito recurso Martinho Segeor língua dos ditos fundidores e seu diretor o que da petição ao diante junta consta e sendo com efeito visto por ele doutor ouvidor-geral o seu requerimento lhe deferiu na forma que na dita petição se deixa ver, e para constar judicialmente a verdade do que nas averiguações e exames requeridos se achassem mandou ele doutor ouvidor que eu escrivão notifica-se a todas as pessoas que se pudessem achar presentes para que todas presenciassem o que nos ditos exames e averiguações se fizessem e debaixo do juramento dos santos evangelhos depois de serem por mim notificados lhe seria encarregados estivessem com toda atenção ao que vissem nas sobreditas operações e pudessem assinar os papéis e altos que ele dito doutor ouvidor mandasse sobre esta matéria fazer e para a todo o tempo constar mandou o doutor ouvidor-geral fazer este alto que assinou. E eu Manoel Rodrigues da Costa escrivão escrevi. //

// Faria. //

Certidão:

Manoel Rodrigues da Costa escrivão da ouvidoria geral do Ceará Grande por Sua Majestade etc. certifico que notifiquei ao coronel Francisco Ferreira da Ponte ao licenciado Apolinário Gomes Pessoa, Matias Pereira de Carvalho, o capitão Manoel Pereira Lagoa, Tomás da Silva Porto, Francisco de Sousa Távora, meirinho dos ausentes e seu escrivão Adriano Coelho, Antônio Batista, Domingos de Souas, José Soares do Ó e Antônio Rodrigues Pereira por todo o conteúdo no alto retro por mandado do doutor ouvidor-geral Manuel José de Faria passa o referido na verdade em fé do que passei a presente neste sítio das Freixeiras aos vinte de abril de mil e setecentos e quarenta e quatro em fé de verdade // Manuel Rodrigues da Costa //

Termo de Juramento

Aos vinte e um dias do mês de abril de mil e setecentos e quarenta e quatro anos neste sítio das Freixeiras onde estava o doutor ouvidor-geral Manoel José de Faria aí por ele foi encarregado o juramento dos Santos Evangelhos em um livro deles a todas as pessoas atrás declaradas para que estivessem atentos a todas operações que vissem fazer pelos estrangeiros mestres fundidores a respeito dos ensaios de prata e cobre que na presença dele doutor ouvidor-geral pretendiam os mesmos mestres executar, para que pudessem debaixo do mesmo juramento assinar o que ele doutor ouvidor-geral pretendia mandar escrever à vista do que visam os mesmos estrangeiros obrar e recebi

e recebido por eles o juramento assim o prometeram fazer como lhes era encarregado de que fiz este termo em que assinou ele doutor ouvidor-geral com os sobreditos. E eu Manoel Rodrigues da Costa escrivão o Escrevi. // Faria. // Francisco Pereira da Ponte Silva.// Apolinário Gomes Pessoa. // Matias Pereira Carvalho.// Manuel Pereira Lagoa // Tomás da Silva Porto.// O meirinho dos ausentes, Francisco de Sousa Távora.// Adriano Coelho escrivão da vara. // Domingos de Sousa.// José Soares do Ó.// Antônio Rodrigues Pereira.// § Senhor doutor ouvidor-geral corregedor da comarca, dizem João Cristóvão de Hesprogel, e os mais estrangeiros mestres fundadores e ensaiadores de prata e outros metais, que em razão de representar a Sua Majestade que Deus guarde, Antônio Gonçalves de Araújo tinha descoberto na serra dos Cocos e outras paragens dos sertões desta capitania do Ceará minas de prata e outros metais, lhe concedeu o dito senhor poder conduzir as ditas partes alguns estrangeiros peritos na arte de ensaiar os sobreditos metais e com efeito contratando-se com eles suplicantes Vasco Lourenço Veloso homem de negócio na cidade de Lisboa como procurador do dito Antônio Gonçalves de Araújo e sócio nas sobreditas minas para virem aos mesmos sertões estabelecer as fábricas necessárias para a extração e ensaio da prata que o suplicante Antônio Gonçalves de Araújo afirmava ter descoberto como consta da escritura celebrada em Holanda e ratificada em a dita cidade de Lisboa entre eles suplicantes e o dito Vasco Lourenço saíram da mesma cidade para a de Pernambuco e desta para a vila de Fortaleza e saí para o Arraial da Ubajara, sítio onde o suplicado Antônio Gonçalves Araújo os arranchou porque nele mesmo é que tinha dado princípio às suas chamadas minas e sendo aí os suplicantes entraram a fazer provas e ensaios em todas as pedras que o dito Antônio Gonçalves de Araújo como superintendente das ditas minas lhe apresentou nas quais sendo examinadas com todo o primor da arte, em que são peritos nunca eles suplicantes puderam descobrir a prata prometida e só sim em umas que passado tempo lhes foram apresentadas acharam algum limitado cobre, que por ser em tão pouca quantidade nenhuma conta pode ter, sendo que ainda que alguma tivesse nunca o dito superintendente cujo dou em trabalhar à mina, onde se acha o dito cobre, e menos tem os meios necessários para o tal trabalho em ordem a ver se profundando-se as minas se achava tem mais conta do que na superfície tinha mostrado, talvez por conhecer o mesmo superintendente muito bem se nada lhe aproveitaria a sua diligência enquanto se tinha alcançado com as primeiras operações que as betas que superficialmente apareciam, não profundavam termos em que só cuidava o dito superintendente em fazer publicar por toda a

toda a parte que sendo as suas minas muito ricas, os suplicantes já por não serem peritos na sua arte já por serem velhacos ocultavam a grandeza dos metais de que afirma são abundantíssimos, mandando para este efeito fazer provas por sujeitos que da sobredita arte nada entendem, e passam por curiosos os quais lançando nas fundições prata tem feito persuadir a muitas pessoas que as minas a produzem querendo por este modo e indústria conservar a opinião do tal superintendente como seu descobridor, e desacreditar com imposturas a reputação deles suplicantes talvez para por este meio não poderem eles ditos suplicantes valerem-se das cláusulas de seus contratos, e, outrossim, ir-se ele suplicado conservando-se na superintendência com que se desvanece e de que se vale para com promessas fantásticas ir utilizando-se das fazendas alheias tanto de alguns crédulos moradores como dos enganados sócios desta negociação, e porque será muito do serviço de Sua Majestade e faz a bem da justiça deles suplicantes que visto vossa mercê achar-se por estas partes vá pessoalmente às ditas minas tanto ao que dizem ser de prata como às de cobre, e delas faça tirar alguma pedra para que o suplicantes possam na presença de vossa mercê dar mais e de tudo o que destas operações resultar mandar fazer os estudos que necessários forem com também descrever neles o estado em que vossa mercê achar as minas em andamento todas quantas ações fizerem por eles suplicantes tendentes aos ditos ensaios. Pede a vossa mercê seja servido por serviço de Sua Majestade deferir-lhes como requerem e de tudo mandar-lhes passar os instrumentos necessários pelas vias que pedirem para com eles puderem requerer sua justiça onde tocar. E receberá mercê // Os suplicantes se ponham prontos para no dia vinte do corrente irem em minha companhia ao sítio das minas donde farei extrair algumas pedras para nelas se fazem os exames que requerem para que foram prontos todos preparos necessários, sítio das Freixeiras, dezessete de abril de mil e setecentos e quarenta e quatro //

// Faria //

Termos de exame que se fez pelos estrangeiros fundidores e mais pedras das minas de prata e cobre

Aos vinte e dois dias do mês de abril de mil e setecentos e quarenta e quatro anos neste sítio das Freixeiras, onde estava o doutor Manuel José de Faria ouvidor-geral deste Ceará Grande e sendo aí apareceram os estrangeiros mestres fundadores perante ele dito doutor ouvidor-geral e de mim escrivão e logo disseram que visto ele dito doutor ouvidor-geral ter já ido ao Arraial da Ubajara sítio das chamadas minas de prata e onde o superintendente delas Antônio Gonçalves de Araújo se acha situado como também visto ter ido ao lugar onde se a-

aonde se acham as chamadas minas de cobre distante das outras quatro léguas pouco mais ou menos e feito de umas e outras extrair pedras que eles requerentes tinham preparado no seu rancho fornalha, cadinhos e copelas, e tudo o mais que era necessário para fazerem ensaios e experimentos na presença dele doutor ouvidor-geral em as ditas pedras, e assim requeriram a ele dito doutor ouvidor-geral quisesse fazer-lhes mercê e por serviço de Sua Majestade de ir ao dito seu rancho a presenciar com todos os oficiais de justiça que consigo havia e as mais pessoas que no lugar se achassem e quisessem ir assistir para verem e presenciarem e perícia e pureza de seus ensaios para de tudo o que neles visse outras lhe mandar passar os instrumentos necessários e eles requeressem onde iriam assinados todas as pessoas que nas sobreditas operações assistissem o que ouvido por ele doutor ouvidor-geral lhe deferiu que estava pronto para ir assistir com todas as mais pessoas na forma que eles estrangeiros requeriam de que mandou fazer este termo que assinou. E eu Manuel Rodrigues da Costa escrevão o escrevi.// Faria // É logo no mesmo dia, mês e ano atrás declarado, indo ele doutor ouvidor-geral ao rancho dos estrangeiros comigo escrevão e os mais oficiais e pessoas atrás assasinadas aí achou estar um rancho armado coberto com uma tolda de pano e cercado com paus e folhas de carnaúba e dentro do qual uma fornalha pequena muito bem feita, e por modo desviado, razão por que bem mostrava ser próprio de ministério de ensaiar metais a qual já estava ardendo em um vivíssimo fogo e assentado que foi ele doutor ouvidor-geral dentro do dito rancho, com as mais pessoas que o acompanhavam pediram os ditos estrangeiros a ele dito doutor ouvidor-geral lhe desse as pedras que tinha trazido das minas da prata para darem princípio aos ensaios que tinham oferecido fazer na presença dele dito doutor ouvidor-geral, e dando-lhe o mesmo doutor ouvidor-geral duas pedras a saber uma de cor avermelhada, e outra que propendia para azul as quais tinha trazido das sobreditas minas, destas tomaram eles ditos estrangeiros umas pequenas porções que se reduziram a pó em uma grande tigela de ferro, cada qual por sua vez, e separadamente, e depois de moídas em pó subtil pesaram eles ditos estrangeiros um quintal de pesos de ensaio de cada uma das ditas pedras e lançando as ditas quantidades cada qual em seu cadinho com uma onça de chumbo, de peso ordinário em cada um dos cadinhos os puseram de parte e entraram na diligência de preparar outro cadinho somente com uma onça ordinária de chumbo, e mais dois a saber um com oito libras de prata por peso de ensaio, e com uma onça ordinária de chumbo e outro com um quinta de pedra também de pesos de ensaio, que eles ditos estrangeiros disseram ser das minas de Hanover, e bem mostrava não ser das chamadas minas neste país descobertas, por ser de cor totalmente diferente e de uma matéria como vitria, junto com a qual lançaram também

bem uma onça ordinária de chumbo, e preparados assim os sobreditos cadinhos que todos estavam numerados a saber o da onça de chumbo com o número primeiro, o de pedra azul com o número segundo, o da pedra vermelha com o número terceiro, e o da prata e chumbo com o número quarto, e o da pedra Hanoveriana com o número quinto quinto meteram-nos em a fornalha as oito horas da manhã e cinquenta e cinco minutos onde estiveram até os quarenta minutos para as dez horas tempo que se tiraram da mesma fornalha e estando fora até arrefecerem, se viu nelas uma escória, ou excórcia[excorco?] como os estrangeiros lhe chamam, que sendo tirada dos sobreditos cadinhos e batida com um martelo se desfez ao modo de vidro moído, e só ficaram umas porções que mostravam ser de chumbo os quais sendo metidas e mas copelas se meteu a do número quinto que era da pedra hanoveriana na fornalha aos dez minutos para as onze e saiu aos quarenta e seis para as mesmas horas, e a do número quarto se meteu na segunda copela aos vinte e seis minutos para as onze que era a da prata ro terceiro que era da pedra vermelha se meteu aos vinte e seis minutos para as onze e saiu se meteu aos vinte e nove minutos para as onze e saiu aos cinquenta e quatro e a do número primeiro que era da pedra encarnada se meteu aos vinte e nove minutos para as onze e saiu aos cinquenta e seis para as mesmas horas o que assim depois de esfriarem todas nelas se via a asber na do número primeiro um granito de prata como um bico de alfinete pequeno que tinha de si largado o chumbo e na do número segundo outro granito do mesmo tamanho e na do número terceiro outro da mesma grandeza no que mostravam por serem o do número segundo e terceiro iguais ao do número primeiro serem do chumbo que lavraram e não da pedra porque a serem desta haviam de serem maiores que os do primeiro como sucedeu com a do número quinto, por quanto era maior que os outros três onde se via que a prata do chumbo junto com a pedra hanoveriana formava aquele granito três partes ao parecer maior que as do número primeiro, segundo e terceiro e para se mostrar que os sobreditos estrangeiros não faziam exalar a prata no fogo como o superintendente das chamadas minas fazia publicar, se via na copela do número quarto, onde se tenha lançado prata e chumbo que tinha saído na mesma quantidade que no cadinho tinha sido lançada tendo o aumento que em si recebeu da prata que o chumbo lançou que por ser tão limitado mal se deixava perceber no peso; e passando sobreditos fundidores ao ensaio do cobre e fizeram com o mesmo asseio com que tinham feito o ensaio da prata, se bem que por diferente modo por dizerem

dizerem que assim o pedia aquela qualidade de metal, porém sendo feito o tal ensaio nas pedras que ele doutor ouvidor-geral das minas deste metal tinha trazido não apareceu coisa alguma de cobre, em duas qualidades de pedra em que fizeram o dito ensaio, e tornando a fazer em uma das ditas pedras o mesmo ensaio como também em outra que deu um dos estrangeiros por ser da qualidade em que presente o capitão-mor desta capitania tinham feito os primeiros ensaios e extraída de uma betazinha superficial que logo se acabou resultou deste segundo ensaio o aparecer uma quantidade pequena de cobre na pedra que o estrangeiro deu e da outra não resultou coisa alguma, como da primeira vez que se tinha ensaiado sendo para divertir que aquela quantidade de cobre que da pedra saiu corresponde o seu rendimento a quatro libras por quintal e visto sem esperanças de poder ser perdurável o tal rendimento, pois já não há sinal algum das ditas betas, depois que o dito superintendente há muitos poucos dias entrou no projeto de aprofundar donde vem que tanto umas como outras minas foram sonhos do superintendente e não ignorância ou velhacaria dos estrangeiros fundidores como o dito Antônio Gonçalves tem publicado querendo mostrar com razões e argumentos o que só com experiência se deve verificar só a fim de sair conservando na superintendência das sobreditas minas, arrogando a si jurisdições que não tem e sendo coisa de tantas despesas com enganos de que já não é esta a primeira vez se tem valido para viver concorrendo ultimamente o ridículo estado e pouca regularidade que ele doutor ouvidor-geral achou nas chamadas minas, pois não consiste as de prata mas que em um buraco quadrado que terá de altura cinquenta palmos feito em uma rocha viva e mostrava o não se trabalhar nele há muito tempo; e as de cobre não tinham mais obra algum que um desmonte fície da terra e em parte coberta com o dito cascalho indo seguindo por várias artes até que atravessava um riacho que só de inverno corre, retalhado por cima com algumas linhas veias da mesma pedra, a que o superintendente chama betas de cobre mostrando aliás a experiência não serem mais as ditas betas veias naturais das ditas pedras como há em todos os rochedos que se encontram por estes sertões; e por passar todo o referido na verdade em presença dele dito doutor ouvidor-geral e de mim escrivão e das pessoas abaixo assinadas mandou fazer este termo em que assinou com os sobreditos, e que querendo os ditos estrangeiros de todo o processado instrumentos se lhe desse pelas vias que pedissem e eu Manuel Rodrigues da Costa escrivão a escrevi // Faria // Apolinário Gomes Pessoa // Francisco Ferreira da Ponte Silva // Matias Pereira de Carvalho // Manuel Pereira Lagoa // Tomás da Silva Porto // o meirinho dos ausentes Francisco de Sousa Távora // Adriano Co-

†

Adriano de la Cruz y su esposa Susana de la Cruz y de la Cruz
 e Jo. Luis de la Cruz y Antonio Rodriguez de la Cruz y de la Cruz
 conde de la Cruz y su esposa Maria de la Cruz y de la Cruz
 Juan Gomez de la Cruz y de la Cruz y de la Cruz
 noble villa de San Luis de la Cruz y de la Cruz
 grande y su esposa Magistrate que su guarda aqui
 el mixto de la Cruz y de la Cruz y de la Cruz
 verdad de la Cruz y de la Cruz y de la Cruz
 esta Cruz y de la Cruz y de la Cruz
 publica Cruz y de la Cruz y de la Cruz
 de la Cruz y de la Cruz y de la Cruz
 de la Cruz y de la Cruz y de la Cruz

de la Cruz y de la Cruz y de la Cruz

en la Cruz y de la Cruz y de la Cruz



de la Cruz y de la Cruz y de la Cruz

de la Cruz y de la Cruz y de la Cruz

Adriano Coelho escrivão da vara dos ausentes// Domingos de Souza//
Antônio Batista. // Antônio Rodrigues Pereira.// José Soares do Ó.//
E não se continha mais nem menos em dito documento que eu Crispim
Gomes de Oliveira Tabelião público do judicial e notas
nesta vila de São José de Ribamar do Aquirás capitania do Ceará
Grande por Sua Majestade que Deus guarde aqui trasladei bem e fi-
elmente do próprio original que me foi apresentado o qual vai na
verdade sem coisa que duvida em tudo e por todo porque com o próprio
este traslado corri, conferi e consertei e me assinei de meus sinais
públicos rasos seguintes de que uso nesta sobredita vila do Aquirás
aos vinte e um dias do mês de abril tudo do ano de Nosso Senhor
Jesus Cristo de mil e setecentos e quarenta e seis.

Consertado comigo próprio tabelião

em Fé de verdade

Doutor Crispim Gomes de Oliveira

Doutor Crispim Gomes de Oliveira

W.D. C.
March 1-5-1866

W. March 3, order 1066

C.

W.D. C.

W.D. C. March 3, order 1066

DOC – SEC. 3**Data do documento:** 1746**Remetente:** Cura do Acaraú, Antônio de Carvalho e Albuquerque**Destinatário:** D. João V**Assunto:** Representação do povo da Capitania do Ceará ao Rei a queixar-se do ouvidor Manoel José de Faria.**Localização:** V5T2-p. 379-390

Senhor:

Representa a Vossa Majestade o miserável povo da capitania do Ceará, o insuportável julgo e consternação, em que o tem posto ouvidor da dita capitania, Manuel José de Faria, nos capítulos seguintes

1º

Todos os anos costuma o dito ministro sair de correição pelas comarca por onde se demora, cinco e seis meses em cada uma parte com toda a sua comitiva, assolando e destruindo os povos, e levando de alvará de cada delinquente, cinquenta e sessenta mil réis, sendo uso e costume pagarem e somente vinte e cinco ou trinta. Testemunhas toda a capitania.

2º

Na arrecadação das exorbitantes alvarás se arrematam os bens dos tristes moradores, pela metade do seu justo preço, sem forma nem figura de juízo e com as maiores asperezas e ferocidades que jamais se verão em peito humano. Testemunhas toda a capitania.

3º



...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...

...
 ...
 ...
 ...
 ...

Sendo Manuel Barbosa de Moraes morador na freguesia do Acaraú compreendido em um crime leve na correição do antecessor, do qual tinha entreposto já para primeira relação da Bahia e porque o dito Manuel Barbosa se não achava em sua casa mandou buscar presa a sua mulher, e caso não pagasse, logo a dita quantidade presa por espaço de oito léguas pouco mais ou menos, sendo uma mulher honrada com tão pouco decoro, e se não fosse Agar um parente, a mandava para a enxovia. Testemunhas o capitão Veríssimo Tomás Pereira, Manuel Gomes Correia, Antônio Ferreira Couto.

4º

Morando o sargento-maior Manuel de Barros Martins em um sítio vizinho à missão dos Paiacus dos padres da companhia fora das terras das ditas missões por enredos dos missionários, mandou o referido ouvidor despoticamente despejá-lo em termo de 30 dias sendo casado com obrigações grandiosas de filhos tendo

Quod cumque in rebus hinc inde accipere consueverit, et in
 ea quae in rebus hinc inde accipere consueverit, et in
 ea quae in rebus hinc inde accipere consueverit, et in

Sicut enim in rebus hinc inde accipere consueverit, et in
 ea quae in rebus hinc inde accipere consueverit, et in
 ea quae in rebus hinc inde accipere consueverit, et in
 ea quae in rebus hinc inde accipere consueverit, et in

6
 Sicut enim in rebus hinc inde accipere consueverit, et in
 ea quae in rebus hinc inde accipere consueverit, et in
 ea quae in rebus hinc inde accipere consueverit, et in
 ea quae in rebus hinc inde accipere consueverit, et in

tendo suas bestas e gado, lavouras de plantas e um pequeno engenho de moer cana. Testemunhas o sargento-maior João de Freitas Guimarães, Manuel Carvalho, Sebastião da Silva e Gonçalo Antunes.

5º

Recorrendo o dito Manuel de Barros a solicitar a sua melhora, o dito ouvidor o descompôs sem mais lhe deferir a requerimento algum experimentando o dito espoliado notáveis prejuízos em seus bens com crescidas perdas não sendo as ditas terras da missão, como é público e notório. Testemunhas as mesmas supra.

6º

Fazendo-se em dia do mês de abril de quarenta e três uns bailes na vila do Aquirás indo a vê-los o dito ouvidor se pôs público com tão extraordinários escândalos a tocar uma buzina de gentil e com estranhada desonestidade dos ditos que dando uma pancada de chuva ao mesmo tempo naquele alvorou-se da gente, pegou em uma de duas irmãs que se achavam juntas, filhas do ajudante Manuel Pereira Barcelos e uma delas era casada

casada com Antônio de Siqueira Braga e começou a gritar e a proferir o augusto nome de Vossa Majestade que o valessem e tomavam sua mulher o que foi público e no-Apolinário Gomes Pessoa, o licenciado Manuel Dias da Ponte, o Capitão Luís da Costa Taleiros e Manuel de Jesus.

7º

Que sucedendo nos arrabaldes da vila do forte em o lugar chamado a Vila Velha uma morte em um tapuia em casa de João Dantas de Aguiar, feita por um seu fâmullo, tendo notícia do referido, por querer ocultar tão nefando delito, mandou lançar o cadáver ao mar, e entrando o dito ministro a devassar do caso mandou vir preso à sua presença a todos os escravos do dito João Dantas que tinham presenciado o caso, logo os mandou soltar, e se retirou a devassa de sorte que nela por nenhum modo ficou culpado o dito Manuel Rodrigues da Costa. Testemunhas capitão-mor Francisco de Sousa Coe-

Carta de Indulgencia de Benito de S. Pedro e Inigo
 de S. Pedro e Inigo 8^o

Deo in nomine Amen. Nos Benito de S. Pedro e Inigo,
 Abate de S. Pedro e Inigo, de S. Pedro e Inigo, de S. Pedro e Inigo.
 Ego per nos de S. Pedro e Inigo, de S. Pedro e Inigo, de S. Pedro e Inigo.
 Nos e S. Pedro e Inigo, de S. Pedro e Inigo, de S. Pedro e Inigo.

Deo in nomine Amen. Nos Benito de S. Pedro e Inigo,
 Abate de S. Pedro e Inigo, de S. Pedro e Inigo, de S. Pedro e Inigo.
 Ego per nos de S. Pedro e Inigo, de S. Pedro e Inigo, de S. Pedro e Inigo.
 Nos e S. Pedro e Inigo, de S. Pedro e Inigo, de S. Pedro e Inigo.

Coelho, Antônio Dias Martins, Bernardo Pais Pereira, Antônio Pereira Couto.

8º

Que publicamente está assistindo como escrivão do seu cargo, Manuel Rodrigues da Costa, comendo, bebendo com ele, de tal sorte que é notório e que por via dele se alcançam todos os favores nas dependências que correm perante ele e sem atender a justiça, toda a capitania testemunhas.

9º

Que quanto que qualquer advogado quer agravar, ou apelar pela parte que defendem, o dito ministro como escrivão põem uma pedra em cima dos papéis e senão dão as partes se viu em uma causa de Bernardo Pais com Francisco Martins de Sousa em matéria de perto de setecentos mil réis e em outra de Matias Ferreira, morador no Aracati com A viúva Maria Pereira, em matéria de dez ou onze mil cruzados. Testemunhas o licenciado Francisco Ferreira Castro, o licenciado Manuel Ribeiro do Val, o licenciado Apolinário Gomes Pessoa, Antônio Dias, o capitão Luís da Costa.

10º

Que pondo-se em praça o ofício de escrivão da fazenda real, o dito ministro o arrematou a um Francisco Pereira Meirinho, por dezesseis mil réis, havendo quem desse cinquenta como em praça os lançou Matias Tavares da Luz, causando por este modo a dita diminuição à real fazenda. Testemunhas Manuel da Fonseca Lima, o capitão Manuel Tavares da luz e Bernardo Pais e outros muitos.

11°

E o mesmo se observou no ofício de escrivão do tribunal dos ausentes arrematando-se a Francisco Galvão por ser primo do escrivão da ouvidoria, e por se tratar com a mulher do dito arrematante ilicitamente o referido ministro, como dizem são testemunhas Antônio Ferreira Couto, Carlos da Cunha, Manuel Fernandes Alemão, o capitão-mor Francisco da Silva Coelho, Antônio Dias Martins.

12°

Que com todo o corpo se armou contra o superintendente das minas de Prata e mais metais no sertão do Acaraú, Antônio Gonçalves de Araújo, que unindo-se com os estrangeiros que tinham vindo para fundirem a-

a prata passando lhe certidões falsas de que a não havia, causando por este modo notável prejuízo à fazenda real e ao bem comum, e acusando considerável perda à companhia, sendo certas e notórias a riquezas das ditas minas. Testemunhas Antônio Gomes Bittencourt, João Batista Rodrigues, Luís da Costa, o licenciado Francisco Ferreira Castro, o tenente-coronel Manuel Pereira Pinto e toda a capitania.

13°

Que chegando uma carregação da fazenda sua de oito mil e tantos cruzados e nela pistolas e outros gêneros de armas proibidos, com a capa de que era isto de um seu fâmulos Manuel Pereira Lagoa que vive de porta a dentro com o dito ouvidor, lhe foi este e dando consumo, e vendendo a maior parte dela a João Dantas Ribeiro, homem devedor à fazenda real há bastantes anos, ausentes e órfãos, por cima de doze mil cruzados e por esta razão se não cobra do dito João Dantas, coisa alguma, com notável prejuízo dos ditos tribunais. Testemunhas o ajudante Manuel Pereira Barcelar, o capitão-major Francisco da Silva Coelho, o licenciado Manuel Dias da Ponte, Antônio Dias Martins e outros muitos

14

Quod si in hunc modum...
et quod...
d. 17. m. 1. de...
Sicut...
et...
Sicut...

Quod si...
Sicut...
et...
Sicut...

Quod si...
Sicut...
et...
Sicut...

Que arrematando-se o ofício de tesoureiro dos ausentes o advogado Apolinário Gomes Pessoa, contra a vontade do dito ministro por ter empenho que o arremata-se o capitão Veríssimo Tomás Pereira, logo suspendeu, o dito advogado das advocacias, fazendo-se disso termo no protocolo das audiências as testemunhas Manuel da Fonseca Lisboa, João da Silva e Fonseca o alferes Manuel Martins e toda a capitania.

15

Que sucedendo ao doutor Tomás da Silva, ouvidor que foi desta capitania do Ceará, antecessor do dito Faria, autuara um Manuel Leal de Barros que servia de juiz de órfãos por proferir contra o dito Tomás da Silva, palavras injuriosas, indecentes, este se homiziou do ofício de juiz de órfãos, razão porque de novo se elegeu em pelouros, a Pedro da Rocha Maciel Homem benquisto e benemérito dos mais antigos do lugar.

16º

Que estando assim o dito Pedro da Rocha servindo o referido ofício perto de ano e meio, entrando a governar o dito Faria ex-

expulsou fora e admitiu ao dito Manoel Leal estando criminoso, a servir o dito ofício sendo homem soberbo por empenhos de João Dantas Ribeiro comprador do dito ouvidor, como é público e notório e juraram o tenente Onofre de Sá Teles, Antônio Cavalcante, Antônio Gonçalves.

17º

Que por empenho o mesmo João Dantas Ribeiro se tem elegido por juiz de órfãos para suceder ao dito Manuel de Barros a um Antônio de Melo Lima, homem pobre, porquanto o dito João Dantas foi também juiz e por se não descobrir as muitas insolências e destrezas, que fez se impu-

nha, e mete juízes de sua mão, para se não descobrirem seus defeitos.

18º

Que reconhecendo a câmara, o prejuízo que com as ditas eleições se tem experimentado, e daqui em diante se experimentarão os pobres órfãos deram parte ao dito ouvidor para que prove-se de remédio a tão pernicioso dano declarando-lhe as circunstâncias ao que não respondeu

respondeu nada o dito ouvidor, antes se diz que não só há de conservar ao dito juiz novamente eleito, mas que findo, ele há de tornar a servir o mesmo João Dantas Ribeiro e disto se fez termo na Câmara testemunhas toda a capitania, e entre eles Manuel Marques, Manuel da Fonseca Lisboa, Manuel Pereira Barcelar, Pedro da Rocha, Antônio de Freitas Silva, Antônio Dias Martins Francisco de Paiva Machado, o sargento-maior João de Freitas Guimarães

19º

E as câmaras não podem dar parte e conta a Vossa Majestade de coisa alguma, por medo do dito ministro porque quanto que sabe que se pretende, logo lhe arguir coisa em que os possa maltratar, e desta sorte não há provimento a coisa alguma. Testemunhas o Capitão José Soares de Sousa, o mestre de campo Jorge da Costa Gadelha e Crispim Gomes

20º

Que o antecessor do dito Faria que foi no mesmo lugar conhecidamente destruíram universal de todos os miseráveis povos e sucedendo

Concedo a ...
...
...
...
...
...
...
...
...

...
...
...
...
...
...
...
...
...
...

e sucedendo o referido na mesma ocupação lhe leva em tudo as maiores vantagens, porque o que tem cometido delito e é pobre de tudo fica livre, porque como não tem com que pagar alçadas nem para ele se olha, nem dele se faz caso, e o miserável que não cometeu culpa, fingidamente lhe fazem de sorte que o destroem, e só assim de lhe tirarem o que possui, isto não só em um senão comumente em todos e ainda de uns passa a outros esta diabólica indústria. Testemunhas toda a capitania

21º

Que querendo a câmara dar conta a Vossa Majestade de várias coisas que tem sucedido nesta miserável capitania depois que a ela tem chegado os reverendos padres da companhia, e o dito ministro tem tomado à sua conta por via dos mesmos padres, eles a têm estorvando de tal sorte que não há mais recurso que as lágrimas e os gemidos, experimentando cada morador as maiores tiranias e Vossa Majestade a destruição em seu povo e na fazenda real o que enternecidos suspiros como leais vassallos suplicam e pedem a

... e ... sopra la ... in ...
... ..

... ..

a Vossa Majestade os prova de remédio, evitando-o de tão escandaloso e intolerável jugo de que servem oprimidos.

Antônio de Carvalho e Albuquerque
Cura do Acaraú